



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Aqui você poderá conferir os indicadores de resultados da Eletronuclear em 2025.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Senhores Acionistas,

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR S.A. submete à apreciação dos acionistas e da sociedade o Relatório da Administração e Responsabilidade Social – RARS, relativo ao exercício de 2025, no qual estão sumarizadas as principais atividades da Companhia, assim como as Demonstrações Financeiras exigíveis, acompanhadas de pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

1- MENSAGEM DO PRESIDENTE

2025: um ano de confirmação da importância da energia nuclear para o país

O ano de 2025 para a ELETRONUCLEAR foi marcado pelas demonstrações da importância da energia nuclear para o equilíbrio energético e a soberania nacional do Brasil. No momento em que um apagão afetou 16 estados do Brasil, as usinas nucleares de Angra dos Reis mantiveram sua operação sem alterações significativas. Além de a variação de potência ser a menor dentro de todas as outras formas de geração de energia do país, elas ainda puderam contribuir para o reestabelecimento de energia de vários destes estados, especialmente os da região sudeste.

Outro destaque importante neste sentido foi a atualização do estudo sobre a modelagem econômico-financeira elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que reforçou que concluir a usina Angra 3 é a opção mais lógica e benéfica para o Brasil. De acordo com a atualização entregue ao Ministério de Minas e Energia (MME), o custo de abandono das obras pode chegar a R\$ 26 bilhões, ultrapassando o necessário para a conclusão. O documento também apontou medidas financeiras que estão em discussão no Congresso Nacional que podem reduzir ainda mais os custos finais da obra.

Ao mesmo tempo, a primeira usina nuclear do país fechou o ano operando a 100% enquanto manteve as atividades que permitirão que opere por mais 20 anos. Angra 1 continuou a realização dos trabalhos para garantir extensão de sua vida útil (LTO), conquistada em 2024, apesar das dificuldades financeiras da Companhia. A boa notícia é que, com a homologação, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), do acordo entre a União e a Axia Energia que trata da governança da companhia, a fonte de recursos para esta atividade está assegurada. O acordo foi desenhado no decorrer deste ano e homologado no segundo semestre, permitindo que a ELETRONUCLEAR emita R\$ 2,4 bi em debêntures que serão subscritas pela Axia Energia.

Além disso, a Companhia segue quebrando recordes. Angra 2 fechou 2025 com uma produção de 11,8 milhões de MWh de energia elétrica anual e operou com fator de capacidade de 100%, refletindo mais uma vez a confiabilidade dos sistemas e a atuação contínua das equipes. Já o Observatório Nuclear, principal ferramenta de conscientização sobre a importância da energia nuclear da Companhia, recebeu mais de 77 mil visitantes neste ano, o equivalente a quase um estádio do Maracanã lotado. A Trilha Porã, espaço de preservação e educação ambiental, segue no mesmo caminho e dobrou a quantidade de atendimentos em relação ao ano anterior.

Paralelamente a esses avanços, a ELETRONUCLEAR deu continuidade, em 2025, às iniciativas voltadas ao reequilíbrio financeiro da Companhia, com foco na racionalização de custos, na maximização de receitas, no aprimoramento da gestão orçamentária e na priorização de investimentos estratégicos. Esse esforço tem sido conduzido de forma responsável e planejada, buscando fortalecer a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia e criar bases mais sólidas para a continuidade de suas operações, de seus projetos estruturantes e de sua contribuição ao setor elétrico nacional.

No momento em que a energia nuclear se fortalece como estratégia importante de redução das emissões de carbono, a ELETRONUCLEAR reafirma seu papel no desenvolvimento tecnológico e estabilidade energética do país. Neste ano, vamos continuar lutando para ampliar a oferta de energia do país através da retomada das obras de Angra 3 e trabalhando muito para garantir o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), beneficiando milhões de lares brasileiros cada vez mais demandantes de eletricidade para o dia a dia.

2- PERFIL DA COMPANHIA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 - A ELETRONUCLEAR

A ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, resultado da incorporação em maio de 1997, da antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A., pela NUCLEN - Engenharia e Serviços S.A., Companhia criada em dezembro de 1975. Em dezembro de 1997, por decreto presidencial, foi aprovado novo estatuto social da Companhia com alteração da razão social, mantendo a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica. A Companhia hoje é controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, e teve sua denominação social alterada de Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR para ELETRONUCLEAR S.A desde junho de 2022.

2.3 - INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos totais da ELETRONUCLEAR somaram R\$ 1.048.738.677, o que corresponde a 57,8% do orçamento total aprovado para o ano de 2025, no valor de R\$ 1.814.572.014. Deste total aprovado, destacam-se R\$ 397.137.394 que correspondem a gastos corporativos com o Projeto de Implementação da Usina Nuclear Angra 3; R\$ 782.562.384 relativos a investimentos para o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1; e R\$ 600.962.108 referentes a investimentos realizados na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2.

As realizações de 2025 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais e pela Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 (LOA).

O Decreto nº 12.280, de 29 de novembro de 2024 aprovou o Programa de Dispêndios Globais para o exercício financeiro de 2025. Esse mesmo Ato Normativo estabeleceu o valor de R\$ 1.814.572.014 para investimentos. A Portaria MGI nº 11.487, de 30 de dezembro de 2025 adequou as fontes de receita reclassificando a parcela de Debêntures prevista, porém não efetivada no ano de 2025.

Os quadros abaixo detalham as previsões e execuções das principais Ações Orçamentárias da ELETRONUCLEAR para o exercício de 2025, bem como, percentuais de execução para cada Ação:

Ação: 4477												
Finalidade da Ação:												
Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como do atendimento dos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.												
Orçamento:												
Realização:												
2025												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
3.844.985	29.177.655	2.855.329	14.570.729	4.789.205	10.494.195	5.753.278	14.463.969	9.270.902	10.273.541	1.568.386	39.312.768	
META				PREVISÃO R\$				EXECUÇÃO R\$				EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira				600.962.108				146.374.944				24,30%

Ação: 5E88												
Finalidade da Ação:												
Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11.000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macrorregião de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, socioambiental e cultural.												
Orçamento:												
Realização:												
2025												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
13.960.853	9.699.579	15.115.343	11.115.946	14.214.574	90.756.602	43.150.935	9.775.596	33.172.974	12.218.039	32.541.419	19.307.934	
META				PREVISÃO R\$				EXECUÇÃO R\$				EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira				397.137.394				305.029.793				76,80%

Ação: 160T												
Finalidade da Ação:												
O objetivo do Programa é estender a operação de Angra 1 por mais 20 anos, a partir do vencimento da atual licença. Assim, a vida útil da planta passaria de 40 para 60 anos, com geração de energia limpa e segura.												
Orçamento:												
Realização:												
2025												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
23.270.224	37.803.643	71.249.410	26.115.047	54.980.174	81.556.376	13.310.777	14.442.330	154.228.771	38.309.483	30.770.718	39.407.633	
META				PREVISÃO R\$				EXECUÇÃO R\$				EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira				782.562.384				585.444.587				74,80%

Tabela de Execução Orçamentária / Financeira das principais Ações Realizadas pela ELETRONUCLEAR para Angra 1 e 2; Angra 3; e LTO de Angra 1, no exercício de 2025:

AÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
4477	600.962.108	146.374.944	24%
5E88	397.137.394	305.029.793	77%
160T	782.562.384	585.444.587	75%
TOTAL	1.780.661.886	1.036.849.324	58%

2.4- DESTAQUES 2025

Desempenho de Angra 1 e Angra 2

- Em 2025, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 15.832.660,2 MWh, alcançando a 4ª (quarta) maior geração da CNAAA em mais de 40 anos de operação destas usinas;
- Os meses de agosto e outubro foram, respectivamente, o quinto e o quarto melhor mês da história de Angra 1 em relação a geração de energia elétrica bruta e líquida;
- A Usina Nuclear Angra 2 apresentou um desempenho notável em 2025, com expectativa de figurar entre as 10 maiores geradoras nucleares do mundo em quantidade de energia gerada. Essa avaliação é baseada na análise dos últimos 5 anos de produção de energia das principais usinas nucleares globais. Considerando a energia gerada nos últimos 5 anos, Angra 2 varia entre o 5º e o 8º lugar, dependendo do ano. Com base nessa tendência, há uma expectativa de que a usina esteja entre as 10 maiores geradoras de 2025. A confirmação oficial desse ranking ocorrerá em abril de 2026, quando os dados globais de geração de energia de 2025 forem consolidados. É importante destacar que esse desempenho é medido pela quantidade de energia gerada, um parâmetro que reflete a capacidade produtiva da usina. Em termos de disponibilidade, Angra 2 também se posiciona no primeiro quartil, embora nesse critério a comparação envolva usinas de diferentes portes e potências.

Essa conquista reforça a importância de Angra 2 como uma das principais fontes de energia limpa e segura do Brasil, contribuindo significativamente para a matriz energética nacional. A ELETRONUCLEAR continuará monitorando os dados e apresentará os resultados oficiais quando disponíveis.

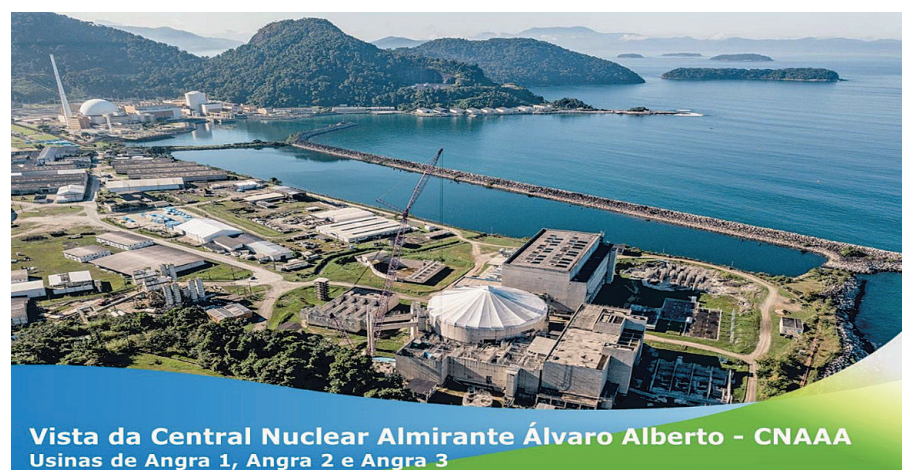
Gestão Financeira Responsável

- Intensificação de esforços para redução dos custos operacionais através de iniciativas como: revisões de contratos, medidas de redução de despesas de pessoal (PDV, hora extra, periculosidade, sobreaviso, treinamento eletivo etc.);
- Com a implementação dessas medidas, em 2025, a relação entre PMSO e o PMSO Regulatório foi novamente reduzida para 1,23x, evidenciando uma representativa redução dos custos da Companhia frente aos anos anteriores e dentro da meta estipulada no PDG da Companhia de fechar o ano abaixo de 1,25x. Como referência, para os anos de 2022 e 2023 tivemos esse indicador fechando em 1,5x e 1,6x respectivamente, e com implantação das medidas de maneira mais acentuada a partir de 2024, fechamos este ano em 1,4x invertendo a curva de crescimento e consolidando essa trajetória decrescente com o resultado de 1,23x de 2025;
- Em 2025, a ELETRONUCLEAR contratou a consultoria Abdo, Ellery & Associados visando a apuração independente dos custos operacionais regulatórios, de forma a embasar o pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de reequilíbrio econômico-financeiro, capaz de prover a sustentabilidade e segurança operacional da Companhia, material enviado a Aneel ao final de 2025.

A sede da Companhia fica na cidade do Rio de Janeiro, as instalações industriais que incluem as Usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis e escritórios, vilas residenciais, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento, em Paraty, contando ainda com escritório de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, composta de duas Usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a Usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2, porém, com potência nominal elevada para 1.405 MW.

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, cuja potência nominal é de 1990 MW, além das atividades de projeto e construção da Usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR conta com um efetivo total de 1.716 empregados.



Vista da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA Usinas de Angra 1, Angra 2 e Angra 3

2.2 - ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Com a capitalização da Eletrobras (atual Axia Energia) em junho de 2022, a ELETRONUCLEAR passou a ter um novo modelo societário. A Eletrobras (atual Axia Energia), por meio do Comunicado ao Mercado de 22 de outubro de 2025, anunciou que houve a alteração do nome para Axia Energia S.A.

A Empresa Brasileira de Participações em Energia – ENBPar é a controladora da ELETRONUCLEAR contendo 64,10% das ações ordinárias. Todavia, a Axia Energia S.A continua como um importante acionista da Companhia.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		31/12/2025 PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
AXIA Energia S.A.	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.082.282	67,95
Depto de Águas Elétrica Est.SP - DAAE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00

Econômico-Financeiro:

- A materialização e contabilização de crédito fiscal IR/CS no montante aproximado de R\$ 410 milhões, referente à atualização monetária de dividendos de 2022 (sendo compensado em caixa com tributos de 2025);
- A rolagem do financiamento de curto prazo com os bancos BTG e ABC no montante de R\$ 530 milhões para vencimento em junho de 2026;
- Reajuste tarifário de 2026 com resultado de acréscimo na ordem de R\$ 700 milhões (acréscimo na ordem de 20%), sendo aproximadamente R\$ 140 milhões decorrentes de reconhecimento pela Aneel de "erro material" no processo de revisão tarifária de 2023 e aprovados de maneira retroativa para a tarifa de 2026; e
- Aprovação e materialização junto a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) de procedimento regular para reembolso dos tributos dos rendimentos do Fundo de Descomissionamento que oneram anualmente a ELETRONUCLEAR. Com base neste procedimento, foram aprovados e já reembolsados a ELETRONUCLEAR o montante de aproximadamente R\$ 90 milhões de tributos referentes ao ano de 2025.

Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO)

- A ANSN, através da Resolução Nº 331, de 21 de novembro de 2024, concedeu Autorização para Operação a Longo Prazo (AOLP) de Angra 1 por mais 20 anos, mediante ao atendimento de 15 condicionantes pela ELETRONUCLEAR.
- Em 2025, foram realizadas as ações para o atendimento das condicionantes cujo prazo vencia neste ano.
- Foram principalmente executados os projetos e inspeções programados para a parada 1P29 e atendidas as expectativas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), que sucedeu a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).
- Em 2025, o percentual de avanço físico dos projetos do LTO alcançou 65,46% do programado.

Angra 3

- Uma atualização e complementação dos estudos relativos à modelagem econômico-financeira para a conclusão de Angra 3 foi solicitada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em reunião ocorrida em 01 de outubro de 2025 e foi concluída pelo BNDES. As condições avaliadas são os cenários de manutenção de sócio privado minoritário; conclusão de Angra 3 exclusivamente com recursos obtidos junto à ENBPar e à União; e atualização dos estudos de custo de abandono da obra. A ELETRONUCLEAR aguarda a definição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Cultura de Segurança

- Continuas sensibilizações da força de trabalho sobre a Cultura de segurança;
- Intensas interações com a Associação Mundial de Operadores Nucleares (WANO, na sigla em inglês) e Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, na sigla em inglês) com destaque para: Missão WANO Peer Review Follow-up.

Ambiental

- Durante o ano de 2025, foram realizadas cerca de 4.860 análises de amostras ambientais, cujos resultados demonstram que não houve impacto radiológico, nem impacto ambiental significativo decorrente da operação das usinas Angra 1, Angra 2 e UAS neste período.
- O Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), licenciado junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), teve início como uma iniciativa voluntária da ELETRONUCLEAR e hoje é item de atendimento de condicionante ambiental da Licença de Operação (LO) nº 1217/2014 - 1ª Renovação, de 20 de dezembro de 2024, concedida à CNAAA pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em 2025, foram atendidos 384 animais, os quais foram devolvidos ao seu ambiente natural após a reabilitação ou encaminhados para instituições credenciadas, quando a soltura não foi possível.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Social

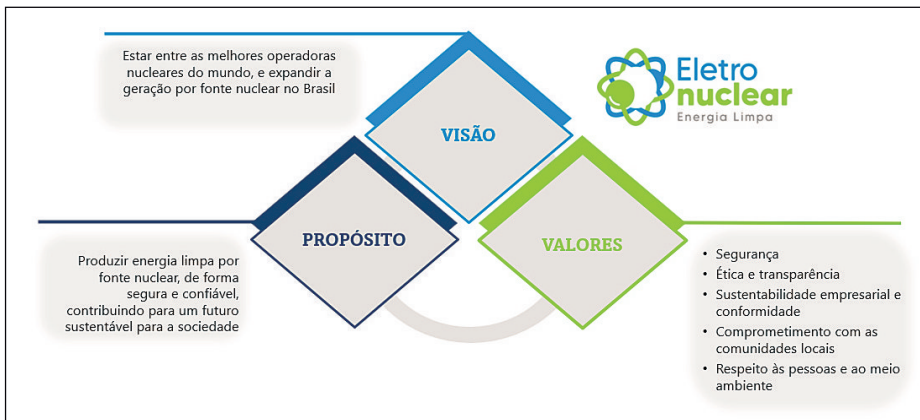
- Convênios para atendimento de Condicionantes do Licenciamento Ambiental de Angra 3 e CNAAA;
- Ações do Voluntariado Corporativo, Cristo Redentor Experience, STEM – Menina na Nuclear (Etapa Quilombos)

Governança

- Monitoramento do Programa de Integridade;
- Submissão dos fornecedores de serviços contínuos a *due diligenc* nos aspectos de integridade;
- Sensibilização dos fornecedores de risco alto e muito alto, quanto aos aspectos de Integridade da ELETRONUCLEAR;
- Priorização de Riscos Corporativos para 2025 alinhados com o Plano de Negócios e Gestão.

2.5- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Reunimos no Plano de Negócios e Gestão (PNG 2026-2030) o planejamento estratégico da ELETRONUCLEAR para um horizonte de cinco anos. O documento reúne a Identidade Empresarial da Companhia com a visão, propósito e valores:



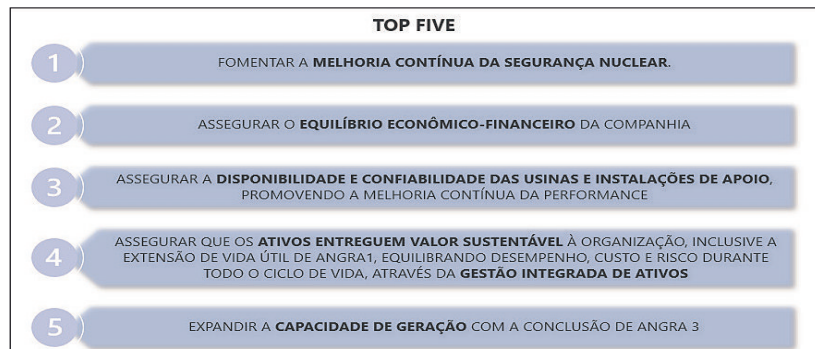
Tendo a Identidade Empresarial como principal norteador, o PNG se desdobra em Pilares e Objetivos Estratégicos. Cada objetivo estratégico possui ao menos um indicador estratégico, que mensura o alcance do objetivo, e ao menos uma iniciativa estratégica (programa ou projeto), que suporta o objetivo estratégico ao qual está conectado.

O Mapa Estratégico da ELETRONUCLEAR contendo a Identidade Empresarial, Pilares e Objetivos Estratégicos e os indicadores de Topo estão descritos na figura abaixo:



Para ser facilmente compreendido, a ELETRONUCLEAR traduz o Plano de Negócios e Gestão (PNG) em uma lista com os cinco principais objetivos estratégicos. Os objetivos estratégicos são interligados, ressaltam questões cruciais para a Companhia e estão relacionados por ordem de prioridade.

O **TOP FIVE Corporate Goals** é a lista dos 5 principais objetivos estratégicos da ELETRONUCLEAR. Além disso, representa um poderoso instrumento para comunicar de maneira clara a estratégia aos empregados. Com a lista sempre à vista, como um *checklist*, todos podem identificar facilmente qual é sua participação no atingimento das metas da Companhia:



3- ASPECTOS OPERACIONAIS

3.1 – DESEMPENHO DAS USINAS

Em 2025, as metas propostas para os Indicadores de Desempenho relacionados à Segurança Operacional das usinas Angra 1 e 2 foram alcançadas ou superadas.

As unidades operaram na condição SEGURA, conforme identificado pela Monitoração de Risco das Usinas Angra 1 e 2 em potência ao longo do ano, através de técnicas de Análise Probabilística de Segurança.

Acompanhando o excelente desempenho em relação à segurança das Usinas, cabe também destacar que em 2025, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 15.832.660,2 MWh, alcançando a 4ª (quarta) maior geração da CNAAA em mais de 40 anos de operação destas usinas.

A produção histórica acumulada das duas usinas alcançou o valor de 396,18 milhões de MWh.

Angra 1 operou durante 259 dias em 2025 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) produzindo um total de 3.935.545,69 MWh de Energia Elétrica Bruta, alcançando um Fator de Disponibilidade de 69,35% e um Fator de Capacidade de 69,65%.

Os meses de agosto e outubro foram, respectivamente, o quinto e o quarto melhor mês da história de Angra 1 em relação a geração de energia elétrica bruta e líquida.

Como fato relevante, foi realizada, na Parada 1P29, a implementação de projetos de melhoria do Programa de Extensão de Vida Útil (LTO) como, por exemplo, a substituição do sistema de medição de temperatura do núcleo, modernização do sistema de mapeamento do fluxo neutrônico do Reator, revestimento de solda estrutural sobre os bocais de injeção de segurança e troca dos parafusos dos suportes do Interno Inferior.

Angra 2 operou durante 365 dias, em 2025, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), não ocorrendo parada no referido ano para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 11.898.571,00 MWh de Energia Bruta, alcançando um Fator de Disponibilidade = 99,97% e Fator de Capacidade 100,39%. Não houve desarme de Reator em Angra 2 no ano de 2025, dessa maneira, a Usina completou o sexto ciclo seguido (ciclos 16, 17, 18, 19, 20 e 21) sem desarme de Reator.

Este ano, Angra 2 registrou recorde de Geração Anual de Energia desde o seu primeiro sincronismo ao Sistema Interligado Nacional, e se posiciona entre as 10 Maiores Geradoras de Energia em quantidade de energia gerada entre 421 Usinas Nucleares do Mundo. Angra 2 operou o ciclo 21, até o final de dezembro, sem falha de combustível.

Acompanhando o desempenho dos últimos anos, as metas propostas para os Indicadores dos sistemas relacionados à segurança de Angra 1 e Angra 2 foram satisfatoriamente atingidas, expressando uma operação segura e confiável das usinas. Quanto ao desempenho das Usinas no ano de 2025, o montante de energia entregue pela ELETRONUCLEAR foi superior a Garantia Física contratada, desta forma o cenário é de Parcela Variável no valor de R\$ 37.735.180,21.

Ainda neste ano, a Unidade de Armazenamento a Seco (UAS) operou com eficiência, recebendo mais 11 *HI-STORMS*, provenientes da Usina Angra 1, em função da realização da primeira fase da segunda campanha de transferência de elementos combustíveis irradiados para a UAS. Com isso, existem 41 *HI-STORMS* armazenados nesta Instalação, sendo 17 *HI-STORMS* contendo elementos combustíveis de Angra 1 e 24 *HI-STORMS* contendo elementos combustíveis de Angra 2, totalizando 1.397 elementos combustíveis irradiados.

3.2 – SEGURANÇA NUCLEAR

Os princípios da segurança nuclear enfatizam a importância de uma cultura de segurança que permeie todas as atividades relacionadas direta e indiretamente com a produção de eletricidade numa central nuclear e garanta que o desempenho se situe num nível de competência e dedicação acima e além da simples conformidade com as boas práticas ou produtividade financeira, incorporando objetivos de segurança a um nível muito elevado, de modo que, nas centrais nucleares, a probabilidade de um acidente causar danos graves no núcleo, às pessoas ou ao meio ambiente seja mínima. Na ELETRONUCLEAR, onde a segurança nuclear é tratada como prioridade absoluta e as questões de segurança das usinas recebem a atenção que a sua importância justifica, a cultura de segurança nuclear é o primeiro dos 5 principais objetivos corporativos que a Companhia estabeleceu como meta empresarial para toda a sua estrutura organizacional.

Dentre as principais iniciativas adotadas pela ELETRONUCLEAR com este objetivo, estão o fomento da cultura de segurança em toda a organização, seja em sua formação ou manutenção, por meio de ações de capacitação, treinamento e reciclagem de seus funcionários e prestadores de serviço, de um rigoroso sistema de auditorias e revisões de segurança, nacionais e internacionais, com a participação do órgão regulador (ANSN) e de, pelo menos, duas das maiores entidades mundiais nessa área: a Associação Mundial de Operadores Nucleares (WANO, na sigla em inglês) e a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, na sigla em inglês) que atuam no intercâmbio técnico de seus profissionais em instalações nucleares no mundo.

A ELETRONUCLEAR, por sua vez, realiza revisões de cultura de segurança, seja com recursos próprios, seja de forma independente com a participação de consultores externos. Além disso, no âmbito das usinas nucleares, uma infraestrutura documental de procedimentos, normas e instruções de trabalho norteia todas as ações operacionais, de engenharia e de fatores humanos, visando garantir a operação segura dos reatores em Angra 1 e em Angra 2, assim como na construção de Angra 3. Todos esses processos, passíveis de auditorias pelo órgão regulador, seguem uma agenda específica e periódica.

Uma função corporativa relevante que possui esse mesmo objetivo é a Supervisão Nuclear Independente, onde uma unidade organizacional subordinada à Diretoria Executiva, a Coordenação de Segurança e Supervisão Independente (CS.DE), realiza observações e inspeções no campo, seja nas instalações industriais, seja nas diversas atividades do setor corporativo que dão apoio às atividades de operação das usinas, seja através das recomendações geradas pelo seu comitê gestor multidisciplinar, o Comitê de Supervisão Independente de Segurança (COSIS), que reúne-se trimestralmente para discutir matérias relacionadas à operação das usinas, complementando o trabalho do Comitê de Análise de Operação Nuclear (CAON). Como consequência desse trabalho, a CS.DE busca a melhoria dos vários processos envolvidos, por meio da emissão de suas notificações de supervisão independente. Outra atribuição é avaliar constantemente a cultura de segurança da Companhia, por meio de ferramentas e processos de pesquisa. Neste sentido, a CS.DE aplicou um questionário através de uma empresa contratada no final de 2024, cujos resultados foram apresentados em 2025. Os resultados apontaram percepções diversas entre públicos, localidades e unidades organizacionais, destacando tanto práticas consolidadas quanto oportunidades de avanço estratégico.

A média geral de favorabilidade (68%) indicou que o tema está presente no dia a dia dos empregados, mas sua consolidação como valor transversal ainda encontra barreiras em algumas áreas e perfis. Entre os principais pontos fortes, destacam-se o senso de responsabilidade individual pela segurança, a valorização da colaboração entre colegas e a percepção de que a segurança integra os valores da Companhia. Por outro lado, aspectos relacionados à atuação da alta liderança, à coerência entre discurso e prática e à cultura de escuta e reconhecimento ainda aparecem com resultados mais críticos.

No âmbito internacional, outra função de supervisão independente é executada pelo *Latin-American Independent Nuclear Oversight (Lai-INOS)*, na sigla em inglês), onde a ELETRONUCLEAR, desde 2017, tem sido a representante do Brasil, juntamente com México e da Argentina, num programa de revisão, planejamento e a execução de revisões independentes de segurança nuclear, definindo datas e temas para serem desenvolvidos nos anos seguintes, igualmente visando garantir altos níveis de desempenho e segurança.

Outras iniciativas, não menos importantes, incluem a divulgação do Momento de Cultura de Segurança na abertura das reuniões diárias da presidência com seus diretores e principais gestores, aperfeiçoadas em 2025 para trazer analogias e comparações a partir de temas variados, muito deles cobrindo aspectos não técnicos, correlacionando-os aos diversos fundamentos da cultura de segurança, que deveria atingir todos os seus funcionários, estagiários e prestadores de serviço, nos seus diversos níveis hierárquicos, visando a melhoria contínua da organização, bem como a promoção de palestras cuja temática reforça valores e conceitos de cultura de segurança. Outra atividade complementar ao fomento à cultura de segurança em 2025 foi a continuação do treinamento on-line de cultura de segurança para todos os funcionários e prestadores de serviço, em todos os níveis da organização.

A ELETRONUCLEAR possui ainda um Comitê de Supervisão Independente de Segurança (COSIS), criado em 2014, que tem por objetivo estabelecer um processo de revisão independente e periódica dos aspectos da segurança integrada da companhia, incluindo processos das usinas e corporativos, bem como do Programa de Avaliações Internas e Internacionais, onde é estabelecido um calendário de missões de revisão de segurança e outras missões internacionais nessa área, envolvendo entidades como a WANO e a IAEA, aplicáveis a toda a companhia em seus diversos empreendimentos, coordenada com as paradas de reabastecimento em ambas as usinas em operação. Em 2025, sua pauta abordou temas diversos como o status operacional das usinas e eventos ocorridos, a percepção geral de declínio do clima organizacional da companhia, o que provocou três reuniões extraordinárias e um relatório específico. Outros temas incluíram os preparativos para a Missão WANO *Peer Review Follow-up* ocorrida em setembro, atividades do Comitê de Logística de Suprimentos e Estratégias para redução do total de pendências do órgão regulador no Sistema e Gestão de Pendências (SGP).

Mais outra atividade sob o olhar da alta gestão da ELETRONUCLEAR, através da CS.DE, é o acompanhamento dos Comitês de Performance Humana e Cultura de Segurança das usinas Angra 1 e Angra 2, coordenados pelos seus respectivos superintendentes adjuntos. Suas atividades incluem desde o acompanhamento de diversos indicadores de desempenho humano (indiretos ao conceito de cultura de segurança, mas ainda correlatos). Além disso, a própria equipe de Segurança Industrial (parte integrante destes comitês), faz relatos rotineiros sobre os riscos da falta do uso das ferramentas de prevenção de erros, assim como o uso incorreto dos EPIs e práticas inseguras, sempre visando informar e garantir a redução dos eventos relacionados à segurança industrial nas usinas, assim como na central. Incluem-se também apresentações de filmes educativos, atualizações de procedimentos, relatos de experiência operacional etc. Em 2025, particularmente em Angra 2, as principais iniciativas do respectivo comitê, além da execução do Plano Anual de Melhoria em Performance Humana, foi a formalização em procedimento do Programa de Identificação de Líderes em Performance Humana e o lançamento do Programa de Reconhecimento de Colaboradores, que consiste em valorizar aqueles colaboradores que se destacam por bons serviços e por servirem de exemplo para os demais em matéria de segurança. Esta prática está sendo planejada também para Angra 1.

Outra função em prol da segurança nuclear é a atuação do Comitê de Análise de Operação Nuclear (CAON). Ele é regido pelo procedimento PC-AG-OP-001 e é um órgão permanente destinado à apreciação e verificação de assuntos que envolvam a segurança de operação das usinas Angra 1 e Angra 2, fornecendo subsídios ao Diretor de Operação e Comercialização (DO), visando a tomada de decisão quanto a medidas que possibilitem a manutenção e a melhoria da segurança nuclear. Tem como atribuições examinar as avaliações de segurança feitas para alterações em procedimentos, modificações nas especificações técnicas, estruturas, equipamentos e sistemas das usinas, bem como testes específicos, propostas de modificações em procedimentos, entre outras. Também é de sua atribuição, avaliar o resultado das auditorias da Qualidade, o Plano de Emergência Local (PEL) e, quando necessário, a estrutura organizacional da companhia, apresentar na reunião do COSIS uma avaliação global de segurança das Usinas, incluindo pendências quando aplicável. A CS.DE, que é membro deste comitê, recebe todos os relatórios por ele produzidos e o reporte da tomada de decisão de suas reuniões, tanto ordinárias quanto extraordinárias.

Treinamentos em Segurança Nuclear

Considerada o quesito essencial para o funcionamento das usinas, a segurança nuclear consiste, em grande parte, em garantir que os funcionários absorvam nos treinamentos as instruções obrigatórias para o acesso à central nuclear. Na nossa companhia, essa tarefa cabe ao Departamento de Treinamento (DTR.O), área subordinada à Diretoria de Operação (DO).

Entre as principais atribuições, a área tem a responsabilidade de supervisionar, programar e executar as atividades de treinamento, qualificação e licenciamento do pessoal de operação das usinas. Também supervisiona, programa e executa treinamentos básicos necessários à formação de pessoal de operação, de suporte à operação e de manutenção das usinas, em coordenação com os diversos órgãos da companhia. Essas ações atendem a procedimentos e normas nacionais e internacionais que orientam os treinamentos na área nuclear.

Em nosso Centro de Treinamento, contamos com um Simulador de Conduta no Trabalho e Simuladores de Sala de Controle, onde são realizados treinamentos específicos voltados ao pessoal de operação das usinas Angra 1 e Angra 2. Há também espaços destinados à realização de treinamentos práticos de Segurança e Saúde Ocupacional.

Em 2025, o Departamento de Treinamento continuou a atender com qualidade os requisitos de treinamento do pessoal de Operação da CNAAA. Dentre as ações gerais de treinamentos realizadas, destacam-se:

- aplicado o treinamento em Cultura de Segurança, direcionado aos colaboradores da companhia, incluindo estagiários, e prestadores de serviço;
- aplicado o Curso no Simulador de Conduta no Trabalho para Trabalhadores da CNAAA;
- aplicados treinamentos de Performance Humana para pessoal da ELETRONUCLEAR e prestadores de serviço;
- continuação dos treinamentos para as equipes de brigada de incêndio, incluindo Exercícios Simulados de Incêndio dentro e fora da área protegida das usinas;
- a continuação de aplicação do treinamento inicial (TI) para os novos prestadores de serviço contratados ao longo do ano, de forma a viabilizar o acesso às diversas áreas que compõem a CNAAA;
- continuam em andamento os retreinamentos de acesso à CNAAA para empregados da ELETRONUCLEAR e prestadores de serviço;
- continuam em andamento os treinamentos em atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs) para os empregados da ELETRONUCLEAR e prestadores de serviço;
- continuidade do Retreinamento dos Operadores Licenciados de Angra 1 e Angra 2;
- a continuação do treinamento do grupo HOT 27, para formação de 12 licenciados para Angra 1 e obtenção de licenças de operadores de reator (OR) e operadores sênior de reator (OSR);
- a continuação do treinamento do grupo HEISS 11, para formação de 24 licenciados para Angra 2 e obtenção de licenças de operadores de reator (OR) e operadores sênior de reator (OSR);
- realizada a aplicação do Curso Preparatório para Operador de Área Externa (CPAE), Angra 1;
- realizada a 14ª aplicação do Curso Preparatório para Operador de Painéis Auxiliares (CPOP), Angra 1;
- realizada a aplicação do Curso de Formação de Operadores de Área Controlada (CFOAC), Angra 2;
- realizada a 10ª aplicação do Curso Preparatório para Operador de Casa de Bombas e Operador da Estação de Pré-Tratamento de Água (CPCB/CPA), Angra 1;
- realizada a aplicação do Curso Preparatório para Operador da Estação Tratamento d'Água (CPTA), Angra 1;
- realizada a 20ª aplicação do Curso Preparatório para Operador de Turbina (CPOT), Angra 1;
- realizada a 7ª Aplicação do Curso de Formação de Operadores de Painéis Auxiliares (CFOPA), Angra 2;
- realizada a 5ª Aplicação do Curso Preparatório para Operador de Efluentes Radiológicos (CPOER), Angra 1;
- aplicado Treinamento do Pessoal de Operação de Angra 1 para Acompanhamento das Atividades da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustível Irradiado (UAS);
- suspensão dos treinamentos de formação para os empregados que atuarão como operadores licenciados em Angra 3 e farão parte dos grupos KALT 1 e KALT 2, considerando a situação atual do empreendimento Angra 3;
- realizada a Capacitação de Instrutores com Ênfase em Performance Humana e Ferramentas de Prevenção de Erros;
- realizadas aplicações dos Cursos Introdutórios a Angra 1 e Angra 2, CI-A1 e CI-A2 e Curso de Sistemas Básicos de Usinas Nucleares (SBUN), Angra 1 e Angra 2;
- realizada aplicação do Curso Preparatório de Energia Nuclear (CPEN);
- iniciadas as aplicações dos treinamentos de acesso à CNAAA e aqueles em atendimento às NRs para os prestadores de serviço contratados para 21ª parada para recarregamento do núcleo do reator de Angra 2;
- iniciada 1ª aplicação do Curso de Percepção de Risco para os trabalhadores da CNAAA.

Além do exposto, a manutenção de treinamentos desenvolvidos no formato virtual, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Centro de Treinamento (AVACT), possibilitou que os empregados pudessem se atualizar com conteúdo necessário ao bom andamento de suas atividades rotineiras, assim como garantiu que os trabalhadores que acessam as áreas vigiadas e protegidas das Usinas pudessem adquirir os conhecimentos essenciais para o acesso à CNAAA e mantê-los atualizados. De forma similar, continuou abrangendo os treinamentos desenvolvidos nesse mesmo formato em preparação às atividades para a Parada 2P21, para os prestadores de serviço contratados mais experientes, que já tenham realizado o curso de forma presencial.

O contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que nos presta serviços para atendimento aos programas de treinamento e retreinamento de integrantes das Usinas Angra 1, 2 e 3, em especial em atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs), e o contrato contínuo de prestação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento e aplicação de treinamentos, firmado com a Tecnatom do Brasil, continuam vigentes.

Em paralelo às ações de treinamento, as equipes de manutenção dos simuladores realizaram testes e correções de discrepâncias identificadas pelos instrutores.

O contrato com a Tecnatom S.A., para fornecimento de bens e serviços para instalação de um Simulador de escopo total para a Unidade 3 e substituição dos atuais modelos computacionais do Simulador da Unidade 2, da CNAAA, segue em andamento, assim como o processo para contratação da atualização do núcleo do Simulador de Angra 1.

Planos de Segurança

A ELETRONUCLEAR, por meio de seu Departamento de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho, realiza acompanhamento preventivo das atividades operacionais e dos registros de eventos relacionados a acidentes de trabalho.

No exercício de 2025, verificou-se aumento no número de acidentes típicos com afastamento entre empregados e entre prestadores de serviço contratados, em comparação ao ano anterior, conforme segue:

- Em 3.808.602 homens-horas trabalhadas com exposição ao risco de seus empregados, foram registrados 7 acidentes típicos com afastamento (resultando em 42 dias perdidos) e 3 acidentes sem afastamento;
- Em 5.140.761 homens-horas trabalhadas com exposição ao risco dos prestadores de serviço contratados, foram registrados 20 acidentes com afastamento (resultando em 188 dias perdidos) e 13 acidentes sem afastamento.

Foi estruturado o Programa de Redução de Acidentes de Trabalho, com o objetivo de implementar ações de segurança em toda a Companhia, abrangendo empregados e prestadores de serviço, visando à diminuição dos índices de acidentes. A implantação iniciou-se em 2024 e teve continuidade em 2025. O Departamento de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho deu início a elaboração de um procedimento corporativo de saúde e segurança do trabalho e iniciou um processo de *benchmarking* com outras empresas.

As ações da ELETRONUCLEAR voltadas à saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores estão fundamentadas na Política de Gestão de Segurança Integrada, nos Programas de Gerenciamento de Riscos, de Controle Médico de Saúde Ocupacional e de Qualidade de vida e no Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. Este manual estabelece diretrizes essenciais para preservar a integridade física das pessoas durante a operação e execução de projetos, serviços e obras sob responsabilidade da Companhia.

3.3 – GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NUCLEARES E/OU RADIOATIVOS

Todos os rejeitos radioativos gerados em usinas nucleares devem ser armazenados de forma segura, segregados de outros materiais, acondicionados em embalagens adequadas, identificados e isolados do público e meio ambiente.

Os Rejeitos radioativos são materiais resultantes de atividades humanas, que contêm radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção estabelecidos pelo órgão regulador Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

A dispensa de rejeitos sólidos só pode ser feita para o sistema de coleta de lixo urbano quando atendidos os níveis de dispensa da Norma ANSN 8.01 - Gerência de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio (Resolução ANSN 343/25).

Os rejeitos radioativos são classificados pelo nível e natureza da radiação e pela meia-vida do elemento radioativo, que contribui para o tempo em que permanecerá radioativo.

Os rejeitos radioativos gerados na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) são classificados como rejeitos de baixo e médio nível de radiação. Estes rejeitos são constituídos pelos seguintes materiais:

- Os rejeitos de baixa atividade são constituídos por materiais compressíveis, tais como, luvas e sapatinhas de plástico, panos, vestimentas especiais, entre outros e materiais não compressíveis, tais como, peças e equipamentos metálicos. Os rejeitos compressíveis são previamente picotados e posteriormente prensados dentro de tambores metálicos. Os rejeitos não compressíveis são acondicionados em caixas metálicas e imobilizados por meio de cimentação.
- Os rejeitos de média atividade são os Filtros e Resinas, utilizados na purificação dos circuitos primários das usinas e o Concentrado do Evaporador de Rejeitos, que é um subproduto do sistema de tratamento de rejeito líquido. Em Angra 1, o Concentrado do Evaporador e as Resinas são incorporados em matriz de cimento e acondicionados em embalagens denominadas *Liners*, enquanto os Filtros são imobilizados com cimento e acondicionados em tambores. Em Angra 2 é utilizado matriz de betume para a incorporação e imobilização destes rejeitos e o acondicionamento é realizado em tambores.



Os rejeitos radioativos de baixa e média atividade são acondicionados em embalagens metálicas qualificadas pela ANSN. Em Angra 2, as embalagens contendo os rejeitos são acondicionadas, inicialmente, dentro da Usina, em sala apropriada, até que sejam transferidos para o Centro de Gerenciamento de Rejeitos (CGR). Em Angra 1, os rejeitos são transferidos diretamente para o CGR, onde estão os depósitos iniciais de armazenamento de rejeitos, localizado no próprio sítio da CNAEA. Esses depósitos são permanentemente controlados e fiscalizados por técnicos em proteção radiológica e especialistas em segurança da ELETRONUCLEAR.

Os elementos combustíveis usados, que tecnicamente não são classificados como rejeito, são armazenados inicialmente dentro de piscinas no interior das usinas. Estas piscinas atendem a todos os requisitos de segurança exigidos internacionalmente. Angra 1 e Angra 2 têm capacidade para armazenar os elementos combustíveis por longos períodos de sua vida útil. Os elementos combustíveis usados também podem ser armazenados a seco na Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustível Irradiado (UAS). Esta instalação possui um Ponto de Controle onde técnicos de proteção radiológica controlam os acessos, monitoram a exposição à radiação e acompanham os serviços executados na área controlada. Especialistas em segurança da ELETRONUCLEAR fiscalizam permanentemente a instalação.

Tecnicamente estes materiais não são considerados rejeitos, uma vez que 90% do combustível usado podem ser reprocessados e reciclados no futuro e transformados em um combustível denominado óxido misto, se o país assim decidir.

O total de rejeitos radioativos de baixa e média atividade, produzidos na CNAEA pelas usinas Angra 1 e Angra 2, em 2025, foi de 116,7 metros cúbicos, sendo que a meta estabelecida pela Companhia era de não superar o total de 128,9 metros cúbicos. Como podemos ver, esta meta foi atendida com expressiva folga.

Os embalados contendo rejeitos radioativos de baixa e média atividade só deverão sair das dependências da CNAEA quando a ANSN selecionar e licenciar o Depósito Final para a armazenagem definitiva deles. A ANSN tem a responsabilidade da implantação da Política Nacional de Rejeitos Radioativos.

A indústria nuclear é uma das poucas atividades com interferência humana que têm capacidade para controlar totalmente os rejeitos radioativos que produz. Devido às características do material radioativo, a ELETRONUCLEAR armazena e controla em tempo integral todos os rejeitos radioativos das usinas de Angra.

A área de Proteção Radiológica da Companhia dispõe de procedimentos específicos para a monitoração, inspeção, transporte e contabilização dos embalados de rejeitos produzidos pelas Usinas Angra 1 e Angra 2, que visam garantir a integridade das pessoas e do meio ambiente.

3.4 – UNIDADE DE ARMazenamento A SECO (UAS)

A capacidade de armazenamento de elementos combustíveis irradiados (ECIs) nas Piscinas de Combustível Usado (PCUs) das usinas é limitada e, de acordo com a concepção de projeto dessas plantas, os elementos armazenados há mais tempo devem ser transferidos para unidades de armazenamento complementares, permitindo o armazenamento, nas PCUs, dos ECIs recém-retirados dos núcleos dos reatores.

O empreendimento denominado Unidade de Armazenamento a Seco (UAS) tratou da implantação de uma instalação específica, externa às usinas, para a estocagem complementar dos elementos combustíveis utilizados nos núcleos dos reatores de Angra 1 e Angra 2, bem como da realização da 1ª campanha de transferências de parte destes elementos combustíveis irradiados, desde as usinas até a nova instalação.

Em 2022 foi realizada a contratação da 2ª campanha de transferência de elementos combustíveis irradiados para a UAS. Essa campanha previa transferir 480 elementos combustíveis de Angra 2 em 2024 e 666 elementos combustíveis de Angra 1 em 2025 e 2026.

No dia 24 de março de 2025 foi emitida a Resolução N° 337 no Diário Oficial da União, onde a CNEN (suciedida pela ANSN) autorizou a Operação Permanente da UAS por 40 anos.

Em 2025 foi realizada a transferência de 407 elementos combustíveis de Angra 1 para a UAS, adicionando 11 *HI-STORMS* ao empreendimento.

Em 2026 será realizada a transferência de 259 elementos combustíveis de Angra 1 para a UAS, adicionando 07 *HI-STORMS* ao empreendimento e garantindo espaço na PCU de Angra 1 para operar por mais 20 anos.

Após a conclusão das transferências de Angra 1 em 2026, a UAS terá 48 *HI-STORMS* armazenados e 24 espaços para armazenar novos *HI-STORMS*.

3.5 – ANGRA 3

A operação de Angra 3, com potência de 1.405 MW (o dobro da capacidade de geração de Angra 1) trará significativos benefícios à matriz energética nacional, atendendo 4,5 milhões de pessoas, suprimindo 70% da demanda do estado do Rio de Janeiro e 3% do consumo nacional pela CNAEA. A usina de Angra 3 faz parte dos planos de expansão do parque gerador nuclear no Brasil e do Plano Nacional de Energia 2050, oferecendo uma base sólida para o sistema elétrico nacional, com maior confiabilidade e menos dependência de variações climáticas.

Como uma fonte limpa e confiável, sua entrada em operação contribuirá para o equilíbrio energético, apoiará o ciclo completo de combustível nuclear e incentivará o desenvolvimento da indústria nacional ao exigir altos padrões de qualidade em produtos e serviços. Além disso, espera-se que a usina gere impactos socioeconômicos positivos na região, incluindo a criação de empregos diretos e indiretos e o aumento na arrecadação de impostos locais.

Em 26 de março de 2025, por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras (atual Axia Energia) informou ao mercado que conjuntamente à União (partes) assinou o Termo de Conciliação decorrente dos trabalhos da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) constituída "para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes", nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, indicando de maneira resumida a não participação da Eletrobras (atual Axia Energia) na retomada de Angra 3, ainda como acionista relevante da ELETRONUCLEAR, porém na manutenção das garantias e compromissos atualmente vigentes para os financiamentos do BNDES e CEF existentes para o projeto. No mesmo fato, a Eletrobras (atual Axia Energia) também indica a concessão de aportes em até R\$ 2,4 Bilhões através de subscrição de debêntures conversíveis da ELETRONUCLEAR, com uso restrito para a LTO de Angra 1, assim garantindo a fonte de recursos necessária até 2028 para a conclusão do projeto. Os Termos foram ratificados em deliberação em assembleia geral extraordinária da Eletrobras (atual Axia Energia) ocorrida em abril. No mesmo mês, a Advocacia Geral da União (AGU) encaminhou ao STF o acordo para homologação, com vistas ao encerramento da ação judicial.

Em 28 de março de 2025, também por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras (atual Axia Energia) informou ao mercado que conjuntamente à União (partes) assinou o Termo de imediata suspensão e rescisão condicionada do acordo de investimentos celebrado, em 22 de abril de 2022, entre a Eletrobras (atual Axia Energia) e a ENBPar, conforme previsto no Termo de Conciliação.

No mês de maio de 2025, foram concluídos, pelo BNDES, os estudos remanescentes para o projeto de viabilização do Empreendimento Angra 3 e para a tomada de decisão necessária à continuidade da execução do projeto. O documento encaminha as versões finais da minuta de Matriz de Riscos do parceiro *Engineering, Procurement, and Construction (EPC)*, da minuta de Edital e da minuta do Contrato do *EPC*, a revisão do Orçamento, atualização parcial do Escopo Definitivo do *EPC*, Lista de Documentos para o *Data Room* da licitação do *EPC*, Relatório de Projeção Financeira da ENBPar, dentre outros. Os relatórios e anexos se constituem em documento preparatório à decisão do CNPE e ao processo licitatório de contratação do *EPC*. Todos os documentos passaram pela avaliação do TCU ao longo dos meses de maio e setembro, que emitiu relatório preliminar com recomendações que oportunizariam a redução do orçamento para a contratação do *EPC*. As equipes da ELETRONUCLEAR avaliaram o documento e debateram com as equipes do TCU a aceitação ou inviabilidade do atendimento às recomendações. Atualmente, está sendo discutido junto ao BNDES um planejamento das modificações aceitas, visando a conclusão das atividades antes da data de necessidade de emissão do edital para a contratação do *EPC*.

Em outubro de 2025, por meio da Resolução CNPE nº 12, de 1º de outubro de 2025, foi reconhecida a necessidade de atualização e complementação, por parte da ELETRONUCLEAR e do BNDES, dos estudos relativos à modelagem econômico-financeira para a conclusão da Usina Termonuclear Angra 3. Ao final de outubro de 2025, o BNDES encaminhou os resultados das atualizações destes estudos em cumprimento a referida Resolução CNPE nº 12, e em 4 de novembro de 2025 a ELETRONUCLEAR enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME), o resultado do estudo atualizado sobre a modelagem econômico-financeira de Angra 3, elaborado pelo BNDES. O MME deverá remeter os estudos ao CNPE, que decidirá pela conclusão ou não da usina em reunião com realização prevista ainda em 2026. O tema já foi debatido pelo CNPE em três oportunidades desde 2024 — em dezembro de 2024, fevereiro de 2025 e outubro de 2025 — ocasiões em que houve voto favorável à conclusão do empreendimento proferido pelo presidente do Conselho, o ministro de Minas e Energia, seguido, contudo, de pedido de vista coletivo pelos demais conselheiros.

Para 2026, espera-se a aprovação da tarifa pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a emissão do novo Ato de Outorga, contribuindo para a viabilização da continuidade das atividades do empreendimento.

3.6 – EXTENSÃO DE VIDA ÚTIL DE ANGRA 1

A extensão da vida útil de Angra 1, que foi formalizada pela ANSN através da concessão da Autorização para Operação a Longo Prazo Permanente (AOLP), é um dos projetos mais importantes em curso na ELETRONUCLEAR. O projeto assegurou a continuidade da operação da usina até dezembro de 2044, mantendo por mais 20 anos à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW.

Para garantir essa ampliação da operação da usina, a ELETRONUCLEAR desenvolveu o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 (*Long Term Operation - LTO*).

Também foi submetida ao Ibama a documentação para a solicitação de uma nova licença de Operação da CNAEA em setembro de 2023.

Esta documentação está sendo avaliada pelo Ibama que fez inspeção no site da CNAEA e formalizou uma série de condicionantes.

Sob o aspecto financeiro, continuam em curso negociações com instituições financeiras, assim como com a holding ENBPar visando a obtenção recursos financeiros para a execução dos projetos que estão sendo implementados no âmbito do programa, envolvendo a aquisição de sistemas e equipamentos junto a diferentes fornecedores.

Como resultado deste processo, a ANSN emitiu a Resolução No. 331 de 21 de novembro de 2024 que foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2024, em que concedeu a Autorização para Operação a Longo Prazo de Angra 1 (AOLP), prorrogando a atual AOP por mais 20 anos, contados a partir de 23 de dezembro de 2024. Portanto, a AOLP concedeu a Angra 1 a licença para operar até 23 de dezembro de 2044.

Nesta resolução, a ANSN emitiu 15 (quinze) condicionantes que serão rigorosamente atendidas pela ELETRONUCLEAR e também definiu que a quarta Reavaliação Periódica de Segurança deve ser apresentada à ANSN até janeiro de 2033.

Observe-se que, ao conceder a renovação da licença de operação, a ANSN observou o retrato da Usina naquele momento, novembro de 2024, considerando todas as melhorias, upgrades e aperfeiçoamento de processos desenvolvidos ao longo de sua vida útil original, bem como os compromissos assumidos no âmbito do Programa LTO, os quais continuarão em processo até 2030, conforme previsto. Nesse sentido, para o quinquênio 2025-2029 foi estabelecido um cronograma de implementação de projetos associados à operação de longo prazo de Angra 1. Estão incluídas as negociações e contratações de bens e serviços e o desenvolvimento dos projetos e sua instalação e comissionamento, o que ocorre durante as paradas programadas para reabastecimento de combustível, conforme cronograma abaixo:



Assinado por:

Dencimara Teixeira de Mendonça

OC02D756182847B...

4 - ASPECTOS ASG

4.1 – SUSTENTABILIDADE E AGENDA 2030

Sustentabilidade é um tema muito importante para a sustentação e perenidade do negócio e tem cada vez mais destaque na ELETRONUCLEAR. Isso fica evidente no Plano de Negócio e Gestão (PNG) da Companhia.

Apesar da importância dada ao tema nos últimos Planos de Negócios e Gestão, a ELETRONUCLEAR já adota medidas em busca do desenvolvimento sustentável há bastante tempo, dentre elas é possível destacar o Relatório de Sustentabilidade publicado no site da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2008.

Além disso, a Companhia conta com diversos compromissos firmados ao longo dos últimos anos. Desde 2006, a Companhia é signatária do Pacto Global e seus desdobramentos como as Metas do Milênio e mais recentemente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses compromissos são capitaneados pela ONU e abrangem temas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e medidas anticorrupção. Dos compromissos citados, o destaque do momento são os ODS, por ser uma agenda mundial, adotada em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030.

Para 2026, a Companhia redefiniu sua priorização dos ODS, no âmbito do Novo Plano de Negócios e Gestão (PNG 2026-2030). A partir de 2026, a Companhia priorizará apenas 06 ODS, são eles: ODS 05, 07, 11, 15, 16 e 18:

- **ODS 05 - Igualdade de gênero:** alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **ODS 07 - Energia limpa e acessível:** garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos;
- **ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **ODS 15 - Vida Terrestre:** proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- **ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes:** promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- **ODS 18 - Promoção da Igualdade Étnico-racial:** eliminar o racismo e a discriminação étnico-racial contra povos indígenas, afrodescendentes e grupos populacionais afetados por múltiplas formas de discriminação.

4.2 – GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental na ELETRONUCLEAR tem total aderência aos objetivos estratégicos de planejamento empresarial, sempre buscando eficiência nos seus processos e sistemas internos.

Dentre as ações já em curso, visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a ELETRONUCLEAR implementou na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA) o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), seguindo requisitos da norma ABNT NBR ISO 14001:2015.

Adicionalmente, a ELETRONUCLEAR adota critérios de sustentabilidade em seus processos de aquisição de materiais e de contratações de serviços, quando a exigência de requisitos ambientais é aplicável, buscando alinhar suas práticas de mercado na garantia de uma atuação sustentável em sua cadeia produtiva.

Como principal vetor de inclusão da variável socioambiental na sua atuação, a ELETRONUCLEAR se pauta nos compromissos assumidos junto ao licenciamento ambiental da CNAEA, utilizando vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental, dentre os quais destacamos:

- Programa de Educação Ambiental (PEA);
- Programa de Controle e Monitoramento da Qualidade das Águas;
- Programa de Monitoramento de Cloro Residual em Piraquara de Fora;
- Programa de Monitoramento de Sedimentos Marinhos;
- Programa de Monitoramento dos Efluentes Sanitários, Oleosos, Químicos e Radioativos;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Monitoramento e Gestão de Resíduos Sólidos (PMGRS);
- Programa de Monitoramento Radiológico Ambiental (PMARO);
- Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinhas (PMFFM);
- Programa de Monitoramento da Temperatura em Piraquara de Fora;
- Programa de Monitoração, Resgate e Reabilitação de Tartarugas Marinhas;
- Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS);
- Programa de Controle e Monitoramento das Emissões Atmosféricas e Sistema de Meteorologia;
- Programa de Monitoramento das Encostas e Vias de Acesso;
- Programa de Compensação por Perda de Vegetação Nativa;
- Programa de Monitoramento e Gerenciamento de Rejeitos Radioativos;
- Programa de Gerenciamento de Riscos Convencionais (PGRC).

A ELETRONUCLEAR segue um rigoroso programa de monitoração ambiental, baseado em estudos ambientais iniciados em 1978, antes do início da operação das usinas. Os resultados das análises ambientais atuais são comparados com os resultados dos dados obtidos nestes mais de quarenta anos de monitoração, demonstrando que a operação da CNAEA é segura.

O controle da qualidade das análises radiológicas é realizado através de programas de intercomparação mantidos pela Agência Internacional de Energia Atômica e pela ANSN, por meio do Instituto de Radioproteção e Dosimetria.

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, a ELETRONUCLEAR realiza periodicamente rondas e monitoramentos ambientais nas áreas da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA) e demais áreas de sua propriedade, visando, dentre outros, assegurar que a Companhia esteja em conformidade com as normas técnicas, legislação vigente e os requisitos do SGA, avaliando as atividades desenvolvidas, propondo medidas preventivas e identificando medidas a serem tomadas a fim de promover o uso racional dos recursos naturais.

Ainda no âmbito do SGA, na esfera da Educação Ambiental, a ELETRONUCLEAR realiza sistematicamente treinamentos dos empregados e doutrinações para os seus colaboradores e das empresas prestadoras de serviços, com objetivo de promover a sensibilização ambiental, abordar as diretrizes do SGA e da Política Ambiental da ELETRONUCLEAR.

Políticas adotadas pela gestão ambiental

O Laboratório de Monitoração Ambiental (LMA) foi criado com a missão de realizar o monitoramento ambiental na área do entorno da central nuclear (área de possível impacto), compreendendo também as regiões em Paraty e Angra dos Reis (área de controle). Esse trabalho incluiu a medição das concentrações de elementos radioativos e a análise de parâmetros físicos, químicos e biológicos no ambiente.

A monitoração ambiental é realizada de forma contínua e seus resultados são comparados com os dados obtidos no período pré-operacional, compreendendo mais 40 anos de monitoração. Durante o ano de 2025, foram realizadas cerca de 4.860 análises de amostras ambientais, cujos resultados demonstram que não houve impacto radiológico, nem impacto ambiental significativo decorrente da operação das usinas Angra 1 e Angra 2 e UAS neste período.

Dentre as ações em curso pela companhia, visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a ELETRONUCLEAR implementou o processo de medição do consumo de água através da instalação de hidrômetros nas captações realizadas para abastecimento da CNAEA.

Quanto ao gerenciamento da biodiversidade, destacamos a execução do Programa de Monitoramento e Ocorrência de Tartarugas Marinhas na Área de Influência da CNAEA – Programa Tartaruga Viva (PTV). Além de acompanhar a saúde e parâmetros biológicos de animais em áreas afetadas e não afetadas pelo efluente térmico da CNAEA, esse programa presta atendimento veterinário a tartarugas debilitadas encontradas nas praias da região. Em 2025, foram atendidos 15 animais na base do Programa. Os indivíduos recuperados são devolvidos ao mar perto do local onde foram encontrados. O PTV realiza ainda ações de educação ambiental ao receber visitantes em sua base de trabalho.

Anexo ao Laboratório de Monitoração Ambiental, o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) é licenciado junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), teve início como uma iniciativa voluntária da ELETRONUCLEAR e hoje é item de atendimento de condicionante ambiental da Licença de Operação (LO) nº 1217/2014 - 1ª Renovação, de 20 de dezembro de 2024, concedida à CNAEA pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O CRAS atende animais feridos, debilitados e órfãos de variadas espécies da fauna silvestre, como por exemplo: gambás, ouriços, bugios, tamandúas, tatus, corujas, gaviões, tucanos, papagaios, serpentes, lagartos e jabutis. Em 2025, foram atendidos 384 animais, os quais foram devolvidos ao seu ambiente natural após a reabilitação ou encaminhados para instituições credenciadas, quando a soltura não foi possível.

O Projeto de Recuperação Ambiental da Restinga de Mambucaba, localizado em uma estreita faixa de área dentro de uma área de propriedade da companhia, contou com o plantio de aproximadamente 30.000 mudas de espécies da flora típica desse ecossistema e foi finalizado em 2014, sendo rebatizado de Parque Restinga de Mambucaba.

Há ainda a Trilha Porã, inaugurada pela ELETRONUCLEAR em 2003. É um trajeto de 2,5 km situado ao longo da Rodovia BR-101 - Rio-Santos, próximo à Vila Residencial de Praia Brava, Angra dos Reis. A trilha está em uma área de propriedade da Companhia com cerca de 440 hectares, dentro do bioma Mata Atlântica. Trata-se de uma área de preservação permanente, pois é patrimônio natural protegido pela Constituição da República de 1988 e pela Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Tanto a trilha quanto o Parque Restinga de Mambucaba estão abertos à visitação pública, recebem anualmente centenas de estudantes, e constituem uma importante ferramenta para ações de educação ambiental.

Entre 2020 e 2025, a ELETRONUCLEAR executou o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas no Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB). A Companhia promoveu ações, como a retirada de 1.425 indivíduos de árvores exóticas, o controle de herbáceas em cerca 317.000m² e o plantio de 41.220 mudas de espécies nativas, em uma área total de 62 hectares, dentro dos limites do PNSB. Essa área foi indicada pela própria gestão da unidade de conservação e divide-se entre os municípios de São José do Barreiro - SP e Paraty - RJ.

No contexto da Política Ambiental, é destacado o fato da ELETRONUCLEAR gerar energia elétrica de fonte nuclear, de forma limpa, segura e confiável, comprometida com a necessidade de proteção ao meio ambiente, em consonância com os princípios que objetivam, dentre eles, atender a legislação aplicável e demais requisitos ambientais; utilizar de forma sustentável os recursos naturais no desenvolvimento das suas atividades; capacitar os colaboradores de modo que estejam conscientes das consequências das suas atividades em relação ao meio ambiente, estimulando a atitude questionadora e preventiva; fomentar práticas educativas sobre o meio ambiente para os colaboradores e as comunidades do entorno; promover ações para a proteção da biodiversidade no entorno de suas instalações e promover a melhoria contínua do desempenho ambiental da organização.

4.3 – GESTÃO SOCIAL

A ELETRONUCLEAR S.A., como atuante da comunidade na área de influência da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), segue os princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, que serve de referência para a elaboração de estratégias específicas com seu público de relacionamento.

A Companhia busca promover o diálogo ético e transparente para mitigar os impactos socioambientais de suas atividades. Valoriza o protagonismo das comunidades locais na construção de projetos e ações, considerando suas expectativas, necessidades e os contextos social, cultural, econômico, político e ambiental envolvidos, com particular atenção a grupos vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento local.

Os compromissos assumidos pela Companhia incluem:

- Garantir que os direitos humanos e o respeito às diversidades sejam parâmetros para a condução de suas ações;
- Celebrar convênios para atendimento de condicionantes do licenciamento ambiental com as prefeituras locais e outras instituições na área de influência da CNAEA;
- Desenvolver outros projetos e ações com a comunidade local.

Em 2025, a ELETRONUCLEAR direcionou suas ações para frentes estratégicas, entre as quais se destacam:

Convênios

Em 2025, o Núcleo de Responsabilidade Socioambiental da ELETRONUCLEAR manteve três convênios em vigor, firmados em atendimento às condicionantes das Licenças de Operação das usinas Angra 1 e Angra 2, emitidas pelo Ibama. As parcerias contemplaram ações nas áreas de cultura, meio ambiente, educação e desenvolvimento local, nos municípios do entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA).

Convênios mantidos no período

- **Convênio CR.P-CV005/15 Instituto Silo Cultural**
-Objeto: Desenvolvimento de ações culturais no município de Paraty.
-Condicionantes atendidas: nº 2.2.5 e nº 2.1.14.5 da Licença de Operação (LO) nº 1217/2014.
-Vigência: até 29 de setembro de 2027.
- **Convênio CR.P-CV003/15 - Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande (IED-BIG)**
-Objeto: Repovoamento marinho da Baía da Ilha Grande (Projeto POMAR), cursos de educação ambiental, maricultura e empreendedorismo, além da implantação, manutenção e monitoramento de fazendas marinhas para maricultores do entorno da CNAEA.
-Condicionantes atendidas: nº 2.1.14.3 e nº 2.2.5 da Licença de Operação (LO) nº 1217/2014.
-Vigência: encerrada em 21 de dezembro de 2025, em fase de prestação de contas final.
- **Convênio CR.P-CV004/15 – CEFET/RJ**
-Objeto: Aquisição de equipamentos, mobiliário e acervo para a biblioteca do Campus Angra dos Reis, visando à conclusão da implantação da unidade.
-Condicionantes atendidas: nº 2.2.5 e nº 2.1.14.5 da Licença de Operação (LO) nº 1217/2014.
-Vigência: até 25 de fevereiro de 2026.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Articulação institucional

Ao longo do ano, a ELETRONUCLEAR intensificou o diálogo institucional com o poder público e instituições parceiras, por meio de reuniões com a Prefeitura de Angra dos Reis, representantes dos poderes Executivo e Legislativo de municípios do entorno e visitas técnicas a instituições de ensino, com foco na identificação de novas parcerias, no fortalecimento dos convênios existentes e no apoio ao desenvolvimento regional.

Ações de Responsabilidade Socioambiental

STEM – Menina na Nuclear (Etapa Quilombos)

A ELETRONUCLEAR desenvolveu, em 2025, o projeto STEM – Menina na Nuclear (Etapa Quilombos), iniciativa de mentoria coletiva voltada ao fortalecimento educacional, pessoal e identitário de estudantes quilombolas, reafirmando o compromisso da Companhia com a diversidade, a equidade racial e a responsabilidade socioambiental. A ação teve como tema “Raízes e Asas: Quem Sou e Quem Posso Ser” e beneficiou 88 estudantes das escolas municipais quilombolas Áurea Pires da Gama, em Angra dos Reis, e Campinho, em Paraty. O ciclo foi concluído com a formatura da primeira turma da etapa Quilombos, reunindo 53 estudantes em um momento simbólico de celebração, pertencimento e valorização da ancestralidade, marcado pela apresentação cultural do Jongu Bendito Cruz, da Vila Histórica de Mambucaba.

Cristo Redentor Experience

Ao longo de 2025, a ELETRONUCLEAR viabilizou visitas ao Cristo Redentor para pessoas com deficiência visual, educadores indígenas da Aldeia Sapukai, comunidades quilombolas e instituições de assistência social de Angra dos Reis, contemplando crianças, adolescentes e pessoas em situação de rua. As atividades proporcionaram uma experiência cultural imersiva e inclusiva, ampliando o acesso à cultura e fortalecendo o vínculo da Companhia com as comunidades do entorno. A iniciativa reafirma o compromisso da ELETRONUCLEAR com a inclusão social, a democratização do acesso à cultura e a valorização de grupos historicamente vulnerabilizados, fortalecendo sua atuação responsável junto às comunidades de Angra dos Reis e Paraty.

Ação Civil Pública nº 5000772-72.2020.04.511/RJ

Em atendimento à condicionante 2.2.7 da Licença de Operação (LO) nº 1217/2014 – 2ª retificação e às determinações da Ação Civil Pública em referência, a ELETRONUCLEAR realizou, em 21 de agosto de 2025, a entrega de nove kits de notebooks e celulares a lideranças indígenas e quilombolas do entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), em Angra dos Reis (RJ).

A cerimônia ocorreu no Cineteatro de Praia Brava, antes do Seminário de Devolução das Ações dos Programas Socioambientais da Central Nuclear de Angra, e contou com a presença de cerca de 50 participantes. Foram contempladas as seguintes comunidades: Aldeia Sapukai do Bracuí, Aldeia Pataxó, Aldeia do Rio Pequeno, Aldeia Itaxi Mirim, Aldeia Arandu Mirim, Aldeia Araponga, Quilombo do Bracuí, Quilombo de Lidice e Quilombo do Campinho.

Seminário de Devolução das Ações Socioambientais

A ELETRONUCLEAR também fomenta o exercício da cidadania pelo seu corpo funcional, por meio de ações sociais desenvolvidas pelo Irradiação - Programa de Voluntariado Corporativo, para que sejam agentes de transformação na área de influência da CNAEA.

Ao longo de 2025, foram mantidas parcerias permanentes, com a mobilização mensal para doação de sangue junto ao Hemonúcleo da Costa Verde e a parceria com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), por meio da coleta de tampas plásticas, revertidas em cadeiras de rodas doadas à instituição.

Além disso, o programa promoveu ações pontuais de solidariedade, incluindo arrecadação de livros com temática afro-brasileira no âmbito do projeto STEM Menina na Nuclear, campanhas de doação de fantasias infantis para humanização do ambiente hospitalar, arrecadação de kits de higiene e brinquedos para pessoas com deficiência e a campanha natalina “Doe amor, compartilhe alegria”, beneficiando crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

As iniciativas reforçam o papel dos colaboradores da ELETRONUCLEAR como agentes de transformação social, ampliando o impacto positivo da Companhia junto às comunidades atendidas.

Programa de Voluntariado Corporativo

Ao longo de 2025, foram mantidas parcerias permanentes, com a mobilização mensal para doação de sangue junto ao Hemonúcleo da Costa Verde e a parceria com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), por meio da coleta de tampas plásticas, revertidas em cadeiras de rodas doadas à instituição.

Além disso, o programa promoveu ações pontuais de solidariedade, incluindo arrecadação de livros com temática afro-brasileira no âmbito do projeto STEM Menina na Nuclear, campanhas de doação de fantasias infantis para humanização do ambiente hospitalar, arrecadação de kits de higiene e brinquedos para pessoas com deficiência e a campanha natalina “Doe amor, compartilhe alegria”, beneficiando crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

As iniciativas reforçam o papel dos colaboradores da ELETRONUCLEAR como agentes de transformação social, ampliando o impacto positivo da Companhia junto às comunidades atendidas.

Apoios

Ao longo de 2025, a ELETRONUCLEAR realizou ações de apoio voltadas ao fortalecimento das comunidades do entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, com foco em iniciativas sociais, culturais, ambientais e de inclusão.

As ações contemplaram apoio logístico e institucional a comunidades quilombolas e indígenas, incluindo incentivo à agricultura comunitária, viabilização de transporte para participação em eventos sociais, culturais e formativos, e fortalecimento de iniciativas voltadas à valorização da cultura negra e dos povos originários, como eventos literários, exposições culturais e atividades esportivas.

Esses apoios reforçam o compromisso da ELETRONUCLEAR com o desenvolvimento social, a inclusão e o fortalecimento dos vínculos com as comunidades do entorno.

4.4 – GOVERNANÇA

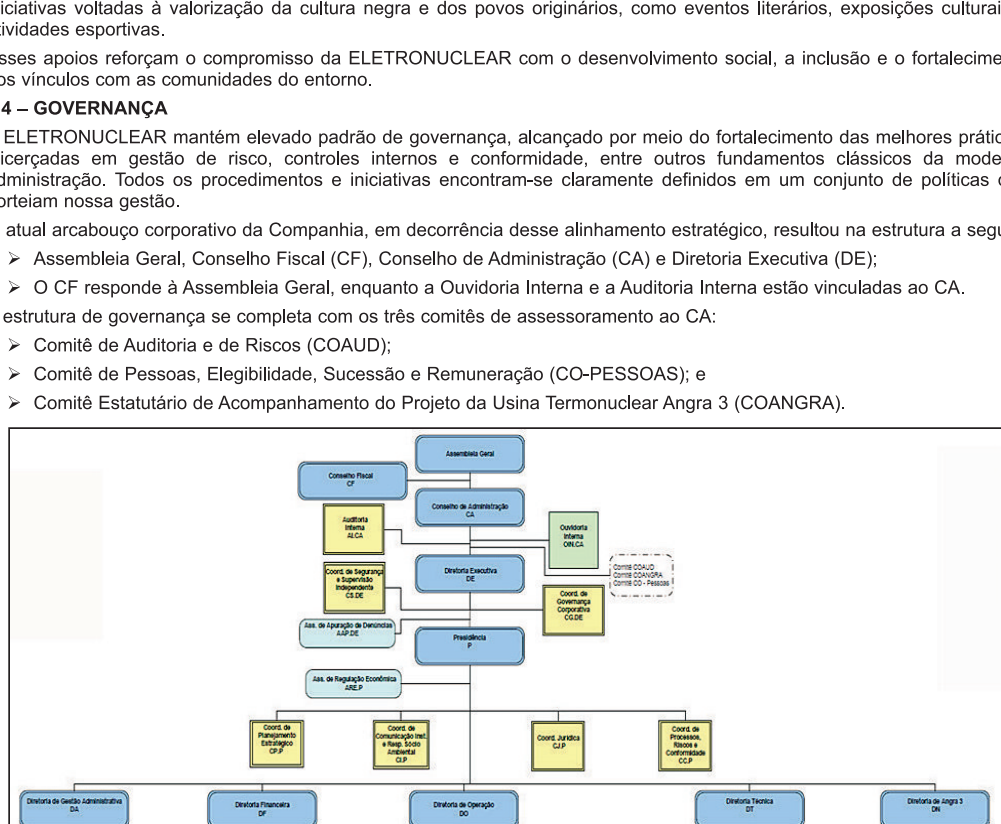
A ELETRONUCLEAR mantém elevado padrão de governança, alcançado por meio do fortalecimento das melhores práticas, alicerçadas em gestão de risco, controles internos e conformidade, entre outros fundamentos clássicos da moderna administração. Todos os procedimentos e iniciativas encontram-se claramente definidos em um conjunto de políticas que norteiam nossa gestão.

O atual arcabouço corporativo da Companhia, em decorrência desse alinhamento estratégico, resultou na estrutura a seguir:

- Assembleia Geral, Conselho Fiscal (CF), Conselho de Administração (CA) e Diretoria Executiva (DE);
- O CF responde à Assembleia Geral, enquanto a Ouvidoria Interna e a Auditoria Interna estão vinculadas ao CA.

A estrutura de governança se completa com os três comitês de assessoramento ao CA:

- Comitê de Auditoria e de Riscos (COAUD);
- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CO-PESSOAS); e
- Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Termonuclear Angra 3 (COANGRA).



Assembleia Geral de Acionistas:

Na condição de órgão máximo da estrutura de governança, tem a responsabilidade não só de eleger os integrantes que compõem o CF e o CA, como também definir diretrizes que orientem o pleno desempenho da missão da ELETRONUCLEAR. Assembleia Geral realiza-se ordinariamente uma vez por ano, na forma da lei, ou extraordinariamente, sempre que necessário.

Conselho de Administração:

Guiar os negócios da Companhia consiste no foco central do trabalho exercido pelos conselheiros, entre outras atribuições, como o acompanhamento de programas e de respectivos resultados. O conjunto de responsabilidades do CA e da DE está contido no Estatuto Social, bem como nos respectivos regimentos internos, sintonizados com as atribuições definidas na legislação.

A composição definida no estatuto da companhia fixa a indicação de sete integrantes. Cada um tem direito a dois anos de mandato e, no máximo, três reconduções consecutivas. Ainda segundo o estatuto da ELETRONUCLEAR, a indicação para composição do CA se dá da seguinte forma:

- Três Conselheiros indicados pela ENBPar, dos quais um conselheiro será eleito o presidente do CA e um será indicado pelo Ministério supervisor ao qual a ELETRONUCLEAR esteja vinculada;
- Um Conselheiro indicado pelo Ministério da Economia;
- Dois Conselheiros Independentes indicados pela Axi Energia (antiga Eletrobras);
- Um Conselheiro Representante dos Empregados.

Diretoria Executiva:

O órgão executivo de administração e representação responde por assegurar o funcionamento regular da Companhia. Eles exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas e tem em sua formação seis membros, todos eleitos pelo CA:

- Diretor-Presidente,
- Diretor Financeiro,
- Diretor de Gestão Administrativa,
- Diretor de Operações,
- Diretor Técnico; e
- Diretor de Angra 3.

Conselho Fiscal:

Cabe ao colegiado, entre suas atividades, defender os interesses da Companhia e dos acionistas e acompanhar o desempenho dos administradores. Sua atuação visa certificar o fiel cumprimento dos deveres legais e estatutários. Os cinco membros efetivos e respectivos suplentes exercem mandatos de dois anos, com possibilidade de duas reconduções consecutivas, no máximo. Tem a seguinte composição:

- Dois membros e respectivos suplentes indicados pela ENBPar;
- Um membro e respectivo suplente indicados por acionista minoritário;
- Um membro e respectivo suplente indicados pelos acionistas titulares de ações preferenciais; e
- Um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Comitê de Auditoria e de Riscos - COAUD: Órgão encarregado de conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do âmbito de suas atividades, excetuando-se aquelas de competência exclusiva do COANGRA, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes. Assessoria o Conselho de Administração e o CA supervisionando a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; de aderência às normas legais, estatutárias e regulamentares, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, controles internos; e as atividades das auditorias internas e independente.
- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CO-Pessoas): Assessoria os Acionistas e o CA nos processos de verificação da conformidade exigida para os processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração das principais lideranças da Companhia, o que inclui Administradores e Conselheiros Fiscais.
- Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Termonuclear Angra 3 (COANGRA):

Tem como finalidade assessorar o CA nos assuntos voltados ao planejamento e execução do Projeto da Usina Termonuclear Angra 3, incluindo realizar a análise e emitir opinião prévia sobre contratações de bens, serviços, obras, financiamento e garantias vinculados ao projeto, conforme alçada estabelecida pelo CA. O Comitê é de caráter provisório e com orçamento próprio, a ser mantido até o início da operação comercial da Usina Nuclear Angra 3.

4.5 – COMPLIANCE

A ELETRONUCLEAR tem o Programa de Integridade que estabelece e define os compromissos da companhia com a ética e a integridade, prevenindo e remediando impactos negativos decorrentes de situações relacionadas a fraude, corrupção e malversação, bem como no gerenciamento e mitigação dos principais riscos corporativos. O objetivo do Programa é desenvolver ações de sensibilização e conscientização junto aos seus colaboradores e demais públicos de interesse da ELETRONUCLEAR para o cumprimento das leis, políticas e normativos da Companhia, disseminando o Código de Conduta Ética e Integridade, agindo com responsabilidade e na defesa dos interesses da ELETRONUCLEAR.

A ELETRONUCLEAR dispõe de um conjunto de mecanismos para atuação junto aos seus colaboradores e fornecedores, melhorando o ambiente de negócios, conforme se observa abaixo:

- Atuação direta na avaliação de integridade de fornecedores, gestores, membros da alta administração da ELETRONUCLEAR e suas entidades vinculadas;
- Ações de comunicação e treinamento direcionadas aos colaboradores e públicos específicos, incluindo público externo como fornecedores e parceiros.
- Classificação de risco e acompanhamento dos fornecedores críticos durante a vigência dos contratos, bem como avaliação de integridade nos processos de convênios, doações e patrocínios;
- Prevenção aos casos de conflito de interesses, incluindo brindes e presentes e partes relacionadas;
- Reporte periódico à Alta Administração;

Cabe destacar, ainda, que o Programa de Integridade é composto por documentos baseados no arcabouço legal anticorrupção vigente no país, são eles:

- Código de Conduta Ética e Integridade;
- Política Anticorrupção;
- Política de Administração de Conflito de Interesses;
- Regulamento do Programa de Integridade;
- Política de Consequências;
- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Políticas de Segurança da Informação e Dados Pessoais e Privacidade;
- Regulamento de Avaliações de Integridade.

No que tange ao projeto Angra 3, a área de Conformidade, com o apoio da Deloitte Consultores, vem realizando um acompanhamento nas áreas de compliance, riscos e auditoria, por meio de produtos específicos direcionados aos processos de contratação, incluindo a matriz de riscos do empreendimento, auditorias nos principais contratos, além de outros como treinamentos aos membros dos colegiados, empregados, gestores, estagiários e os prestadores envolvidos diretamente no empreendimento.

4.6 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 2025, a Gestão de Riscos avançou na maturidade de seus processos, com foco no aperfeiçoamento contínuo dos controles mitigadores. Um destaque importante foi a elaboração de uma matriz de riscos alinhada às diretrizes estratégicas da Companhia. Essa matriz possibilitou uma avaliação mais precisa dos principais riscos capazes de impactar a organização.

Outro destaque foi o gerenciamento dos riscos relacionados à segurança nuclear na nova matriz, identificados em nível corporativo por meio de um trabalho colaborativo com as áreas operacionais das usinas. Além disso, a avaliação de impacto na segurança nuclear passou a ser considerada em todos os riscos priorizados, reforçando o compromisso da ELETRONUCLEAR com a segurança e a gestão eficaz de seus riscos estratégicos.

A identificação de novos riscos e a revisão dos fatores existentes, incluindo análises, avaliações e tratamento, foram conduzidas junto aos responsáveis pelos riscos, garantindo que as principais ameaças permanecessem dentro do apetite de risco da Companhia. Vale ressaltar o trabalho de gestão e monitoramento dos indicadores relacionados ao atendimento das condicionantes da ANSN, necessário para a extensão da vida útil de Angra 1 por mais 20 anos, bem como a gestão dos riscos corporativos das atividades do Empreendimento Angra 3, com apoio da Deloitte Consultores.

Desde 2025, o monitoramento contínuo dos riscos foi intensificado, visando identificar variações na exposição e assegurar a aplicação tempestiva de ações corretivas. Considerando a crescente complexidade e dinâmica dos negócios da ELETRONUCLEAR, a Gestão de Riscos manteve um fluxo constante de comunicação com as partes interessadas, por meio de reportes periódicos, emissão de relatórios e apresentações à Alta Administração.

Por fim, a comunicação do portfólio de riscos gerenciados foi realizada de forma tempestiva às instâncias de Alta Governança, reforçando a transparência e a governança corporativa da Companhia.

Controles Internos

Em 2025, a ELETRONUCLEAR manteve seu compromisso com a excelência em governança, direcionando as atividades de Controles Internos para o aperfeiçoamento contínuo de seus processos. A prioridade foi a remediação das deficiências identificadas nos Testes de Administração, alcançando 100% da correção dos gaps apontados. Esse resultado fortaleceu significativamente o ambiente de controles internos, especificamente aqueles relacionados às demonstrações financeiras, garantindo maior confiabilidade e assertividade nas informações contábeis da Companhia.

Além disso, o acompanhamento da gestão dos controles internos foi reportado de forma tempestiva às instâncias de Alta Governança, assegurando alinhamento estratégico e suporte às decisões da Administração. Essa prática reforça o compromisso da ELETRONUCLEAR com a transparência, a comunicação clara e a melhoria contínua, pilares fundamentais para a evolução da maturidade nos processos de Gestão de Riscos e Controles Internos, consolidando, assim, uma gestão orientada pela excelência em governança corporativa.

4.7 – DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

A ELETRONUCLEAR mantém a diversidade, a equidade e a inclusão como pilares de sua gestão de pessoas e de sua governança corporativa. Em 2024 e 2025, a Companhia avançou na consolidação de iniciativas institucionais voltadas à promoção da inclusão e ao combate a qualquer forma de discriminação, por meio da atuação integrada do Comitê de Diversidade e do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade.

O Comitê de Diversidade, com representantes de todas as diretorias, atua na proposição e implementação de ações voltadas à inclusão e à equidade, assegurando aderência às legislações de cotas para Pessoas com Deficiência (PCDs) e Pessoas Pretas e Pardas (PPPs) e promovendo práticas inclusivas nos processos seletivos. Desde 2005, o Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade desempenha papel consultivo e propositivo, reunindo-se mensalmente para planejar e acompanhar projetos relacionados à igualdade de gênero e raça, combate ao assédio e promoção de um ambiente organizacional respeitoso.

Entre as principais conquistas acumuladas no período destacam-se:

- Reconhecimento com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça em todas as seis edições do programa promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres;
- Adeção ao Programa Empresa Cidadã, ampliando licenças parentais para mães, pais e adotantes;
- Implantação de Sala de Apoio à Amamentação na sede, com plano de expansão para Angra dos Reis;
- Implementação de Política de Combate ao Assédio;
- Inclusão de dependentes homoafetivos como beneficiários legais;
- Ampliação do benefício de creche/guardiã a todos os empregados, independentemente de gênero.

O Comitê atua de forma integrada ao Programa de Qualidade de Vida Bem Viver, ampliando o alcance das iniciativas e acompanhando seus resultados por meio de indicadores, pesquisas internas e relatórios periódicos.

Diversidade nos órgãos de governança e no quadro funcional

A Diversidade é considerada também nos processos de indicação e eleição dos membros do Conselho de Administração, observando competências, experiências e pluralidade de perspectivas, com vistas ao fortalecimento da tomada de decisão estratégica.

Órgãos de governança e empregados da organização, por categoria funcional e gênero ¹	2024		2025		
	Quant.	%	Quant.	%	
Órgãos de Governança*	Homens	21	84,0	21	87,5
	Mulheres	4	16,0	3	12,5
Gerência	Homens	174	79,8	163	80,7
	Mulheres	44	20,2	39	19,3
Cargo com nível superior	Homens	705	81,3	617	80,3
	Mulheres	162	18,7	151	19,7
Cargo sem nível superior	Homens	850	80,1	758	79,5
	Mulheres	211	19,9	196	20,5

*Os órgãos de governança incluem Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Nota¹: 8% dos empregados e 5% dos gerentes se declararam negros, os percentuais de raça/cor consideram apenas registros com autodeclaração. Parte dos cadastros encontra-se classificada como “Não informado”. A Companhia não coleta informações sobre orientação sexual ou identidade de gênero, em conformidade com a LGPD e com o princípio da voluntariedade na autodeclaração.

Equidade remuneratória

No que se refere à relação entre o menor salário pago e o salário-mínimo legal, a Companhia mantém remuneração inicial significativamente superior ao piso nacional.

Proporção entre o salário mais baixo e salário-mínimo local, com discriminação por gênero	2024		2025	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Menor salário pago pela organização	4.369,81	4.369,81	4.781,62	4.781,62
Salário-mínimo determinado por legislação ou sindicato	1.412,00	1.412,00	1.518,00	1.518,00
Relação Proporcional	3,09	3,09	3,15	3,15

*As informações foram compiladas com base na média das remunerações do quadro efetivo da companhia.

Em 2025, o menor salário pago foi de R\$ 4.781,62 para homens e R\$ 4.781,62 para mulheres, frente ao salário-mínimo de R\$ 1.518,00.

Quanto à proporção entre salário-base e remuneração média por gênero, os dados evidenciam diferenças associadas à distribuição ocupacional por categoria funcional:

Proporção entre o salário-base e a remuneração ² recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	2024		2025		
	Salário-base	Remuneração média	Salário-base	Remuneração média	
Gerência	Homens	31.933,72	37.202,15	26.810,50	36.490,83
	Mulheres	28.350,98	28.986,38	24.805,05	28.640,05
Cargo com nível superior	Homens	17.762,52	20.980,16	14.077,19	20.132,61
	Mulheres	15.338,14	16.932,10	13.818,05	18.021,44
Cargo sem nível superior	Homens	9.688,97	12.386,28	8.314,86	12.877,42
	Mulheres	9.578,95	10.789,17	8.281,49	11.713,52

Nota²: A remuneração considerada inclui salário-base, gratificações de função, adicionais legais, complementos e demais rubricas fixas registradas nos sistemas corporativos, com base nos valores pagos em dezembro de 2025.

5 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

ELETRONUCLEAR DRE Gerencial Em R\$ Milhões	Realizado 2024	Realizado 2025	Δ	Δ%
	A	B	B - A	Δ / A
Receita Operacional Bruta	4.821	4.192	(629)	-13,0%
Geração	4.817	4.189	(628)	-13,0%
Outras Receitas	4	3	(1)	-16,3%
Deduções à Receita Operacional	(590)	(513)	77	-13,0%
Receita Operacional Líquida	4.231	3.679	(552)	-13,0%
Custos Operacionais	(1.062)	(1.117)	(55)	5,2%
Combustível Nuclear	(822)	(884)	(62)	7,5%
Encargos de Uso de Rede (CUST/CUSD)	(240)	(234)	6	-2,6%
Resultado Bruto	3.169	2.562	(607)	-19,2%
Despesas Operacionais	(1.948)	(2.366)	(418)	21,5%
PMSO	(1.795)	(1.700)	95	-5,3%
Pessoal	(1.023)	(1.005)	18	-1,8%
Pessoal exceto PLR e PDV	(966)	(987)	(21)	2,2%
PDV	(57)	(18)	39	-68,6%
Material	(79)	(89)	(10)	12,6%
Serviços	(509)	(473)	36	-7,0%
Outros	(184)	(132)	52	-28,1%
Provisões/Reversões operacionais	(123)	(342)	(219)	177,9%
EBITDA	1.251	520	(731)	-58,4%
Deprec./Amort	(30)	(325)	(295)	983,6%
Resultado Serviço de Energia Elétrica	1.221	195	(1.026)	-84,0%
Resultado Financeiro	(558)	(239)	319	-57,2%
Receitas Financeiras	149	113	(36)	-24,3%
Despesas Financeiras	(639)	(710)	(71)	11,1%
Resultado Financeiro Líquido FDS	194	428	234	120,5%
AVP	(262)	(70)	192	-73,5%
Resultado Antes IR/CS	663	(43)	(706)	-106,5%
IR/CS	(117)	(99)	18	-15,6%
Resultado Líquido	545	(142)	(687)	-126,1%



a) Receita Operacional Líquida

Δ 2024 / 2025

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) redução de 13,9% na receita fixa das usinas Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória nº 3.432 da Aneel.

b) Custos Operacionais

Δ 2024 / 2025

b.1) Encargos sobre uso da rede elétrica

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) redução de 2,4% no custo de encargo de Transmissão no valor de R\$ 4,6 milhões; (ii) redução de 4,1% no custo encargo de Distribuição no valor de R\$ 2,1 milhões.

b.2) Consumo de combustível nuclear

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) aumento no consumo de combustível nuclear no valor de R\$ 62 milhões, sendo, redução de R\$ 48 milhões no consumo de Angra 1 (parada 1P29 ocorrida em 2025 com duração de 97 dias) e aumento de R\$ 110 milhões no consumo de Angra 2 (reflexo da parada 2P20 ocorrida em 2024 com duração de 43 dias).

c) Despesas operacionais

c.1) Pessoal

Δ 2024 / 2025

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) as reduções de custos ligadas ao último Plano de Desligamento Voluntário (PDV), onde o quantitativo de pessoal caiu 10,6% (1.935 colaboradores ao final de 2024 contra 1.729 colaboradores ao final de 2025), foram compensadas, principalmente, pelos aumentos referentes a: (i) pagamento do ACT 2024-2026 retroativo à 01 de maio de 2024 (reajuste pelo IPCA 3,69%) com início de pagamento em maio/2025; (ii) redução na alocação de horas para Investimento por conta da transferência de cerca de 80 colaboradores da Diretoria de Angra 3 para a Diretoria Técnica (R\$ 23 milhões).

c.2) Material

Δ 2024 / 2025

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) ambas as paradas 1P29 (2025) e 2P20 (2024) tiveram consumos de Materiais equivalentes em cerca de R\$ 35 milhões. A variação da despesa no grupo de Materiais se dá pelo consumo direto ou retirada de materiais de almoxarifado não vinculados a paradas de usina.

c.3) Serviços

Δ 2024 / 2025

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) os custos totais com Serviços de Terceiros vinculados a paradas de usinas foram equivalentes em 2024 (R\$ 139 milhões: 1P28, 2P19 e 2P20) e 2025 (R\$ 134 milhões: 1P29, 2P20 e 2P21). Para os Serviços não vinculados a paradas de usinas destacam-se as seguintes reduções ou postergações: Fundação Eletronuclear de Assistência Médica (FEAM)/Centro de Medicina das Radiações Ionizantes (CMRI) R\$ 10 milhões; Mão de Obra Contratada R\$ 5 milhões; Consultorias R\$ 5 milhões; Sistema SAP SLO R\$ 10 milhões; Sistema SAP Rise R\$ 5 milhões; Sistema Máximo R\$ 3 milhões.

c.4) Outras despesas

Δ 2024 / 2025

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) perdas em investimentos no valor de R\$ 34 milhões registrada em 2024 sem contrapartida em 2025; (ii) condenações judiciais trabalhistas com destaque para Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Paraty e Angra dos Reis (STIEPAR) no valor de R\$ 13 milhões em

2024 sem contrapartida em 2025; (iii) redução com seguro nuclear R\$ 3 milhões; (iv) redução com aluguel de bens imóveis R\$ 3 milhões.

d) Provisões Operacionais

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) Provisão para ressarcimento ao Fundo de Descomissionamento no valor de R\$ 224 milhões em 2025; (ii) PCLD registrada em 2024 no valor de R\$ 40 milhões referente a multa contratual Consórcio Ferreira Guedes; (iii) Variação na atualização de provisões para contingências, conforme prognósticos do Departamento Jurídico no valor de R\$ 146 milhões; amenizados por (iv) Perdas com investimentos e combustível nuclear no ano de 2024 no valor de R\$ 106 milhões e (v) reversão de provisão atuarial em 2025 no valor de R\$ 48 milhões frente R\$ 38 milhões de 2024 (variação de R\$86 milhões).

e) Depreciação e amortização

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) depreciação referente ao imobilizado de descomissionamento R\$ 246 milhões de 2024; e (ii) maior amortização intangível em serviço em R\$ 32 milhões.

f) Resultado financeiro

Δ 2024 / 2025

f.1) Receitas Financeiras

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) redução em Outras Receitas Financeiras: destaque para multa contratual do Consorcio Ferreira Guedes, no valor de R\$ 33,5 milhões em 2024 sem contrapartida em 2025; (ii) redução no rendimento sobre aplicações financeiras no valor de R\$ 3,9 milhões.

f.2) Despesas financeiras

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) Aumento Encargos de Dívidas no valor de R\$ 73 milhões; (ii) reversão/redução do Ajuste a Valor Presente do Passivo de Descomissionamento (AVP) no valor de R\$ 192 milhões.

f.3) Fundo de Descomissionamento

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) aumento rendimento líquido do Fundo de Descomissionamento no valor de R\$ 234 milhões.

Abaixo quadro do resultado financeiro dos dois períodos:

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2024	2025
Receitas Financeiras	149	113
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	58	54
Outras receitas financeiras	91	59
Despesas financeiras	(639)	(710)
Encargos sobre financiamentos	(536)	(609)
Multas e Juros	(23)	(13)
Outras despesas financeiras	(80)	(88)
Resultado Financeiro sobre FDES	194	428
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento	244	428
Perda sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento	(50)	-
Ajuste a valor presente desmobilização de ativos (AVP)	(262)	(70)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(262)	(70)
Total	(558)	(239)

6 – BALANÇO SOCIAL

O cumprimento dos preceitos estatutários da ELETRONUCLEAR, como delegada da União para exploração de instalações nucleares para geração elétrica no país, está intrinsecamente associado ao desenvolvimento de atividades que garantam o atendimento de todos os requisitos de segurança inerentes às suas instalações, bem como a inserção equilibrada deste processo produtivo nas atividades socioeconômicas da macrorregião de Angra dos Reis.

A ELETRONUCLEAR desenvolve ações e estabelece políticas que proporcionem benefícios não só à Companhia, mas também para toda a sociedade. O comprometimento da companhia com os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, circunvizinhos à Central Nuclear, se traduz por ações de responsabilidade social, através de convênios, programas ou projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e, ao lado de governos e do setor elétrico, em prol do desenvolvimento sustentável da região.

O comprometimento da ELETRONUCLEAR com o ambiente externo e com a melhoria da qualidade de vida da população, de seus empregados e dos prestadores de serviços está registrado em seu **Balanco Social** – Informações de Natureza Social e Ambiental, que expressa o compromisso da sua administração na busca da harmonia e da integração entre capital, trabalho e o meio ambiente, conforme as informações contidas no Balanco Social (não auditado) a seguir:

Balanco Social 2025 - Informações de Natureza Social e Ambiental (Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza - Distribuição do Valor Adicionado (a)

	31/12/2025	31/12/2024
Governo	35,62%	27,43%
Acionistas	-6,06%	16,30%
Empregados	35,53%	26,99%
Financiadores	34,91%	29,28%

2 - Informações Complementares

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida (ROL)	3.679.040	4.230.830
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	78.645	661.573

3 - Recursos Humanos

	31/12/2025	31/12/2024
3.1 - Remuneração		
Empregados	978.819	892.485
Administradores	5.551	5.875
Folha de pagamento bruta (FPB) (b)	984.370	898.360

	31/12/2025	31/12/2024
3.2 - Relação entre a maior e menor remuneração		
Empregados	36,97%	21,68%
Administradores	2,23%	11,48%

3.3 - Benefícios Concedidos

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor	% sobre FPB (b)	% sobre ROL (c)	Valor	% sobre FPB (b)	% sobre ROL (c)
Encargos sociais	242.201	24,60%	6,58%	225.883	25,14%	5,34%
Alimentação	39.582	4,02%	1,08%	38.984	4,34%	0,92%
Transporte	28.187	2,86%	0,77%	25.439	2,83%	0,60%
Previdência privada	38.972	3,96%	1,06%	37.244	4,15%	0,88%
Saúde	85.267	8,66%	2,32%	92.134	10,26%	2,18%
Segurança e medicina do trabalho	2.036	0,21%	0,06%	2.043	0,23%	0,05%
Educação ou auxílio creche	9.361	0,95%	0,25%	11.770	1,31%	0,28%
Cultura	372	0,04%	0,01%	301	0,03%	0,007%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.601	0,77%	0,21%	7.689	0,86%	0,18%
Outros	85.574	8,69%	2,33%	84.344	9,39%	1,99%
Total	539.153			525.831		

3.4 - Composição do corpo funcional

	31/12/2025	31/12/2024
Nº de empregados	1.716	1.920
Nº de admissões	-	59
Nº de demissões	208	58
Nº de estagiários	52	105
Nº de empregados PCD (e)	28	29

3.8 - Nº de empregados por nível de escolaridade

	31/12/2025	31/12/2024
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	11	14
com ensino médio	115	209
com ensino técnico	677	664
com ensino superior	710	791
pós-graduação	203	242

3.9 - Contingências e passivos trabalhistas

Nº de processos trabalhistas contra a entidade	65	49
Nº de processos trab. julgados procedentes	20	42
Nº de processos trab. julgados improcedentes	32	15

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 12.903	R\$ 21.165
--	------------	------------

3.7 - % de ocupantes de cargos de chefia, por sexo

Masculino	80,69%	78,70%
Feminino	19,31%	21,30%

4 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

4.1 - Relacionamento com a Comunidade

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor	% sobre RO (d)	% sobre ROL (c)	Valor	% sobre RO (d)	% sobre ROL (c)
Educação ou auxílio creche	-	0,00%	0,00%	3.081	0,47%	0,07%
Cultura	1.450	1,84%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	32.360	41,15%	0,88%	40.449	6,11%	0,96%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Alimentação	10	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	181	0,23%	0,00%	120	0,02%	0,00%
Total dos investimentos	34.001	43,23%	0,92%	43.650	6,60%	1,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	835.971	1.062,97%	22,72%	674.741	101,99%	15,95%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	-	-
Total - Relacionamento com a Comunidade	869.972	1.106,20%	23,65%	718.391	108,59%	16,98%

4.2 - Interação com os Fornecedores

A ELETRONUCLEAR conduz seus processos de contratação em conformidade com a legislação aplicável às empresas estatais, especialmente a Lei nº 13.303/2016, adotando critérios objetivos e transparentes de seleção baseados em requisitos legais, técnicos, econômico-financeiros, de qualidade, competitividade e sustentabilidade.

A Companhia exige de seus fornecedores e prestadores de serviços o compromisso formal com a ética, a integridade corporativa e a responsabilidade socioambiental, incorporando em seus instrumentos contratuais cláusulas relativas a: cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e ambiental; prevenção à corrupção e a fraudes; respeito aos direitos humanos; vedação ao trabalho infantil, ao trabalho forçado ou em condições degradantes; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; prevenção a qualquer forma de discriminação ou violência física, moral, sexual ou psicológica.

A ELETRONUCLEAR adota procedimentos de avaliação e monitoramento de integridade na cadeia de suprimentos, incluindo análise de riscos, verificação de regularidade cadastral e acompanhamento da execução contratual, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas.

No relacionamento com sua cadeia de valor, a ELETRONUCLEAR promove práticas de concorrência leal, desenvolvimento sustentável e respeito à dignidade humana, reafirmando seu compromisso com os princípios estabelecidos em seu Código de Conduta Ética e Integridade e em seu Programa de Integridade (Compliance).

5 - Interação com o Meio Ambiente

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor	% sobre RO (d)	% sobre ROL (c)	Valor	% sobre RO (d)	% sobre ROL (c)
5.1 - Investimentos e gastos						
Manutenção/melhorias do meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Preservação/recup. ambientes degradados	232	0,29%	0,01%	580	0,09%	0,01%
Educação ambiental p/ colaboradores e comunidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros projetos ambientais	52.447	66,69%	1,43%	74.547	11,27%	1,76%
Total dos investimentos	52.679	66,98%	1,43%	75.127	11,36%	1,78%
Passivos e contingências ambientais	165	0,21%	0,00%	2.106	0,32%	0,05%
Total interação com o meio ambiente	52.844	67,19%	1,44%	77.233	11,67%	1,83%

Qtd de processos ambientais movidos contra a entidade

	31/12/2025	31/12/2024
	1	-

(a) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.

(b) FPB - Folha de pagamento bruta / (c) ROL - Receita Operacional Líquida / (d) RO - Resultado Operacional antes do IR/CS / (e) Pessoas Com Deficiência (PCD)

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**ELETRONUCLEAR S.A.**
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.942	23.112
Títulos e valores mobiliários	7	199.145	966.200
Clientes	9	416.612	417.758
Tributos a compensar	10	108.598	67.124
Imposto de renda e contribuição social	11	225.188	630.316
Estoque de combustível nuclear	12	1.023.792	1.122.257
Almoxarifado	13	359.555	345.294
Outros	15	67.707	245.597
		2.419.539	3.817.658
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e valores mobiliários - Fundo para Descomissionamento	8	3.153.411	2.814.458
Clientes	9	6.439	3.155
Estoque de combustível nuclear	12	2.274.810	1.938.327
Cauções e depósitos vinculados	14	70.729	63.188
Outros	15	1.492	1.530
		5.506.881	4.820.658
IMOBILIZADO			
	16	15.910.890	15.276.033
INTANGÍVEL			
	17	756.011	672.162
		22.173.782	20.768.853
TOTAL DO ATIVO		24.593.321	24.586.511

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	19	1.395.267	1.219.314
Empréstimos e financiamentos	20	1.076.220	966.297
Tributos a recolher	21	67.440	90.443
Obrigações estimadas	22	94.253	230.173
Encargos setoriais	23	118.980	138.811
Benefício pós-emprego	26	2.301	2.119
Incentivo de desligamento Pessoal	25	40.817	31.550
Arrendamentos	28	32.139	22.182
Remuneração aos acionistas		3.544	3.544
Outros	29	339.644	303.764
		3.170.605	3.008.197
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	20	6.341.327	6.720.919
Provisões para litígios e passivos contingentes	24	319.148	193.896
Benefício pós-emprego	26	195.946	178.963
Obrigações para desmobilização de ativos	27	777.828	662.866
Incentivo de desligamento Pessoal	25	-	24.549
Ressarcimento excedente s/ Fundo Descomissionamento	27	2.375.583	2.151.592
Arrendamentos	28	21.024	6.674
		10.030.856	9.939.459
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	30		
Capital social		15.493.956	15.493.956
Prejuízos acumulados		(3.605.996)	(3.463.898)
Outros resultados abrangentes		(496.100)	(391.203)
		11.391.860	11.638.855
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.391.860	11.638.855
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.593.321	24.586.511

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS OPERACIONAIS			
Geração			
Suprimento de energia Elétrica		4.188.824	4.816.685
Outras Receitas		3.347	4.189
Deduções			
(-) Encargos setoriais		(125.665)	(144.501)
(-) PASEP e COFINS		(387.466)	(445.543)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	3.679.040	4.230.830
CUSTOS OPERACIONAIS			
Encargos sobre uso da rede elétrica		(233.658)	(240.364)
Pessoal, Material e Serviços		(1.138.196)	(951.987)
Pessoal - Incentivo de desligamento		(13.144)	(45.574)
Depreciação		(262.959)	(191.571)
Amortização		(31.938)	(485)
Combustível para produção de energia elétrica		(883.768)	(821.708)
Prov Ressarcimento exced s/ Fundo Desc		(223.991)	(2.151.592)
Reversão de obrigação para desmobilização de ativos		-	2.274.585
Provisões/Reversões operacionais		-	40.511
Outros Custos		(70.914)	(137.890)
Custos Operacionais		(2.858.568)	(2.226.075)
RESULTADO BRUTO		820.472	2.004.755
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços		(411.127)	(602.226)
Pessoal - Incentivo de desligamento		(4.772)	(10.946)
Depreciação		(3.530)	(8.885)
Depreciação direito de uso IFRS 16		(26.642)	(25.215)
Amortização		-	(108)
Provisões/Reversões operacionais		(117.801)	114.013
Outras		(61.396)	(251.445)
Despesas Operacionais		(625.268)	(784.812)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		195.204	1.219.943
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras		54.193	58.080
Ganho sobre tit. e valores mobiliários de LP - Fundo descomissionamento		427.684	244.198
Outras receitas financeiras		58.672	90.643
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas		(608.856)	(535.942)
Perda sobre tit. e valores mobiliários de LP - Fundo descomissionamento		-	(50.292)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos		(69.522)	(261.987)
Encargos de arrendamento		(13.907)	(3.642)
Outras despesas financeiras		(12.553)	(21.988)
Itens financeiros, líquidos			
Atualizações monetárias		(88.531)	(31.636)
Variações cambiais		14.255	(45.804)
Resultado Financeiro		(238.565)	(558.370)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		(43.361)	661.573
Imposto de renda e contribuição social correntes		(106.775)	(163.091)
Imposto de renda e contribuição social - Exercícios anteriores		8.038	46.305
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(142.098)	544.787
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO			
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de um milhão de ações (R\$)		(0,320890)	1,230255

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	(142.098)	544.787
Outros componentes do resultado abrangente	(104.897)	195.832
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(104.897)	195.832
Total do resultado abrangente do exercício	(246.995)	740.619

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL		RESERVA DE CAPITAL	LUCRO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
	SUBSCRITO	A INTEGRALIZAR				
Em 31 de dezembro de 2023	15.522.344	(28.388)	-	(4.008.685)	(587.035)	10.898.236
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	195.832	195.832
Lucro do exercício	-	-	-	544.787	-	544.787
Em 31 de dezembro de 2024	15.522.344	(28.388)	-	(3.463.898)	(391.203)	11.638.855
Em 31 de dezembro de 2024	15.522.344	(28.388)	-	(3.463.898)	(391.203)	11.638.855
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	(104.897)	(104.897)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(142.098)	-	(142.098)
Em 31 de dezembro de 2025	15.522.344	(28.388)	-	(3.605.996)	(496.100)	11.391.860

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras



ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.361)	661.573
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação	293.131	225.671
Baixas e outros ajuste no imobilizado	27.657	44.892
Amortização	31.938	593
Baixas e atualização monetária de depósito judicial	8.406	(162)
Consumo de Combustível Nuclear	883.768	821.709
Baixa de Elementos Combustível Oxidados	-	33.952
Variações cambiais e monetárias líquidas	(5.783)	42.363
Variações monetárias - financiamento	79.858	37.570
Encargos financeiros	608.856	535.942
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(427.684)	(193.907)
Rendimentos dos títulos e valores mobiliários de curto prazo	(54.193)	(58.080)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	(47.797)	37.761
Provisão para plano de incentivo de desligamento	(15.282)	56.100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.502	610
Provisões para risco	125.252	(21.183)
Provisão para ressarcimento exced sobre Fundo Descomissionamento	223.991	(2.274.585)
Provisões para descomissionamento	-	2.151.592
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	69.522	261.987
Ajuste a valor presente de obrigação com arrendamento mercantil	13.907	3.642
	1.812.688	2.368.040
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		
Clientes	(2.138)	11.691
Estoque de combustível nuclear	(1.121.787)	(1.005.011)
Almoxarifado	(14.261)	(40.972)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	363.655	66.403
Cauções e depósitos vinculados	(15.947)	(4.204)
Despesa Antecipada - Seguros	(999)	2.627
Contas a receber Axia	(1)	64.834
Pagamento a maior - INB	139.681	(165.089)
Devedores diversos	(1.257)	(48.761)
	(653.054)	(1.118.482)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		
Fornecedores	181.736	(63.116)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(46.503)	(18.718)
Obrigações estimadas	(135.920)	(98.031)
Obrigações de ressarcimento	-	(182.228)
Empréstimos e financiamentos	-	23.636
Encargos Setoriais	(19.831)	47.125
Benefício pós-emprego	104.897	(229.783)
Incentivo de desligamento Pessoal	33.198	421
Obrigações para desmobilização de ativos	-	135.072
Obrigações folha de pagamento	35.880	83.562
Prejuízos acumulados	-	164.373
Outros resultados abrangentes	(104.897)	195.832
	48.560	58.145
Caixa proveniente das atividades operacionais		
	1.208.194	1.307.703
Pagamento de encargos financeiros	(509.960)	(271.713)
Pagamento de encargos financeiros - IFRS 16	(13.907)	(3.642)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(98.737)	(281.159)
Pagamento de previdência complementar	(39.935)	(5.727)
Pagamento de incentivo de desligamento	(33.198)	(421)
	Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	512.457
	745.041	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de empréstimos e financiamentos	-	842.494
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(448.422)	(273.784)
Pagamento de obrigações de arrendamento - IFRS 16	(23.343)	(25.665)
	Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(471.765)
	543.045	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(862.555)	(1.581.830)
Aquisição de ativo intangível	(115.877)	(183.509)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(2.242.320)	(3.002.192)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.175.800	3.473.183
	Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(44.862)
	(1.294.348)	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
	(4.170)	(6.262)
Transações que não envolveram caixa:		
Imobilizado para desmobilização de ativo	(45.440)	(359.397)
Obrigações para desmobilização de ativo	45.440	359.397
Imobilizado Direito de Uso - IFRS 16	(47.650)	-
Reconhecimento Inicial Arrendamento - IFRS 16	47.650	-
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.112
	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.942
	(4.170)	(6.262)

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	31/12/2025	30/12/2024
RECEITAS (DESPESAS)		
Venda de energia e serviços	4.188.824	4.816.685
Outras Receitas Operacionais	3.347	4.189
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	299.046	469.406
PECLD - Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(40.502)	(610)
	4.450.715	5.289.670
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Encargos da rede de transmissão	(233.658)	(240.364)
Materiais, serviços e outros	(638.623)	(920.639)
Materiais, serviços e outros - usina Angra 3	(243.402)	(390.658)
Combustível para produção de energia elétrica	(883.768)	(821.708)
Provisões/Reversões operacionais	(333.805)	259.789
	(2.333.256)	(2.113.580)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.117.459	3.176.090
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(325.069)	(226.264)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.792.390	2.949.826
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	554.804	392.921
	554.804	392.921
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.347.194	3.342.747
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL		
Remuneração direta	(630.523)	(584.740)
Remuneração direta - usina Angra 3	(55.644)	(78.748)
Benefícios	(99.293)	(193.370)
FGTS	(48.463)	(45.382)
	(833.923)	(902.240)
TRIBUTOS		
Federal	(689.712)	(751.127)
Estadual	(1.083)	(764)
Municipal	(17.563)	(18.603)
	(708.358)	(770.494)
ENCARGOS SETORIAIS		
	(127.613)	(146.448)
TERCEIROS		
Juros	(793.369)	(951.291)
Aluguéis	(26.029)	(27.487)
	(819.398)	(978.778)
ACIONISTAS		
Resultado líquido do exercício	142.098	(544.787)
	142.098	(544.787)
	(2.347.194)	(3.342.747)

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETRONUCLEAR S.A., ("ELETRONUCLEAR" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro (RJ). A Companhia é uma sociedade de economia mista que passou a ser controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar).

A Companhia tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 35.3.5, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA).

1.1. Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afetou a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuavam. Desde então, a ELETRONUCLEAR encontra dificuldades e limitações de mercado para aquisição de um importante insumo ao seu processo de produção de energia nuclear, o hidróxido de lítio-7, que é usado para ajustar o pH, na faixa especificada, da água de refrigeração do circuito primário das usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, evitando a corrosão do sistema. No ano de 2023, por meio de processo de licitação internacional, a Companhia obteve uma única oferta de fornecimento deste material por meio da empresa "Novosibirsk Chemical Concentrates Plant PJSC", uma empresa localizada na Rússia e subsidiária da empresa "Rosatom State Atomic Energy Corporation (Rosatom)", companhia também estabelecida na Rússia. O processo de fornecimento deste insumo foi concluído em julho de 2023 com o recebimento do material, que garante o abastecimento deste insumo em quantidades suficientes para a operação das Usinas de Angra 1 e Angra 2 até o ano de 2027, uma vez que não ocorreram muitas variações de potência ou desligamentos não planejados, pois serão necessárias adições do hidróxido de lítio-7 para ajuste do pH nessas ocasiões. Devido às dificuldades de aquisição e à necessidade de adição de hidróxido de lítio-7 na partida das usinas de Angra 1 e Angra 2, após as paradas para recarregamento (1P30 e 2P21, respectivamente), a quantidade mínima em estoque será atingida, tornando necessário um novo processo de ressuprimento. A Companhia continua atuando no processo de cotações no mercado internacional para dar início ao novo processo de compra de hidróxido de lítio-7.

Em setembro de 2021, a ELETRONUCLEAR e a estatal russa de energia atômica Rosatom celebraram um memorando de entendimento não vinculante, com prazo de 10 anos, para trocar informações sobre novos projetos de usinas nucleares de larga escala. O acordo também inclui intercâmbio de dados sobre pequenos reatores modulares terrestres e flutuantes, ciclo de combustível nuclear, suporte no ciclo de vida de novas usinas, além de extensão da vida útil e desenvolvimento tecnológico relacionado ao setor nuclear. O acordo não abrange nenhum dos projetos atualmente em curso pela ELETRONUCLEAR.

O memorando citado é um instrumento meramente de cooperação e troca de informações, não implicando em qualquer compromisso contratual ou financeiro para qualquer uma das partes.

NOTA 2. DESTAQUES 2025

2.1. Resgate do Fundo de Descomissionamento referente ao ressarcimento parcial de encargos tributários

Em 5 de fevereiro de 2025, foi realizado o resgate parcial do Fundo de Descomissionamento (FDES) disponível na conta "BB Extramercado Exclusivo Descomissionamento Usinas Angra Fundo de Investimento Multimercado LP", no montante de R\$ 406.652.

O FDES é destinado a receber recursos exclusivamente da ELETRONUCLEAR, necessários ao custeio de futuras despesas com o processo de descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, após o encerramento de suas respectivas atividades operacionais. Ele decorre de uma obrigatoriedade imposta pela Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), e a gestão desses recursos tem como fundamento a Norma CNEN nº 9.02 (Resolução nº 204/16, alterada pela Resolução nº 218/17).

Durante a fase de acumulação de recursos do Fundo, foram imputados à ELETRONUCLEAR os ônus integrais de todos os tributos incidentes, quer sejam eles provenientes das parcelas recebidas e repassadas - receita fixa da parcela A - quer sejam sobre a rentabilidade do próprio fundo. Sobre a primeira incidem tributos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (25%) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) que totalizam uma alíquota de 34%, conforme sistemática de apuração pelo Lucro Real. Sobre a rentabilidade do FDES há incidência de IRPJ (25%), CSLL (9%), PIS (0,65%) e COFINS (4%), os quais totalizam uma alíquota de 38,65%.

O montante resgatado é referente ao ressarcimento parcial dos encargos tributários pagos com caixa não restrito da ELETRONUCLEAR. Tais encargos tributários são decorrentes dos rendimentos do fundo, que sobre os quais incidem a tributação de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, na sistemática de apuração do Lucro Real. Está em tratativa junto aos órgãos reguladores ANSN e Aneel, com intermediação do TCU, uma solução definitiva para sanar esta operação sem cobertura tarifária imposta a ELETRONUCLEAR, tendo sido obtido Acórdão no 253/2024 - TCU - com indicação do mérito da questão para a Companhia conforme detalhado na nota 26.2.

Com vistas a obter subsídios e informações adicionais para promover regulamentação contábil tributária do fundo de descomissionamento de Angra 1 e 2, em atendimento à determinação do Acórdão nº 2502/2024 do Tribunal de Contas da União (TCU), a Aneel instaurou processo de Consulta Pública nº 40/2025 que contou com contribuições durante o período de 10 de dezembro de 2025 a 24 de janeiro de 2026. A análise das contribuições recebidas por esta consulta está em andamento pelo órgão regulador e sendo acompanhada por esta administração.

2.2. Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF)

Em 26 de março de 2025, por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras (atual Axia Energia) informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de Conciliação decorrente dos trabalhos da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) constituída "para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes", nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal.

Em 28 de março de 2025, também por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras (atual Axia Energia) informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de imediata suspensão e rescisão condicionada do acordo de investimentos celebrado, em 22 de abril de 2022, entre a Eletrobras (atual Axia Energia) e a ENBPar, conforme previsto no Termo de Conciliação.

O presente processo teve iniciado seu julgamento de forma virtual em 31 de outubro de 2025, com prazo de conclusão dos votos inicialmente previsto para 10 de novembro de 2025. Após o voto do Ministro Nunes Marques (Relator), que homologava o Termo de Conciliação n. 7/2025/CCAF/CGU/AGU-GVDM e extinguiu o processo com resolução do mérito, no que foi acompanhado pelos Ministros Dias Toffoli e Edson Fachin (Presidente), o processo foi destacado pelo Ministro Alexandre de Moraes. O pedido de destaque retirou o julgamento do ambiente virtual sendo transferido para a sessão presencial. Em 11 de dezembro de 2025, o Tribunal, por maioria, homologou a íntegra do Termo de Conciliação n. 7/2025/CCAF/CGU/AGU-GVDM.

O acordo firmado entre a União e a Axia Energia, trata, entre outros, da governança da companhia, das obrigações financeiras relativas às obras de Angra 3 e do compromisso de subscrição de até R\$ 2,4 bilhões em debêntures conversíveis a serem emitidas pela ELETRONUCLEAR para viabilizar a conclusão dos investimentos da extensão de vida útil de Angra 1 (Long Term Operation - LTO).

Pelo acordo, a Axia Energia se compromete a subscrever a totalidade das debêntures conversíveis emitidas pela ELETRONUCLEAR, permitindo à companhia captar os recursos sem necessidade de intermediação bancária ou busca adicional de investidores no mercado.

Além da emissão das debêntures, o julgamento no STF também envolveu a definição da nova composição dos órgãos de governança e as responsabilidades sobre Angra 3. O termo homologado estabelece a desobrigação da Axia Energia em realizar novos investimentos no projeto da terceira usina nuclear brasileira, ao mesmo tempo em que confere ao Governo Federal o direito de indicar três dos dez membros do Conselho de Administração e um dos cinco integrantes do Conselho Fiscal da Axia Energia.

Em 15 de outubro de 2025, por meio de comunicado ao mercado de nosso acionista Axia Energia, a ELETRONUCLEAR tomou conhecimento da celebração de contrato de compra e venda com a J&F S.A. para alienação da participação integral Axia Energia na ELETRONUCLEAR, tendo ainda informado as seguintes condições da presente operação:

- Preço: R\$ 535 milhões pela participação societária;
- Liberação de Garantias Axia Energia: A compradora assumirá as garantias prestadas pela Axia Energia em favor da ELETRONUCLEAR, adotando as providências necessárias junto aos respectivos credores e parceiros dela;
- Assunção das "Debêntures ADI": A Compradora assumirá a responsabilidade pela integralização das debêntures acordadas no Termo de Conciliação firmado com a União, no valor de R\$ 2,4 bilhões.

Em 12 de fevereiro de 2026, nossa Controladora (ENBPar) notificou a Axia Energia sua renúncia ao direito de preferência relativo à alienação da totalidade das ações de titularidade da Axia Energia, objeto da proposta vinculante apresentada pela J&F S.A..

Em 6 de março de 2026, ocorreu a renúncia ao direito de subscrição das debêntures conversíveis na assembleia de nossa Controladora (ENBPar), ficando pendente em termos de governança a aprovação da emissão na assembleia dos acionistas da ELETRONUCLEAR, iniciada em 19 de março e com previsão de conclusão para 24 de março de 2026. Ressalta-se ainda que por meio do Despacho nº 945, de 17 de março de 2026, a Aneel anuiu previamente o pedido da ELETRONUCLEAR para emissão de Debêntures conversíveis em Ações, no valor total de R\$ 2,4 bilhões, com prazo de vencimento de 10 (dez) anos, a serem obrigatoriamente adquiridas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sua Parte Relacionada.

2.3. Postergação de vencimento de financiamentos (ABC e BTG)

Em 1º e 10 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou aditivos contratuais junto as instituições financeiras "Banco BTG Pactual" e "Banco ABC", postergando o vencimento dos respectivos contratos de financiamento (Notas Comerciais Escriturais) para as datas de 24 e 18 de junho de 2026, o prazo anterior era 24 e 18 de dezembro, respectivamente. O novo prazo pactuado permitirá que a Companhia se mantenha adimplente com suas obrigações contratuais, conferindo maior prazo até a conclusão dos ingressos de recursos em seu plano de liquidez corrente em implementação. As obrigações repactuadas aliviaram o caixa da Companhia nos respectivos montantes de R\$ 380.070 (Banco BTG Pactual) e R\$ 150.821 (Banco ABC) que estão descritas na nota 20.

NOTA 3. AUTORIZAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DAS USINAS

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	Potencial Nominal	Licença para Exploração		Data de Início de Operação	Validade da Licença
		Inicial	Atual		
ANGRA 1	640 MW	Portaria DNAEE Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
			Resolução CNEN Nº 331 de 21/11/2024		
ANGRA 2	1.350MW	Exp. Mot. MME Nº 300 de 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75,870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	-

* Vide nota 16

Até dezembro de 2025, a energia elétrica gerada pela Companhia era rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022 pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art. 11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representavam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado à cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN).

NOTA 4. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2026.

4.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão reportadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de o preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



4.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da ELETRONUCLEAR. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4. Políticas contábeis materiais

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

4.4.1. Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos decorrentes da aplicação das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, e relacionadas a seguir:

Norma revisada	Novas normas e interpretações vigentes	Aplicável a partir de
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (ICO ² e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (ICO ² e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva

4.4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia não realizou a adoção antecipada dos pronunciamentos apresentados no quadro abaixo, visto que não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs e está acompanhando as discussões sobre a incorporação desse novo arcabouço normativo.

Norma revisada	Novas normas e interpretações não vigentes	Aplicável a partir de
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) -- Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis ao exercício de 2025.

4.5. Demonstração do valor adicionado – DVA

Conforme art. 7 da Lei 13.303, aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela Aneel, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

5.2. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (nota 27). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

5.3. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (nota 26).

5.4. Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 24).

5.5. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro, de acordo com o IFRS 9.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia, sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.6. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual. Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação, conforme demonstrado na nota 35.2.

5.7. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos, para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos (nota 28).

5.8. Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual após sua vida útil, esteja integralmente baixado.

A Companhia considera a vida útil estimada de cada ativo em conformidade com as determinações da Aneel, que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação de cada uma das usinas.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.9. Consumo de Combustível Nuclear

A Companhia efetua um acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis por meio do sistema Cadastro de Combustível Nuclear (CCN), que proporcionaliza os custos de aquisição das cargas de combustíveis nucleares, para cada elemento de combustível nuclear no momento da inclusão no sistema, e estima mensalmente o consumo de cada elemento. Este consumo (amortização) é registrado contabilmente com base no relatório gerado pelo CCN, que apresenta a queima (consumo) mensal, a queima acumulada mensalmente e o saldo residual dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

5.10. Tratamentos fiscais incertos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais, que podem impactar as demonstrações financeiras.

5.11. Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o curso normal dos negócios da Companhia, com base na avaliação da administração sobre a probabilidade de êxito nos planos conforme divulgado na Nota 35.3.5.

NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos atuais dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	18.942	23.112
Total	18.942	23.112

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia.

NOTA 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Investimento em renda fixa:		
BB Extramercado FAE 2 FI	111.003	559.548
FDES (a)	88.142	406.652
Total	199.145	966.200

Rentabilidade do BB Extramercado FAE 2 FI nos últimos 12 meses: 14,71% em 31/12/25 e 9,21% em 31/12/24.

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	966.200
Aplicações	2.203.160
Resgates	(3.101.740)
Rendimento Bruto	56.836
Imposto de Renda	(13.121)
IOF	(332)
Saldo Carteira	111.003
FDES (a)	88.142
Saldo final em 31 de Dezembro de 2025	199.145

(a) Fundo de Descomissionamento Transferido do Não circulante conforme nota 27.2

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	710.309
Aplicações	3.251.875
Resgates	(3.040.226)
Rendimento Bruto	60.912
Imposto de Renda	(16.008)
IOF	(662)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	966.200

Em 5 de fevereiro de 2025, foi realizado o resgate parcial do Fundo de Descomissionamento (FDES) disponível na conta "BB Extramercado Exclusivo Descomissionamento Usinas Angra Fundo de Investimento Multimercado LP", no montante de R\$ 406.652. O valor resgatado do Fundo de Descomissionamento (FDES) refere-se ao ressarcimento parcial dos encargos tributários pagos no período de 2010 a 2023, com caixa não restrito da ELETRONUCLEAR. Tais encargos tributários são decorrentes dos rendimentos do fundo, que sobre os quais incidem a tributação de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, na sistemática do Lucro Real.

Para a determinação do valor resgatado, a Companhia adotou duas premissas: a) sacar os valores relativos aos encargos tributários pagos com caixa não restrito, referentes ao rendimento do FDES e que compuseram a apuração de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, descontados os créditos existentes de imposto de renda retido na fonte do fundo – IRRF (come-cotas); b) ter como limite máximo de saque um valor que mantivesse o equilíbrio do montante acumulado no FDES (ativo) com o passivo constituído para descomissionamento (passivo), tendo como base os respectivos saldos no Balanço Patrimonial da ELETRONUCLEAR, em 31 de dezembro de 2024.

Prática contábil

Trata-se de aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado.

NOTA 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme nota 27.

Anualmente, o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, é definido com base no cálculo realizado pela Aneel, referente à rubrica "Fundo de Descomissionamento" na Parcela "A", incluída na receita fixa anual, calculada e publicada por meio de Resolução Homologatória para as mencionadas usinas.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante.

A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do fundo:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos	3.173.716	2.947.418
Op. Compromissadas	67.787	275.737
Dólar comercial futuro	-	(2.106)
Outros	50	61
Saldo Carteira	3.241.553	3.221.110
Circulante	88.142	406.652
Não Circulante	3.153.411	2.814.458
Total	3.241.553	3.221.110

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	2.814.458
Aplicações	39.160
Resgates	(88.142)
Rendimento Bruto	448.541
Imposto de Renda	(60.606)
IOF	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	3.153.411
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	3.274.612
Aplicações	156.968
Resgates	(374.000)
Rendimento Bruto	205.815
Imposto de Renda	(42.285)
IOF	-
Saldo final em 31 dezembro de 2024	3.221.110

Prática contábil

O fundo para descomissionamento é um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado (nota 33).

NOTA 9. CLIENTES

O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022, pela Aneel, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2025, não há saldo de inadimplência das distribuidoras.

Em junho de 2023, por meio do despacho 1.983, a Aneel aprovou o requerimento interposto pela ELETRONUCLEAR a ser reprocessado em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 8.260 atualizadas monetariamente, que foram integralmente quitadas no período de agosto de 2023 a julho de 2024.

No quarto trimestre de 2025, foi apurado um desvio positivo no valor total de R\$ 77.266, sendo R\$ 70.827 no circulante e R\$ 6.439 no não circulante, para faturamento em doze parcelas iguais a partir do mês de fevereiro de 2025.

A Parcela Variável (reembolso) de R\$ 77.266, provisionados em 31 de dezembro de 2025, é em decorrência da energia fornecida ter sido maior do que a energia garantida para o período. Ele corresponde a 50% do montante apurado e valorado ao PLD médio para o ano de 2025 e deverá ser cobrado a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN) em parcelas duodecimais a partir de fevereiro de 2026.

	31/12/2025		31/12/2024	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total
Circulante				
Suprimento/Fornecimento de Energia:				
Energia contratada	345.785	-	-	345.785
Parcela Variável	70.827	-	-	70.827
Não Circulante				
Suprimento/Fornecimento de Energia:				
Parcela Variável	6.439	-	-	6.439
Total Clientes	423.051	-	-	423.051
				420.913

NOTA 10. TRIBUTOS A COMPENSAR

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte	39.025	28.954
PASEP e Cofins Compensáveis Recolhidos a maior (a)	60.092	37.447
ICMS a compensar - Patrocínio incentivado	718	716
ICMS	8.763	7
Total	108.598	67.124

a) Crédito decorrente de valores recolhidos de PIS/COFINS a maior incidente sobre a receita de fornecimento de energia, visto que a apuração final da quantidade de energia disponibilizada no SIN foi inferior ao determinado via resolução homologatória Aneel.

10.1. Reforma tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, substitui as cobranças de PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e parte do IOF por um sistema de IVA repartido em duas competências (IVA dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS (federal) e Imposto sobre Bens e Serviços – IBS (estadual e municipal), além do Imposto Seletivo – IS, de competência federal.

A transição começou em 2026, ao conhecido como "período de testes", com alíquotas de referência de 0,1% para IBS e 0,9% para CBS, sem, contudo, recolhimento efetivo, mas com exigência de emissão de nota fiscal no novo padrão XML e potencial cumprimento de outras obrigações acessórias.

A partir do ano de 2027, se inicia a cobrança da CBS, enquanto o ICMS e o ISS serão substituídos pelo IBS até 2033, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para os contribuintes.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade da Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, estão sendo realizadas adequações de sistemas e cadastros, revisões operacional e contratual e treinamentos de pessoal quanto aos impactos para as operações da Companhia. Ademais, estão em curso estudos com o objetivo de avaliar eventuais impactos prospectivos da nova legislação.

NOTA 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

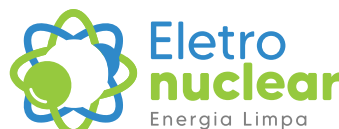
11.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Antecipações IRPJ e CSLL (a)	-	297.931
Saldo Negativo IRPJ e CSLL (b)	-	19.239
Créditos Fiscais IRPJ e CSLL - exercícios anteriores (c)	225.188	313.146
Total	225.188	630.316

a) Saldo de antecipações de IRPJ/CSLL;

b) Antecipações de IRPJ/CSLL de exercícios anteriores que foram compensadas, em parte, com PASEP/COFINS;

c) Créditos fiscais de IRPJ e CSLL devido: I) à dedutibilidade fiscal decorrente da correção monetária (Selic) de dividendos em 2024; II) ao pagamento a maior na apuração do IRPJ e CSLL anual de 2024, recolhido por estimativa mensal.



11.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos	31/12/2025				31/12/2024			
	Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Provisão PLR dos empregados	(95.664)	(23.916)	(8.610)	(32.526)	(95.664)	(23.916)	(8.610)	(32.526)
Imobilizado da desmobilização-Custo	(456.405)	(114.101)	(41.076)	(155.177)	(456.405)	(114.101)	(41.076)	(155.177)
Outras Provisões	(1.214.732)	(303.683)	(109.326)	(413.009)	(1.211.225)	(302.806)	(109.010)	(411.816)
Arrend. Merc. e AVP Alug Imov Candel 65/Out. Transp. Cont. IFRS 16	(15.990)	(3.998)	(1.439)	(5.437)	(9.961)	(2.490)	(897)	(3.387)
AVP - obrigação p/ desmobilização	(1.067.161)	(266.790)	(96.044)	(362.834)	-	-	-	-
Baixa despesas administrativas	(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)	(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)
Provisão Impairment Angra 3	(4.377.564)	(1.094.391)	(393.981)	(1.488.372)	(4.377.564)	(1.094.391)	(393.981)	(1.488.372)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)	(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(349.966)	(87.492)	(31.497)	(118.989)	(343.745)	(85.936)	(30.937)	(116.873)
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(102.394)	(25.599)	(9.215)	(34.814)	(102.394)	(25.599)	(9.215)	(34.814)
Provisão benefício pós-emprego	(230.345)	(57.586)	(20.731)	(78.317)	(278.142)	(69.536)	(25.033)	(94.569)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(155.424)	(38.856)	(13.988)	(52.844)	(114.922)	(28.731)	(10.343)	(39.074)
Provisão para risco	(332.388)	(83.097)	(29.915)	(113.012)	(207.136)	(51.784)	(18.642)	(70.426)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(383)	(138)	(521)	(1.532)	(383)	(138)	(521)
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE	(47.683)	(11.921)	(4.291)	(16.212)	(62.965)	(15.741)	(5.667)	(21.408)
Provisão p/perdas Estoque	(3.756)	(939)	(338)	(1.277)	(3.756)	(939)	(338)	(1.277)
Provisão ressarc. exced. Sobre Fundo descomissionamento	(236.069)	(59.017)	(21.246)	(80.263)	(12.079)	(3.020)	(1.087)	(4.107)
Total Ativo	(9.569.874)	(2.392.469)	(861.287)	(3.253.756)	(8.160.291)	(2.040.073)	(734.426)	(2.774.499)
Impostos diferidos passivos								
AVP - obrigação p/ desmobilização	-	-	-	-	(997.639)	(249.410)	(89.788)	(339.197)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	60.074	15.018	5.407	20.425	71.000	17.750	6.390	24.140
D. Fin - Encargos de Dívidas Transf p/invest	1.654.195	413.549	148.878	562.426	1.654.195	413.549	148.878	562.427
D. Fin - Var. Monet. Dívidas Transf p/invest	115.370	28.843	10.383	39.226	115.370	28.843	10.383	39.226
Total Passivo	1.829.639	457.410	164.668	622.077	842.926	210.732	75.863	286.596
Impostos diferidos ativos, líquidos sobre diferenças temporárias	(7.740.235)	(1.935.060)	(696.619)	(2.631.680)	(7.317.365)	(1.829.341)	(658.563)	(2.487.903)
(-) Provisão para valor realizável	7.740.235	1.935.060	696.619	2.631.680	7.317.365	1.829.341	658.563	2.487.903
Outros resultados abrangentes	391.203	97.801	35.208	133.009	391.203	97.801	35.208	133.009
(-) Provisão para valor realizável	(391.203)	(97.801)	(35.208)	(133.009)	(391.203)	(97.801)	(35.208)	(133.009)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-

A ELETRONUCLEAR não apresenta perspectiva consistente de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias não são registrados nas demonstrações financeiras, os quais somam o valor de R\$ 2.764.688 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.620.912 em 31 de dezembro de 2024).

O Prejuízo Fiscal IRPJ e a Base Negativa CSLL somam, respectivamente, os valores de R\$ 137.425 e 156.550 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 146.309 e 329.951 em 31 de dezembro de 2024).

Os cálculos da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social encontra-se detalhado na nota 11.3 a seguir:

11.3. Despesa com imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Períodos de 12 meses findos em			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado operacional antes dos tributos	(43.361)	661.573	(43.361)	661.573
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	10.840	(165.369)	3.902	(59.542)
Efeitos de adições e exclusões:				
Ajuste a valor presente - obrigação p/ desmobilização	(17.381)	(65.497)	(6.257)	(23.579)
Despesa com juros - IFRS 16	(3.477)	(7.214)	(1.252)	(2.597)
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	(11.824)	45.851	(4.257)	16.506
Doação à Fundação de Assist.Médica - permanente	(8.090)	(10.112)	(2.912)	(3.640)
Provisão atuarial benefício pós-emprego	11.949	(9.440)	4.302	(3.398)
Provisão para Devedores Duvidosos	(10.328)	(184)	(3.718)	(66)
Reversão provisão plano incentivo - PSPE/PAE/PDC	3.820	(14.025)	1.375	(5.049)
Provisão para risco	(31.515)	5.296	(11.345)	1.906
Provisão para PLR dos empregados	-	(13)	-	(5)
Multas Indedutíveis	(189)	(106)	(68)	(38)
Gastos com Associações	(3.723)	(3.835)	(1.340)	(1.381)
Outras	(692)	(237)	(249)	(41)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	405	31	146	11
Reversão de provisão para PLR	-	3.449	-	1.242
Pgto Arr. Mercantil Aluguel e Transp. Contratados	8.630	7.035	3.107	2.533
Reversão Impairment	-	32.800	-	11.808
D. Fin. Enc. Dívidas	-	1.450	-	522
Ganho participação societária	-	1	-	-
Outras Receitas Financeiras - Repetição de Indébito	-	783	-	282
Provisão ressarc exced s/ Fundo Descom.	(55.998)	(3.020)	(20.159)	(1.087)
Provisão para Perdas Est.	-	10.128	-	3.646
Compensação de prejuízo fiscal	27.305	51.758	9.849	18.620
Compensação Lei rouanet	-	1.100	-	-
Benefícios Fiscais	2.369	-	-	-
Contribuições - Lei Rouanet	-	(275)	-	(99)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(77.899)	(119.645)	(28.876)	(43.446)
Alíquota efetiva	99,05%	18,08%	36,72%	6,57%

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Em 30 de setembro de 2025, foi registrado um ajuste líquido de R\$ 8.038 (oito milhões e trinta e oito mil reais) na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social - Exercícios Anteriores".

Tais ajustes decorrem de revisões procedidas na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e de reavaliações das determinações das bases de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as quais se referem ao exercício financeiro de 2024.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do estoque de combustível nuclear destinado à operação da Usina Angra 1 e Usina Angra 2:

Ativo circulante	Angra 1					
	31/12/2024	Consumo	Adição	Transferência	Crédito Fiscal (a)	31/12/2025
Elementos Prontos	439.466	(271.142)	-	250.895	-	419.219
	439.466	(271.142)	-	250.895	-	419.219
Ativo não circulante						
Elementos Prontos Bruto	1.984.352	-	-	548.010	(42.772)	2.489.590
Consumo Acumulado	(1.873.292)	-	-	(271.142)	-	(2.144.434)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	-
Elementos Prontos	111.060	-	-	276.868	(42.772)	345.156
Concentrado de urânio	370.202	-	-	(199.365)	(13.935)	156.902
Serviços em curso	308.206	-	337.537	(328.398)	-	317.345
	789.468	-	337.537	(250.895)	(56.707)	819.403
Total	1.228.934	(271.142)	337.537	-	(56.707)	1.238.622
Ativo circulante	Angra 2					
	31/12/2024	Consumo	Adição	Transferência	Crédito Fiscal	31/12/2025
Elementos Prontos	682.791	(612.626)	-	534.408	-	604.573
	682.791	(612.626)	-	534.408	-	604.573
Ativo não circulante						
Elementos Prontos Bruto	4.571.230	-	-	78.218	-	4.649.448
Consumo Acumulado	(3.814.407)	-	-	(612.626)	-	(4.427.033)
Provisão para perda	(3.756)	-	-	-	-	(3.756)
Elementos Prontos	753.067	-	-	(534.408)	-	218.659
Concentrado de urânio	287.205	-	392.561	-	-	679.766
Serviços em curso	60.054	-	511.016	-	(62.621)	508.449
Elemento remanescente	48.533	-	-	-	-	48.533
	1.148.859	-	903.577	(534.408)	(62.621)	1.455.407
Total	1.831.650	(612.626)	903.577	-	(62.621)	2.059.980
Total Angra 1 e 2	3.060.584	(883.768)	1.241.114	-	(119.328)	3.298.602

Prática contábil

Os materiais em estoque de combustível são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo efetivo de consumo. São apresentados ao custo médio de aquisição ou pelo valor líquido de mercado / realização, dos dois o menor. Os elementos de combustível nuclear estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado (PCU); são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica. O estoque de combustível é composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas Usinas Angra 1 e Angra 2.

NOTA 13. ALMOXARIFADO

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados nas manutenções das Usinas, no montante de R\$ 331.305 (R\$ 316.713 em 31 de dezembro de 2024) no circulante, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, no montante de R\$ 28.250 (R\$ 28.581 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 359.555 (R\$ 345.294 em 31 de dezembro de 2024).

Prática contábil

O Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado / realização.

NOTA 14. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

a) Composição

Depósitos judiciais	31/12/2025		31/12/2024	
Contingências trabalhistas	65.906		62.292	
Contingências cíveis	3.931		47	
Contingências tributárias	892		849	
Total	70.729		63.188	

b) Movimentação

Depósitos judiciais	31/12/2024		31/12/2025	
	Baixa	Inclusão	Baixa	Saldo
Depósitos judiciais	31.538	(8.204)	15.947	39.281
Atualização monetária s/depósitos judiciais	31.650	(3.865)	3.663	31.448
Total	63.188	(12.069)	19.610	70.729

No que concerne ao IRPJ, os ajustes foram motivados pelo reconhecimento de benefícios fiscais, que totalizam R\$ 6.690 (seis mil e seiscentos e noventa mil reais). A composição desses benefícios fiscais é apresentada como segue:

- Lei do Bem: R\$ 3.736 mil
- Programa Empresa Cidadã: R\$ 145 mil
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT): R\$ 2.809 mil

Relativamente à CSLL, o impacto resultou do reconhecimento de benefícios fiscais atinentes à Lei do Bem, no montante de R\$ 1.344 mil (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil reais).

O reconhecimento desses benefícios fiscais e a consequente reavaliação das obrigações tributárias pretéritas resultaram no ajuste líquido total evidenciado, impactando o resultado do exercício em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma autoridade fiscal.

NOTA 12. ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

A quantidade de Elementos Combustíveis (ECs) e o grau de enriquecimento de cada lote inseridos no núcleo do reator são especificados durante a elaboração do projeto neutrônico para a encomenda. Cada lote de ECs adquirido tem associado a si uma expectativa de queima média ao longo de sua vida útil ou "Queima de Descarga". Este valor, definido na etapa de projeto do núcleo, pode ser reavaliado a cada ciclo operacional e está relacionado à quantidade de energia térmica disponível para ser gerada pelos ECs daquele lote durante o processo de irradiação dentro do reator. Também associado ao lote existe o chamado "Valor Amortizável" que consiste no somatório de todos os custos relacionados à aquisição do combustível nuclear, incluídos aí os gastos diretos, tributos e possíveis créditos fiscais envolvidos. Todos os custos associados ao processo de fabricação são apropriados ao lote através de coletores de custos (ordem interna) e sua ativação ocorre na ocasião da 1ª criticidade do ciclo para o qual ele foi encomendado, configurando o seu "Saldo a Amortizar". A razão entre o saldo a amortizar e a energia disponível a ser gerada pelo elemento é a chamada "Taxa de Amortização". O produto entre esta taxa e a energia gerada ao longo de um mês resulta na "Cota de Amortização Mensal", que deve ser abatida do saldo a amortizar do elemento combustível. Desta forma, à medida que o EC vai gerando energia, o seu "Saldo a Amortizar" vai sendo reduzido, de maneira que, ao término de sua vida útil, seu saldo seja nulo.

Prática Contábil

Os depósitos vinculados estão registrados ao custo histórico



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Atualmente, exceto pelo disposto no Inciso I, do artigo 10º, da Lei nº 14.120/2021, de 01 março de 2021, a qual atribui competência ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para aprovar a outorga de autorização para a exploração da Usina Termelétrica Nuclear Angra 3, normativo este que faz parte do conjunto de medidas em curso para a viabilização do empreendimento Angra 3, para as usinas nucleares em operação, Angra 1 e 2, não há ato/normativo do poder concedente em instrumento de outorga.

Para as Usinas Nucleares Angra 1 e 2, há autorização para operação comercial concedida pelo MME à ELETRONUCLEAR, a qual explora em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica. Além disso, a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), órgão regulador das atividades nucleares do país, emite as autorizações para operação das usinas por um período de 40 anos, contados a partir do início da operação comercial e, com base na Reavaliação Periódica de Segurança (RPS), renovável por períodos de dez anos, as autorizações necessárias, podendo compreender períodos maiores. Anos antes do vencimento, cada usina pode solicitar uma prorrogação de sua autorização à ANSN. Para obter a prorrogação, a ANSN pode solicitar uma avaliação das condições operacionais da usina e, eventualmente a substituição de certos equipamentos.

O planejamento de extensão da vida de operação de Angra 1, tanto para a renovação das licenças de operação quanto da avaliação dos ativos atuais e os projetos de extensão, seguem rigorosos protocolos nacionais e internacionais de segurança. Dentro da regulamentação nacional, o Programa "Long Term Operation (LTO) ANGRA 1" segue em linha à regulamentação e as normas técnicas estabelecidas pela ANSN. Dentro dos parâmetros e protocolos internacionais, a ELETRONUCLEAR desenvolveu o licenciamento do LTO principalmente com base no documento 10 CFR 54 Requirements for Renewal of Operating Licenses for Nuclear Power Plants, emitido pela Nuclear Regulatory Commission ("US NRC"), agência regulatória dos Estados Unidos da América.

Em continuidade ao processo de licenciamento, estão em andamento programas e processos associados ao gerenciamento do envelhecimento dos sistemas, estruturas e componentes de Angra 1.

Em outubro de 2019, a ELETRONUCLEAR formalizou junto a CNEN a solicitação de renovação da licença de Angra 1 (SRL) por mais 20 anos e, em dezembro de 2019, o órgão emitiu a Resolução nº 258 fornecendo nova Autorização para Operação Permanente (AOP) pelo prazo de 5 anos até 23 dezembro de 2024.

Após a avaliação pela CNEN do Projeto de Extensão de Vida de Angra 1 e da 3ª Reavaliação Periódica de Segurança de Angra 1, a CNEN emitiu em 21 de novembro de 2024, a Resolução nº 331 com a Autorização para Operação a Longo Prazo (AOLP), por mais 20 anos, que foi publicada no DOU em 25 de novembro de 2024. Nesta Resolução 331, a CNEN emitiu 15 Condicionantes que devem ser atendidas pela ELETRONUCLEAR. Está em andamento um Plano de Implementação Integrado de Melhorias de Segurança para atender as melhorias de segurança e as Condicionantes da CNEN.

Também estão sendo desenvolvidos os projetos de modernização e atualização da infraestrutura atual necessários à extensão do prazo de vida de operação. Para o atendimento destes projetos associados à renovação da licença e para a realização e implantação dos projetos, foram contratados fornecedores com conhecimento e experiência no setor, referente aos investimentos a serem realizados.

Em 26 de dezembro de 2024 a ELETRONUCLEAR recebeu do Ibama a Licença de operação nº 1217/2014 - 1ª Renovação, com validade de 10 ANOS, a partir de 20 de dezembro de 2024, para Angra 1 e toda a CNAEA. Para a usina Angra 2, a atual autorização para Operação Permanente de Angra 2, emitida pela CNEN, expira em junho de 2041.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2024	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em serviço - Angra 1 e Angra 2						
Terrenos	34.380	-	-	-	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	408	-	-	(48)	-	360
Edificações, obras civis e benfeitorias	430.099	-	-	(37.750)	-	392.349
Edificações, obras civis e benfeitorias - Direito de Uso	10.591	5.917	-	(6.441)	-	10.067
Máquinas e equipamentos (a)	1.265.243	45.596	(430)	(224.268)	10.362	1.096.503
Veículos	15.208	-	-	(3.554)	-	11.654
Veículos - Direito de Uso	15.066	41.783	-	(20.201)	-	36.648
Móveis e Utensílios	5.307	-	-	(869)	276	4.714
	1.776.302	93.296	(430)	(293.131)	10.638	1.586.675
Imobilizado em curso - Angra 1 e Angra 2						
Barragens, reservatórios e adutoras	24.828	638	-	-	-	25.466
Edificações, obras civis e benfeitorias	83.064	4.663	-	-	-	87.727
Máquinas e equipamentos	1.278.499	466.803	-	-	(10.359)	1.734.943
Veículos	944	3.155	-	-	-	4.099
Móveis e Utensílios	2.151	55	-	-	(279)	1.927
A Ratear	202.855	77.643	-	-	-	280.498
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	7.325	8.811	-	-	-	16.136
Adiantamento a Fornecedores	320.548	3.121	-	-	-	323.669
	1.920.214	564.889	-	-	(10.638)	2.474.465
Imobilizado em curso - Angra 3						
Terrenos	56.433	-	-	-	-	56.433
Barragens, reservatórios e adutoras	649.881	25.965	-	-	-	675.846
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.160.330	78.194	-	-	-	2.238.524
Máquinas e equipamentos	5.225.627	109.290	(129)	-	-	5.334.788
Veículos	9.490	998	(2.096)	-	-	8.392
Móveis e Utensílios	464	-	(12)	-	-	452
A Ratear	7.179.622	83.013	-	-	-	7.262.635
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	2.861	-	-	-	-	2.861
Adiantamento a Fornecedores	672.372	-	(24.990)	-	-	647.382
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.377.563)	-	-	-	-	(4.377.563)
	11.579.517	297.460	(27.227)	-	-	11.849.750
Total	15.276.033	955.645	(27.657)	(293.131)	-	15.910.890

a) A adição de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 45.596 teve como principal movimentação o ajuste do descomissionamento no valor de R\$ 45.440. O montante de R\$ 430 refere-se ao valor líquido contábil da baixa de máquinas e equipamentos no exercício, resultante do valor residual entre o custo de aquisição de (R\$ 2.824) e a reversão da depreciação acumulada de R\$ 2.394.

	Saldo em 31/12/2023	Reclassificação	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em serviço - Angra 1 e Angra 2							
Terrenos	34.380	-	-	-	-	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	999	-	-	-	(591)	-	408
Edificações, obras civis e benfeitorias	499.403	-	-	(11.203)	(58.101)	-	430.099
Edificações, obras civis e benfeitorias - Direito de Uso	15.717	-	-	-	(5.126)	-	10.591
Máquinas e equipamentos (a)	1.629.128	-	-	(253.365)	(136.832)	26.312	1.265.243
Veículos	21.729	-	-	(3.734)	(4.054)	1.267	15.208
Veículos - Direito de Uso	35.154	-	-	-	(20.088)	-	15.066
Móveis e Utensílios	5.494	-	-	(37)	(879)	729	5.307
	2.242.004	-	-	(268.339)	(225.671)	28.308	1.776.302
Imobilizado em curso - Angra 1 e Angra 2							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Barragens, reservatórios e adutoras	28.264	-	(3.436)	-	-	-	24.828
Edificações, obras civis e benfeitorias	56.311	-	26.753	-	-	-	83.064
Máquinas e equipamentos	525.759	-	779.398	-	-	(26.658)	1.278.499
Veículos	439	-	1.616	-	-	(1.111)	944
Móveis e Utensílios	2.277	-	413	-	-	(539)	2.151
A Ratear (b)	567.477	(399.023)	34.401	-	-	-	202.855
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	5.221	-	2.104	-	-	-	7.325
Adiantamento a Fornecedores	179.718	-	140.830	-	-	-	320.548
	1.365.466	(399.023)	982.079	-	-	(28.308)	1.920.214
Imobilizado em curso - Angra 3							
Terrenos	56.433	-	-	-	-	-	56.433
Barragens, reservatórios e adutoras	620.661	-	29.220	-	-	-	649.881
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.105.464	-	54.866	-	-	-	2.160.330
Máquinas e equipamentos	4.973.933	-	253.959	(113)	-	(2.152)	5.225.627
Veículos	2.676	-	6.172	(1.490)	-	2.132	9.490
Móveis e Utensílios	480	-	-	(35)	(1)	20	464
A Ratear	7.196.165	-	117.769	(134.312)	-	-	7.179.622
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	2.860	-	1	-	-	-	2.861
Adiantamento a Fornecedores	665.807	-	6.565	-	-	-	672.372
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.508.764)	-	131.201	-	-	-	(4.377.563)
	11.115.715	-	599.753	(135.950)	(1)	-	11.579.517
Total	14.723.185	(399.023)	1.581.832	(404.289)	(225.672)	-	15.276.033

a) A baixa de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 253.365 teve como principal movimentação o ajuste do descomissionamento no valor de R\$ 224.325.

b) Foram reclassificados para o intangível o montante no valor de R\$ 399.023.

Taxa média de depreciação e custo histórico:

A redução da taxa média de depreciação dos itens Barragens, reservatório e adutora e Edificações, obras civis e benfeitoria em 2025 deve-se ao término da depreciação acelerada de imobilizado de Angra 1 em 31 de dezembro de 2024 em função do prazo de licença de operação. A taxa média de depreciação de Máquinas e equipamentos em 2024 foi baixa devido a reversão do imobilizado para desmobilização.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Terrenos	0,00%	34.380	-	34.380	0,00%	34.380	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	2,49%	5.716	(5.356)	360	6,49%	5.716	(5.308)	408
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,67%	1.637.898	(1.245.549)	392.349	4,08%	1.637.898	(1.207.799)	430.099
Máquinas e equipamentos	3,49%	8.093.254	(6.996.751)	1.096.503	0,07%	8.040.120	(6.774.877)	1.265.243
Veículos	14,29%	35.486	(23.832)	11.654	14,36%	36.729	(21.521)	15.208
Móveis e Utensílios	6,27%	22.839	(18.125)	4.714	6,25%	22.572	(17.265)	5.307
		9.829.573	(8.289.613)	1.539.960		9.777.415	(8.026.770)	1.750.645
Imobilizado em curso		14.324.215	-	14.324.215		13.499.731	-	13.499.731
Direito de Uso		14.324.215	-	14.324.215		13.499.731	-	13.499.731
Imobilizado em serviço								
Imóveis	22,08%	30.562	(20.495)	10.067	20,80%	24.645	(14.054)	10.591
Veículos	31,80%	102.048	(65.400)	36.648	33,33%	60.265	(45.199)	15.066
		132.610	(85.895)	46.715		84.910	(59.253)	25.657
Total		24.286.398	(8.375.508)	15.910.890		23.362.056	(8.086.023)	15.276.033

Cabe mencionar que informações sobre o impairment estão apresentadas na nota 18.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos e, no caso de ativos qualificáveis, também inclui os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação reconhecida é mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil esteja integralmente baixado. A Companhia considera a vida útil estimada de cada ativo em conformidade com as determinações da Aneel, que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação das usinas.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado (nota 27).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

NOTA 17. INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%, exceto a licença de operação de Angra 1 que é amortizada a taxa anual de 5%.

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Geração	628.350	113.976	-	(31.938)	-	710.388
Em serviço	572.041	-	-	(31.938)	-	548.444
Custo	652.996	-	-	-	8.341	661.337
Amortização acumulada	(80.955)	-	-	(31.938)	-	(112.893)
Em curso	56.309	113.976	-	-	(8.341)	161.944
Custo	56.309	113.976	-	-	(8.341)	161.944
Administração	43.812	1.811	-	-	-	45.623
Em serviço	-	-	-	-	-	-
Custo	67.094	-	-	-	-	67.094
Amortização acumulada	(67.094)	-	-	-	-	(67.094)
Em curso	43.812	1.811	-	-	-	45.623
Custo	43.812	1.811	-	-	-	45.623
Total	672.162	115.787	-	(31.938)	-	756.011

	Saldo em 31/12/2023	Reclassificação	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Geração	50.668	399.023	178.659	-	-	628.350
Em serviço	488	-	(486)	-	572.039	572.041
Custo	76.137	-	4.820	-	572.039	652.996
Amortização acumulada	(75.649)	-	(5.306)	-	-	(80.955)
Em curso	50.180	399.023	17			

**Licença de autorização para operação da Usina Angra 1**

O processo de obtenção da extensão da vida útil de Angra 1 iniciou em 2019, quando foi oficialmente solicitada a renovação da licença junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Desde então, a Companhia criou um grupo de trabalho exclusivo para cumprir todas as exigências do órgão regulador.

A extensão da vida útil de Angra 1, que foi formalizada pela CNEN prorrogando a vigência da Autorização de Operação Permanente (AOP) é um dos projetos mais importantes em curso na ELETRONUCLEAR. O projeto assegurou a continuidade da operação da usina após a expiração da licença atual, em dezembro de 2024, mantendo por mais 20 anos à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW. Para garantir essa ampliação da operação da usina, a ELETRONUCLEAR desenvolveu o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 - *Long Term Operation (LTO)*.

O Projeto LTO é fruto da decisão estratégica da ELETRONUCLEAR de implementar o projeto Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO) aprovado em fevereiro de 2018, por meio da Circular Geral - CGE 022/18, que posteriormente originou a criação da estrutura formal do Núcleo Técnico LTO em setembro de 2018 (CGE 059/2018) baseada na experiência internacional de ter uma equipe dedicada, essencial para o sucesso do projeto, visando cumprir prazos e compromissos estabelecidos pelo órgão regulador CNEN e pela *International Atomic Energy Agency (IAEA)*.

Seguindo o padrão adotado pelo setor nuclear norte-americano, a usina Angra 1, que iniciou sua operação em 1985, obteve inicialmente uma licença de 40 anos, que expirava em 2024. Graças ao avanço tecnológico, que permitiu uma sobrevida dos empreendimentos sem riscos para a segurança, as extensões de vida útil de Reatores Nucleares vêm ocorrendo no mundo todo.

Ao longo dos últimos anos, foram desenvolvidas várias iniciativas para a operacionalização de um Programa de Gerenciamento do Envelhecimento (PGE) em Angra 1 com avanços significativos na formulação de processos e desenvolvimento da infraestrutura requerida para sua implementação, compatíveis com a operação da planta por longo prazo. O desenvolvimento destes estudos e projetos foi consolidado e formalizado pela Diretoria Executiva com a criação do Programa de Extensão da Vida Útil (LTO) da Usina de Angra 1. Considerando a sua transversalidade, foi necessária a utilização da abordagem de gerenciamento de projetos complexos, estabelecendo uma estrutura organizacional específica para o programa com uma equipe dedicada à sua implementação. A ELETRONUCLEAR contratou a *Westinghouse*, projetista original de Angra 1, para desenvolver a Avaliação Integrada da Planta (IPA) e as Avaliações de Envelhecimento Dependentes de Tempo (TLAs), que se constituem na espinha dorsal do processo de renovação de licença de usinas nucleares segundo a normativa da US NRC.

Considerando que a equipe técnica da ELETRONUCLEAR não possuía experiência na sistemática e da documentação regulatória da regra americana de solicitação de renovação de licença necessitando de reforço, bem como a ausência de requisitos específicos por parte do órgão regulador Brasileiro até 2018, foram efetuados diversos estudos da documentação regulatória Americana e do grande volume de material produzido pela empresa detentora da tecnologia da planta (*Westinghouse*). A equipe formada para compor o Programa LTO de Angra 1 assumiu uma série de responsabilidades no processo de elaboração e implementação dos Programas de Gerenciamento do Envelhecimento de Angra 1 e preparação da Solicitação de Renovação da Licença de Angra 1 e Reavaliação Periódica de Segurança (RPS).

O Projeto da RPS de Angra 1 envolveu mais de 85 profissionais e uma Consultoria internacional. Tudo isto para concluir a entrega e acompanhamento junto a CNEN dos estudos e documentos obrigatórios e atendimento rigoroso aos prazos para a obtenção da extensão da Autorização da Operação Permanente (AOP) por mais 20 anos.

Ao todo, foram produzidos 14 Relatórios dos Fatores de Segurança e o Relatório da Avaliação Global, os quais foram submetidos e aprovados em Comissão de Revisão de Operação da Usina (CROU), Comitê de Análise de Operação Nuclear (CAON) e Comitê Executivo do Programa LTO/RPS. Conforme acordado com a CNEN foram encaminhados os 14 Relatórios dos Fatores de Segurança e o Relatório da Avaliação Global da RPS Angra 1.

A Avaliação Global envolveu a formulação de argumentos que denotam a conservação de que é seguro continuar a operar a Usina Angra 1 e reforçar ainda mais a segurança através da implementação das melhorias de segurança. Nenhuma preocupação imediata de segurança foi identificada, que poderia impedir a operação segura da Usina.

Desse modo, a ELETRONUCLEAR obteve a renovação da licença de operação da usina Angra 1 por mais 20 anos, até dezembro de 2044. A autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi recebida pela companhia por meio da Resolução nº 331 de 21 de novembro de 2024 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2024, em que concedeu a Autorização para Operação a Longo Prazo de Angra 1 (AOLP), prorrogando a atual AOP por mais 20 anos, contados a partir de 23 de dezembro de 2024. Portanto, a AOLP concedeu a Angra 1 a licença para operar até 23 de dezembro de 2044.

Ressalta-se que, ao conceder a renovação da licença de operação, a CNEN observou o retrato da Usina naquele momento, novembro de 2024, considerando todas as melhorias, *upgrades* e aperfeiçoamento de processos desenvolvidos ao longo de sua vida útil original, bem como os compromissos assumidos no âmbito do Programa LTO, os quais continuarão em processo até 2030, conforme previsto. Nesse sentido, para o próximo quinquênio (2025-2029), foi estabelecido um cronograma de implementação de projetos associados à operação de longo prazo de Angra 1. Estão incluídas as negociações e contratações de bens e serviços e o desenvolvimento dos projetos e sua instalação e comissionamento, o que ocorrerá durante as paradas programadas para reabastecimento de combustível.

Neste sentido, é identificado todos os elementos de constituição de um ativo intangível, conforme preceitos e em observância aos critérios contidos no CPC 04 (R1) Ativo Intangível, a Companhia entendeu que a melhor classificação para os benefícios econômicos a serem usufruídos no período adicional, mediante a obtenção de licença de autorização para operação da Usina Angra 1 por mais 20 anos, referente aos gastos associados a obtenção desta licença, não seria como um componente de um custo associado às futuras intervenções à planta, com as devidas implementações dos projetos de modificações dos ativos imobilizados que serão adquiridos e substituídos, mas sim, ao ativo intangível associado a própria licença de autorização para operação da Usina Angra 1 concedida pelo órgão regulador, tendo em vista que na sua essência, são indissolúveis ao processo de aprovação junto ao ente regulador.

Prática contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

NOTA 18. VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

A administração da ELETRONUCLEAR tem razoável segurança que a nova tarifa de Angra 3, elaborada no âmbito da modelagem pelo BNDES, e pendente de aprovação pelo CNPE, tem como pilar a questão da viabilidade econômico-financeira do Projeto, conforme estabelecido na Lei 14.120/2021 e pela Resolução CNPE nº 23, de 20 de outubro de 2021. Esses normativos estabelecem as diretrizes para o cálculo do preço da energia de Angra 3, resultante dos estudos do BNDES. A formalização da tarifa, que é uma premissa extremamente sensível na aplicação do teste de recuperabilidade do ativo, ainda não está aprovada pelo CNPE.

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total (a)	Valor Justo
ENBPar Mútuo	40.342	29.147	33.337	37.847	325.381	466.054	509.707
ENBPar RGR	56.351	32.360	29.933	29.712	240.176	388.532	311.345
AXIA (Furnas)	57.075	46.796	46.796	38.996	-	189.663	169.297
BNDES	212.965	218.900	235.671	252.900	2.186.033	3.106.469	3.072.812
CEF	155.793	153.324	163.592	174.549	2.043.930	2.691.188	2.151.391
SANTANDER	22.803	21.947	-	-	-	44.750	41.957
ABC	150.821	-	-	-	-	150.821	152.310
BTG	380.070	-	-	-	-	380.070	382.162
Total	1.076.220	502.474	509.329	534.004	4.795.520	7.417.547	6.790.980

(a) Em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, os valores justos dos financiamentos da ELETRONUCLEAR são determinados pela utilização de método de fluxo de caixa descontado utilizando pelas taxas de mercado conforme a duration de cada financiamento.

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total (a)	Valor Justo
Financiamentos em R\$	1.053.417	480.527	509.329	534.004	4.795.520	7.372.797	6.749.023
Indexados a Taxas Flutuantes	897.624	327.203	345.737	359.455	2.751.590	4.681.609	4.597.632
Indexadores a Taxas Fixas	155.793	153.324	163.592	174.549	2.043.930	2.691.188	2.151.391
Financiamentos em US\$	22.803	21.947	-	-	-	44.750	41.957
Indexados a Taxas Flutuantes	22.803	21.947	-	-	-	44.750	41.957
Total	1.076.220	502.474	509.329	534.004	4.795.520	7.417.547	6.790.980

(a) Em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2024		
	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante
ANGRA 1 e 2:			
ENBPAR - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	5,00%	32.908	29.506
ENBPAR - MÚTUO 1	13,97%	6.371	235.194
ENBPAR - MÚTUO 2	13,97%	1.566	176.879
AXIA (Furnas) - Instrumento de Confissão de Dívida	7,86%	44.797	171.723
SANTANDER - LTO Angra 1	5,83%	26.342	49.397
ANGRA 3:			
ENBPAR - RGR- ECF 2878	5,00%	29.712	359.262
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	7,72%	192.482	3.014.251
BNDES - Nº 10.220.321 - Subcrédito E	14,38%	1.708	5.848
CEF - Nº 0410.351-27/13	6,50%	147.382	2.679.095
PROJETOS PRIORITÁRIOS			
ABC	15,91%	161.010	-
BTG	15,91%	322.019	-
Total		966.297	6.720.919

a) Aplicações nas Usinas Angra 1

Trata-se de financiamentos captados com recursos provenientes da Reserva Global de Reversão (RGR) por meio de contratos de financiamento firmados e geridos pela Eletrobras (atual Axia Energia) até o mês de junho de 2023, quando houve a transferência da gestão destes contratos para a ENBPar. Conforme disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que estabeleceu as regras para o processo de desestatização da Eletrobras (atual Axia Energia), e o Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, que criou a ENBPar, a nova empresa ficaria responsável por absorver os programas de governo até então geridos pela antiga controladora da ELETRONUCLEAR, dentre os quais se destaca a gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da RGR celebrados até 17 de novembro de 2016, os quais se enquadram os contratos firmados pela ELETRONUCLEAR. Estes contratos de financiamentos foram utilizados para diversas etapas de melhoramentos na Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da Companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos no âmbito dos contratos com recursos provenientes da RGR, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das Usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público para que, em caso de inadimplência, a primeira possa receber diretamente os valores em atraso.

Em 19 de Junho de 2024 foi celebrado o Contrato de Mútuo Nº GCGSC – 001/2024 entre a ELETRONUCLEAR e a ENBPar para concessão de uma linha de crédito no valor de R\$ 226.688. Parte desse valor se refere ao IOF no valor de R\$ 4.253 somado ao valor líquido recebido pela companhia de R\$ 222.434. Esses recursos foram captados para realização dos investimentos no âmbito do Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO). O referido contrato prevê carência de 12 meses de principal e encargos sendo que o principal será amortizado no prazo de 10 anos após o fim do período de carência.

Os juros contratuais serão calculados a partir da liberação dos recursos a uma taxa de juros equivalente à NTN-B 32 + (1,5%) a.a., com incorporação de juros ao saldo devedor durante o período de carência, calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor. A ELETRONUCLEAR também pagará uma taxa de administração de 0,5% a.a., calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor a partir da data de liberação de recursos.

Em 04 de outubro de 2024 foi celebrado o Contrato de Mútuo entre a ELETRONUCLEAR e a ENBPar para concessão de uma linha de crédito no valor de R\$ 173.311. Parte desse valor se refere ao IOF no valor de R\$ 3.252 somado ao valor líquido recebido pela companhia de R\$ 170.059. Esses recursos foram captados para realização dos investimentos no âmbito do Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO). O referido contrato prevê carência de 12 meses de principal e encargos sendo que o principal será amortizado no prazo de 10 anos após o fim do período de carência.

Os juros contratuais serão calculados a partir da liberação dos recursos a uma taxa de juros equivalente à NTN-B 32 + (1,5%) a.a., com incorporação de juros ao saldo devedor durante o período de carência, calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor. A ELETRONUCLEAR também pagará uma taxa de administração de 0,5% a.a., calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor a partir da data de liberação de recursos.

Em 26 de Junho de 2024 e 07 de outubro de 2024 houve a liberação dos recursos para reembolso dos pagamentos já realizados no âmbito do programa LTO em 2024.

Durante o mês de julho de 2025 foi iniciada a amortização do principal e pagamento dos juros do Contrato de Mútuo Nº GCGSC – 001/2024.

Em outubro de 2025, por meio da Resolução CNPE nº 12, de 1º de outubro de 2025, foi reconhecida a necessidade de atualização e complementação, por parte da ELETRONUCLEAR e do BNDES, dos estudos relativos à modelagem econômico-financeira para a conclusão da Usina Termonuclear Angra 3 (Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - Unidade III), em consonância com o art. 10, § 3º, da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021. Nos termos do parágrafo único, artigo 1º da referida Resolução, a atualização e complementação dos estudos deveria considerar, no mínimo: (i) cenário de manutenção dos termos do acordo de investimentos celebrado entre a Eletrobras (atual Axia Energia) e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear a Binacional - ENBPar, em 22 de abril de 2022, com participação de sócio privado; (ii) cenário de conclusão de Angra 3 exclusivamente com recursos obtidos junto à ENBPar e à União; (iii) cenário de abandono do projeto, com discriminação dos gastos e possíveis origens dos recursos, bem como dos impactos para as partes envolvidas, incluindo as empresas estatais que atuam no setor nuclear; e (iv) detalhamento dos custos ambientais associados ao ciclo de vida da usina, incluindo gestão de rejeitos, descomissionamento e medidas de segurança pós-operacionais.

Ao final de outubro de 2025, o BNDES encaminhou os resultados das atualizações destes estudos em cumprimento a referida Resolução CNPE nº 12, e em 4 de novembro de 2025 a ELETRONUCLEAR enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME), o resultado do estudo atualizado sobre a modelagem econômico-financeira de Angra 3, elaborado pelo BNDES. O levantamento, solicitado pelo CNPE, aponta que a conclusão da usina é o cenário mais racional e vantajoso para o país.

O MME deverá remeter os estudos ao CNPE, que decidirá pela conclusão ou não da usina em reunião com realização prevista ainda em 2026. O tema já foi debatido pelo CNPE em três oportunidades desde 2024 — em dezembro de 2024, fevereiro de 2025 e outubro de 2025 — ocasiões em que houve voto favorável à conclusão do empreendimento proferido pelo presidente do Conselho, o ministro de Minas e Energia, seguido, contudo, de pedido de vista coletivo pelos demais conselheiros.

A Companhia efetuou uma análise das atualizações destes estudos, concluindo pela manutenção dos resultados do último teste de *impairment* efetuado na data base de 31 de dezembro de 2024, não identificando a necessidade de registros de *impairment* adicional para 30 de setembro de 2025. Com relação à sua primeira Unidade Geradora de Caixa - UGC 1 (Angra 1 e 2) não foi identificada necessidade de realizar a análise de recuperabilidade da mesma.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Geração	Total	Geração	Total
Imobilizado	(4.377.563)	(4.377.563)	(4.377.563)	(4.377.563)

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

NOTA 19. FORNECEDORES

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	A vencer	Vencidos	Total	Total
Circulante				
Bens, materiais e Serviços:				
Fatura processada (a)	241.253	722.874	964.127	935.586
Variação cambial (b)	54.717	-	54.717	53.417
Provisão (c)	376.423	-	376.423	230.311
Total	672.393	722.874	1.395.267	1.219.314

a) Cobranças em aberto junto aos fornecedores de materiais, equipamentos, combustível nuclear e serviços. Dos montantes vencidos, R\$ 30.202 foram pagos até janeiro de 2026.
b) Estimativa de variação cambial na quitação dos pagamentos em aberto.
c) Provisão de serviços executados não faturados no exercício.

Prática contábil

São reconhecidas as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, e compras de bens, mercadorias (material, combustível nuclear e etc.) e de serviços. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações cambiais/monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos devidos pela ELETRONUCLEAR é divulgada a seguir:

	31/12/2025		
	Taxa Efetiva a.a.	Circulante	Não Circulante
ANGRA 1 e 2:			
ENBPAR - RGR ECF 2507/ ECF 2579	5,00%	26.638	2.868
ENBPAR - MÚTUO 1	14,02%	23.006	237.725
ENBPAR - MÚTUO 2	14,02%	17.336	187.987
AXIA (Furnas) - Instrumento de Confissão de Dívida	7,84%	57.075	132.588
SANTANDER - LTO Angra 1	5,09%	22.803	21.947
ANGRA 3:			
ENBPAR - RGR- ECF 2878	5,00%	29.713	329.313
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	7,72%	211.254	2.889.328
BNDES - Nº 10.220.321 - Subcrédito E	17,19%	1.711	4.176
CEF - Nº 0410.351-27/13	6,50%	155.793	2.535.395
PROJETOS PRIORITÁRIOS			
ABC	18,75%	150.821	-
BTG	19,73%	380.070	-
Total		1.076.220	6.341.327

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total (a)	Valor Justo
ENBPar Mútuo	40.342	29.147	33.337	37.847	325.381	466.054	509.707
ENBPar RGR	56.351	32.360	29.933	29.712	240.176	388.532	311.345
AXIA (Furnas)	57.075	46.796	46.796	38.996	-	189.663	169.297
BNDES	212.965	218.900	235.671	252.900	2.186.033	3.106.469	3.072.812
CEF	155.793	153.324	163.592	174.549	2.043.930	2.691.188	2.151.391
SANTANDER	22.803	21.947	-	-	-	44.750	41.957
ABC	150.821	-	-	-	-	150.821	152.310
BTG	380.070	-	-	-	-	380.070	382.162
Total	1.076.220	502.474	509.329	534.004	4.795.520	7.417.547	6.790.980

(a) Em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, os valores justos dos financiamentos da ELETRONUCLEAR são determinados pela utilização de método de fluxo de caixa descontado utilizando pelas taxas de mercado conforme a duration de cada financiamento.

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total (a)	Valor Justo
Financiamentos em R\$	1.053.417	480.527	509.329	534.004	4.795.520	7.372.797	6.749.023
Indexados a Taxas Flutuantes	897.624	327.203	345.737	359.455	2.751.590	4.681.609	4.597.632
Indexadores a Taxas Fixas	155.793	153.324	163.592	174.549	2.043.930	2.691.188	2.151.39



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Foi autorizada ainda a incorporação ao saldo devedor da operação da Comissão de Renegociação mediante a constituição do Subcrédito E no valor de R\$ de R\$ 6.969, acrescido de IOF, totalizando R\$ 7.099. O denominado Subcrédito E será corrigido pela Taxa Média Selic (TMS) mais 1,99% ao ano, e será amortizado em até 54 (cinquenta e quatro) prestações mensais, sendo a primeira prestação devida em 15 de janeiro de 2025 e a última em 15 de junho 2029. Os juros apurados entre 15 de junho de 2024 e 15 de dezembro de 2024 serão capitalizadas ao saldo devedor.

Em janeiro de 2025, com o fim do período de 6 meses de *standstill*, foram retomados os pagamentos do serviço da dívida dos subcréditos A e B do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1 assim como foi iniciada a amortização do Subcrédito E.

Em 27 de junho de 2024 foi celebrado o Termo Aditivo nº 10 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1 formalizando, portanto, a prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva até 15 de junho de 2026 e a suspensão do pagamento do serviço da dívida no período de julho a dezembro de 2024 com a retomada dos pagamentos em 15 de janeiro de 2025. A via eletrônica do referido termo já foi devidamente registrada em cartório.

O Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Cessão Fiduciária que formaliza a prorrogação do prazo de preenchimento da Conta Reserva foi devidamente assinado e registrado durante o mês de julho atendendo o prazo estabelecido.

Em 05 de agosto de 2024 foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0410.351-27/2013 junto à Caixa Econômica Federal, com interveniência da Eletrobras (atual Axia Energia), por meio do qual ficou acordado a suspensão do pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios do referido contrato, por seis meses, no período compreendido entre 06 de julho de 2024 e 06 de dezembro de 2024, inclusive, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros. As parcelas de juros remuneratórios do período de suspensão serão capitalizadas mensalmente ao saldo devedor a cada evento financeiro de vencimento.

Em janeiro de 2025, com o fim do período de 6 meses de *standstill*, foram retomados os pagamentos do serviço da dívida do Contrato de Financiamento nº 0410.351-27/2013.

Em maio de 2025, a ELETRONUCLEAR encaminhou carta ao BNDES e CEF solicitando novo *standstill* até dezembro de 2026, tendo em vista os adiantamentos nas decisões sobre a retomada de Angra 3 nas reuniões do CNPE. Houve retorno do BNDES indeferindo o pedido de *waiver*, e a CEF informou que o pleito seria apreciado após a conclusão de análises prévias, com a aprovação condicionada à manifestação favorável dos demais credores.

Em novembro de 2025, a ELETRONUCLEAR encaminhou cartas à ENBPar e Axia Energia S.A solicitando *waiver* das parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2025 dos contratos de Mútuo nº GCGSC – 001/2024 e nº GCGSC – 002/2024 firmados juntos à ENBPar e do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado com a Axia Energia S.A. O pedido de *waiver* foi aceito pelas duas empresas, condicionado à cobrança dos encargos moratórios contratuais previstos.

c) Confissão de Dívida

Em 30 de outubro de 2019, foi celebrado pela ELETRONUCLEAR e por Furnas Centrais Elétricas S.A. (atual Axia Energia S.A.) o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/2019, por meio do qual as duas partes reconhecem a existência de créditos pendentes uma com a outra, que após compensação dos valores somam um crédito líquido em favor de Furnas (atual Axia Energia) no montante de R\$ 122.560, atualizado à data de 31 de dezembro de 2012. Este montante devido pela ELETRONUCLEAR, atualizado em 31 de dezembro 2018, totalizava R\$ 246.142.

Desta forma, conforme as condições firmadas pelas duas partes no Instrumento firmado, a ELETRONUCLEAR obriga-se a pagar o saldo atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da dívida reconhecida em 96 (noventa e seis) parcelas iguais e sucessivas, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), contados a partir da expiração dos 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal, que possui início a partir do mês subsequente à assinatura do referido Instrumento de Confissão de Dívida.

A partir da assinatura do referido contrato, sobre o saldo devedor atualizado mensalmente pelo IPCA, incidem taxa de juros nominal de 7,83% a.a. e uma taxa de administração de 0,5% a.a., ambos calculados *pro rata temporis*.

Em novembro de 2021, teve início a amortização do principal do Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado com Furnas (atual Axia Energia), que está sendo realizado mensalmente pela Companhia.

d) Projetos Prioritários

Em maio de 2024 a ELETRONUCLEAR elaborou e encaminhou para o mercado um *Request for Proposal (RFP)* no qual foram contextualizados os projetos prioritários da Companhia, as obrigações financeiras previstas para o ano de 2024 para os referidos projetos e um sumário dos termos e condições indicativas almejadas para o financiamento de parte dos recursos necessários para estas obrigações estimadas para o exercício de 2024.

Com um curto prazo de vencimento, em dezembro de 2025, aproximadamente 18 meses, a Companhia considerou a possibilidade de obter um custo aceitável de financiamento sem a necessidade de apresentação de garantias firmes, ou seja, sem garantia por meio de recebíveis ou mesmo por aval de seus acionistas.

Após análise das condições e termos propostos pelas instituições financeiras, foram recebidas duas propostas sem apresentação de garantias (*clean*). As propostas foram enviadas pelo Banco ABC e pelo Banco BTG Pactual, ambas utilizando como instrumento de dívida a emissão de Nota Comercial Privada, sendo R\$ 300 milhões pelo BTG Pactual e R\$ 150 milhões com o Banco ABC, totalizando um valor de R\$ 450 milhões de captação.

Conforme as propostas enviadas, os juros seriam calculados a uma taxa de CDI + 3,35% a.a. tendo o pagamento de juros e amortização na forma *bullet* com liquidação final em dezembro de 2025. Seria cobrado ainda um *fee* de 1% *upfront* referente à Comissão de Estruturação. O custo *All In* de ambas as propostas foi de CDI + 4% a.a.

Após aprovações nas instâncias de governança da ELETRONUCLEAR, Diretoria Executiva e Conselho de Administração, foram assinados em 26 de junho de 2024 o Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em Série Única para Colocação Privada da ELETRONUCLEAR S.A. tendo a ELETRONUCLEAR como emitente e o Banco ABC como credor e o Termo da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, de Distribuição Privada, da ELETRONUCLEAR S.A. tendo a ELETRONUCLEAR como emissora e o Banco BTG Pactual como credora.

Em 27 de junho de 2024, os recursos foram liberados pelos bancos, sendo o montante de R\$ 150 milhões pelo Banco ABC e, na mesma data, o montante de R\$ 300 milhões pelo BTG Pactual, deduzidos dos devidos custos das operações.

Em 1º e 10 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou aditivos contratuais junto as instituições financeiras “Banco BTG Pactual” e “Banco ABC”, postergando o vencimento dos respectivos contratos de financiamento (Notas Comerciais Escriturais) para as datas de 24 e 18 de junho de 2026. O novo prazo pactuado permitirá que a Companhia se mantenha adimplente com suas obrigações contratuais, conferindo maior prazo até a conclusão dos ingressos de recursos em seu plano de liquidez corrente em implementação. As obrigações repactuadas alziaram o caixa da Companhia nos respectivos montantes de R\$ 380 milhões (Banco BTG Pactual) e R\$ 150 milhões (Banco ABC).

20.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	7.687.215
Captação	-
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	688.714
Juros pagos	(509.960)
Amortização do principal	(448.422)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	7.417.547
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	6.793.071
Captação	842.494
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	597.145
Juros pagos	(271.712)
Amortização do principal	(273.783)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	7.687.215

Segue abaixo o fluxo de vencimento do saldo de empréstimos e financiamentos registrados em 31 de dezembro de 2025:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
ENBPar Mútuo	40.342	29.147	33.337	37.847	325.381	466.054
ENBPar RGR	56.351	32.360	29.933	29.712	240.176	388.532
AXIA (Furnas)	57.075	46.796	46.796	38.996	-	189.663
BNDES	212.965	218.900	235.671	252.900	2.186.033	3.106.469
CEF	155.793	153.324	163.592	174.549	2.043.930	2.691.188
SANTANDER	22.803	21.947	-	-	-	44.750
ABC	150.821	-	-	-	-	150.821
BTG	380.070	-	-	-	-	380.070
Total	1.076.220	502.474	509.329	534.004	4.795.520	7.417.547

20.2. Obrigações Assumidas – Covenants

A ELETRONUCLEAR possui *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos e financiamentos. Os principais *covenants* a cumprir são: apresentar demonstrações financeiras auditadas; apresentar trimestralmente Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do Projeto; cumprir as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”; permitir ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; enviar quadrimestralmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) posição dos créditos empenhados no Contrato de Contragarantia junto à União; no caso do Contrato de Confissão de Dívida com Furnas, que foi incorporada pela Eletrobras (atual Axia Energia), emissão de Nota Promissória no ato da assinatura e a cada dois anos, ao final do exercício, com posição em 31 de dezembro.

A Companhia não identificou a ocorrência de evento de descumprimento de tais *covenants* em 2025.

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecido como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação é substancial, o financiamento original é baixado e um novo passivo financeiro é reconhecido, com impacto no resultado do exercício.

NOTA 21. TRIBUTOS A RECOLHER

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
IR - Encargos Dívida	276	765
ISS sobre importação e outros	3.581	3.186
ICMS	1.832	4.154
COSIRF	40.536	62.084
Outros tributos retidos na fonte	7	35
INSS	2.587	3.405
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
FGTS	7.113	6.081
CIDE s/serviços no exterior	8.136	7.384
ICMS substituição Tributária	23	-
Recolhimento Impostos e Taxas	2	2
Total	67.440	90.443

NOTA 22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Provisão IR e CSLL sobre lucro Real	-	133.559
Provisão e gratificação de férias	63.769	64.406
Encargos sociais sobre provisões de férias	30.484	32.208
Total	94.253	230.173

NOTA 23. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Quota RGR	118.121	137.992
Taxa de Fiscalização Aneel	859	819
Total	118.980	138.811

Prática contábil

Os encargos setoriais são reconhecidos como obrigações a recolher, derivadas dos encargos estabelecidos em lei e são registrados na rubrica de passivo circulante de acordo com a competência.

NOTA 24. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e tributária, que se encontram em vários estágios de julgamento.

24.1. Provisões

A Companhia constitui provisão para contingências em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Não Circulante		
Ambientais	25.368	3.532
Cíveis	10.625	10.891
Trabalhistas	282.631	178.971
Tributárias	524	502
Total	319.148	193.896

Estas contingências tiveram a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	193.896
Constituição de provisões	143.359
Reversão de provisões	(34.630)
Atualização Monetária	16.523
Saldo em 31 de dezembro de 2025	319.148

Saldo em 31 de dezembro de 2023	215.080
Constituição de provisões	10.898
Reversão de provisões	(28.050)
Atualização Monetária	(4.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	193.896

A movimentação de contingências está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais, a qual considera também, provisionamento para riscos identificados sem que necessariamente existam demandas judiciais contra a Companhia.

24.2. Cauções e Depósitos Vinculados a Processos Prováveis

A rubrica de cauções e depósitos vinculados refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos de probabilidade provável, conforme relacionados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	33	28
Trabalhistas	54.452	57.428
Tributárias	892	849
Total	55.377	58.305

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais	56.254	55.075
Cíveis	428.428	318.845
Trabalhistas	411.795	360.846
Tributárias	3.598	3.221
Total	900.075	737.987

Dentre as ações de causas possíveis e prováveis e que apresentam valores avaliados com perda superiores a 1% da Receita Operacional Líquida em 2025, ou seja, acima de R\$ 42.308, destacam-se:

1. CIVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – Processo nº 0022780-32-2018.4.02.5101	
Instância / Juízo	1ª instância – 10ª Vara Federal – RJ
Partes no processo	POLO ATIVO: Andrade Gutierrez Engenharia S.A.
	POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 242.985 (valor atualizado em fevereiro de 2025)
Objeto	Trata-se de ação declaratória e condenatória, para (i) reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e recomposição de prejuízos, impedindo-se o enriquecimento ilícito da ELETRONUCLEAR; (ii) revogação da decisão que declarou a nulidade do Contrato e seus aditamentos; (iii) reconhecimento de rescisão contratual por inadimplemento da ELETRONUCLEAR; (iv) cobrança dos serviços prestados pela AG e não pagos pela ELETRONUCLEAR. FASE ATUAL: Contestação apresentada pela ELETRONUCLEAR em 16 de maio de 2018. Réplica pela AG em 10 de agosto de 2018. Despacho do juiz determinando às partes que especifiquem as provas a serem produzidas. Em 07 de janeiro de 2020, o juiz proferiu despacho determinando a suspensão do processo até a decisão final da ação de ressarcimento proposta pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez. Em 27 de janeiro 2020, a Andrade ofereceu embargos de declaração requerendo o acolhimento do seu recurso para que a ação movida pela ELETRONUCLEAR em face da AG seja suspensa alegando que a ação que move contra a ELETRONUCLEAR é prejudicial àquela. Em 17 de dezembro 2020: Despacho Saneador. Determinação de prova pericial. Iniciada a fase pericial. Em 22 de dezembro 2022, foi juntada petição da Caixa Econômica Federal informando que fez a transferência de valores referentes aos honorários periciais da Swot Global Consulting, determinada pelo juízo em despacho do dia 14 de dezembro 2022. O processo se encontra em fase de produção de provas. Há prova pericial de contabilidade/engenharia em curso, sob a responsabilidade da empresa Swot Global Consulting, que entregou o laudo pericial em 21 de julho 2023. Em 21 de julho 2023, as partes apresentaram quesitos suplementares. Em 31 de agosto de 2023: Concedido o prazo de 60 dias úteis às partes para manifestação sobre o laudo pericial. Em 21 de fevereiro de 2024, houve a impugnação do laudo pericial pela ELETRONUCLEAR. Determinado o refazimento da perícia, em 12 de fevereiro de 2025 houve nova impugnação pela ETN. Após a petição de impugnação da ELETRONUCLEAR ao laudo pericial, o processo foi remetido para a análise do juízo, em 08 de abril de 2025. Sem alterações relevantes de maio a julho. Em 24 de setembro de 2025, a AG protocolou petição requerendo prazo para que fosse avaliada a possibilidade de celebração de acordo entre as partes. A ELETRONUCLEAR, por sua vez, manifestou concordância quanto à oitiva de eventual proposta conciliatória, ressaltando, contudo, seu desacordo em relação à perícia apresentada nos autos. Em 18 de dezembro de 2025, os autos foram conclusos para decisão/despacho.
Expectativa de perda	Possível

2. TRABALHISTA – AÇÃO COLETIVA – Processo nº 0064500-25.1989.5.01.0029	
Instância / Juízo	1ª instância - 29ª VARA DO TRABALHO de Rio de Janeiro
Partes no processo	POLO ATIVO: Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ (SENGE) POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 392.031 (valor atualizado em fevereiro de 2025)
Objeto	OBJETO: URP/1989 – Plano Econômico. A controvérsia principal do processo reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União (AGU) ingressou nos autos. A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da ELETRONUCLEAR, ao explicitar que: [1] a decisão em fase de liquidação/ execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado; [2] o valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em 30 de novembro de 2022, a juíza determinou a renovação da intimação do perito para se manifestar sobre os cálculos da liquidação, visando prolação de decisão de embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação opostos anteriormente. Em 24 de novembro de 2017, foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Companhia. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo específico da URP de fevereiro de 1989 foram pagos. A última decisão publicada em diário oficial é a do dia 16 de março de 2018, destinada à parte autora (SENGE) para que ofereça manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré. Há outros andamentos processuais que constam no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, são eles: [1] autos enviados à contadoria da Vara; [2] homologada a liquidação; [3] petição da União Federal; [4] petição do Sengen com impugnação aos cálculos, todos atos processuais aos quais a Companhia ainda não foi intimada para tomar ciência. Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Companhia pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Companhia foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Em 19 de julho de 2019 foi publicada decisão para a Companhia pagar honorários do perito do Juízo, o que já foi realizado. Em 04 de dezembro 2019 foram opostos embargos de declaração pela ELETRONUCLEAR. Em 19 de agosto de 2021, houve a migração para o processo eletrônico, com a intimação da ELETRONUCLEAR para juntar as principais peças dos autos físicos que totalizam 48 volumes. Após, foram julgados e rejeitados os declaratórios da Companhia (opostos em 2019). Na sequência, a ELETRONUCLEAR interpôs embargos à execução, ainda pendentes de julgamento. Em 17 de março de 2023, publicado despacho: “Trata-se de processo gigantesco, com 48 volumes físicos, que corre há mais de 30 anos e de alto valor em execução. Nesse sentir, convertido em diligência o julgamento dos embargos à execução opostos, para determinar à executada-embargante que junte aos autos cópias do Acordo Coletivo indicado, bem como das peças em que o sindicato-exequente deu quitação pelos débitos do presente processo. Prazo de 15 dias. Uma vez apresentados os documentos, notifique-se o sindicato-exequente para manifestações em 15 dias, valendo o silêncio como quitação geral e irrestrita pelo objeto do presente processo. Após o prazo, notifique-se a UNIÃO FEDERAL – AGU, Assistente Simples no processo, para manifestações em 15 dias. Em 12 de abril de 2023, a ELETRONUCLEAR apresenta petição arguindo comprovação do pagamento das diferenças salariais reclamadas e requer a extinção da execução. Guarda o transcurso do prazo para manifestação do SENGE e da UNIÃO e, após, a decisão sobre embargos à execução. Em 17 de abril de 2023: petição do SENGE. Rejeita alegação da ELETRONUCLEAR acerca da existência de termo de acordo com força de transação” perante as classes obreiras, matéria alegadamente preclusa em sede de conhecimento e, por via de consequência, afasta o suposto pagamento das diferenças salariais com base na URP/1989. Em 17 de maio de 2023: petição da ELETRONUCLEAR. Reitera os termos do Acordo Coletivo 1989/1990. Indica os indexadores das peças processuais de interesse acostadas aos e-autos. Arrola as entidades sindicais subscreventes do acordo e reafirma a participação da SENGE na sua negociação e chancela. Em 12 de junho de 2023: manifestação da UNIÃO. Ratifica in totum os termos da petição anterior. Requer a extinção da execução, uma vez reconhecida a inexigibilidade do título pelo cumprimento da obrigação. Em 05 de julho de 2023: manifestação do SENGE. Acosta cópia da decisão que reconhece a preclusão da prova do acordo, visto a ausência de provocação do juízo a tempo e modo, operando a coisa julgada. Em 21 de fevereiro de 2024, decisão em embargos à execução – reconhecimento do alteração de índices aplicados para a atualização do débito trabalhista. Em abril de 2024 foram interpostos Agravos de Petição pela ELETRONUCLEAR e pelo Sindicato. Em junho de 2024 foi interposto Agravo de Petição pela União. Os recursos foram distribuídos por prevenção à 7ª Turma do TRT 1. 2025: Em fevereiro de 2025, a Desembargadora Sayonara Grillo Coutinho, relatora designada para o processo, declarou-se suspeita para o julgamento. Foi designada como nova relatora a Desembargadora Carina Rodrigues Bicalho. Em outubro de 2025, foram julgados os Agravos de Petição interposto pela ELETRONUCLEAR, pela União e pelo Sindicato. A 7ª Turma do TRT1 deu parcial provimento ao recurso da ELETRONUCLEAR e da União, para determinar a retificação dos cálculos para a apuração somente da diferença salarial da URP de fevereiro de 1989, ou seja, o pagamento do percentual de 26,05% apenas no salário do mês fevereiro de 1989, com reflexos em férias, de 13º salário e FGTS. Também foi dado provimento parcial ao Recurso do sindicato autor, para estabelecer que a condenação beneficiará todos os profissionais de engenharia, similares ou conexos de nível superior, conforme o estatuto do sindicato, empregados da ré na base territorial do sindicato autor. Em novembro de 2025: Ambas as partes opõem Embargos de Declaração. Em novembro de 2025 as partes apresentaram contrarrazões aos Embargos de Declaração. Janeiro de 2026: Processo está concluso para julgamento dos Embargos de Declaração. Ainda sem data definida para o julgamento.
Expectativa de perda	Possível



3. CÍVEL – Processo nº 0900078-24.2024.8.19.0001	
Instância	1ª Instância – 41ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro
Partes	Autor: CONSORCIO AGIS - FERREIRA GUEDES - MATRICIAL – ADTRANZ Réu: ELETRONUCLEAR S.A.
Valores	R\$ 119.164 (valor atualizado em fevereiro de 2025)
Resumo da Ação	Trata-se de ação ordinária movida pelo O Consórcio Agis, objetivando (i) a suspensão, e subsequente anulação, das decisões proferidas pela ETN nos Processos Administrativos nº DGC.A-0005/23 (“PA 5/23”) e DGC.A-0007/24 (“PA 7/24”), (ii) a declaração judicial de rescisão (por culpa da ETN) do contrato celebrado entre as Partes, e, enfim, (iii) a devida indenização pelo prejuízo por ele sofrido até (e mesmo após) a rescisão unilateral do Contrato pela ETN. Em fevereiro de 2025, o Consórcio alterou o valor do pedido de R\$ 43.000 para R\$ 100.603. O valor ajustado constará do próximo relatório. Em 04.06.2025, a ETN apresentou contestação. Em 08 de outubro de 2025, o Consórcio apresentou petição com réplica aos argumentos trazidos pela ETN. Ainda sem prazo para manifestação da Companhia. Não houve movimentação em janeiro de 2026.
Expectativa de perda	Possível

4. AMBIENTAL – Processo nº 5000837-67.2020.4.02.5111	
Instância	1ª Instância
Partes	Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE GUARULHO/MOGI Réu: ELETRONUCLEAR S.A.
Valores	R\$ 46.212 (valor atualizado em fevereiro de 2025)
Resumo da Ação	No que tange ao processo AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5000837-67.2020.4.02.5111/RJ a ação foi julgada improcedente e não há interesse da ETN em recorrer. O Município de Angra dos Reis interpôs Embargos de Declaração que foi pela Companhia contrarrazoado em 07 de outubro de 2025. Eis o teor da Sentença publicada em 04 de agosto de 2025. Assim sendo, deve ser reconhecida a perda superveniente do objeto, e consequentemente, a ausência de resultado útil da presente ação da presente ação pública. Ressalvo, contudo, a hipótese de ajuizamento de nova demanda caso as obras da Usina Termonuclear Angra 3 sejam efetivamente retomadas. 3. DISPOSITIVO à vista do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, inciso VI, do CPC. Sem condenação em custas ou honorários sucumbenciais, pois o STJ firmou posição no sentido de que a previsão do art. 18 da Lei nº 7.347/85 deve ser interpretada também em favor do requerido em ação civil pública (Resp 1808833/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24 novembro de 2020, e 01 dezembro de 2020). Em 14 de agosto de 2025, a Prefeitura de Angra dos Reis interpôs embargos de declaração, respondidos pela ELETRONUCLEAR e MPF, os quais, todavia, não tiveram o condão de alterar a decisão de extinção do processo.
Expectativa de perda	Possível

Incidente Operacional na Usina Nuclear de Angra 1

Trata-se da Ação Civil Pública nº 5000400-21.2023.4.02.5111, ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em face da ELETRONUCLEAR S.A., em razão de incidente ocorrido em 16 de setembro de 2022, durante procedimento de manutenção na Usina Nuclear de Angra 1. O MPF pleiteia, em síntese: (i) a adoção de medidas de restauração ambiental na área afetada pelo vazamento; (ii) a transparência e divulgação de informações precisas sobre o evento e seus impactos à saúde humana e ao meio ambiente; (iii) a abstenção de atividades que possam agravar eventual contaminação ambiental; (iv) a compensação dos danos ambientais decorrentes do incidente; e (v) a indenização por danos coletivos causados ao meio ambiente e a terceiros potencialmente afetados.

Foi proferida decisão concedendo parcialmente a tutela de urgência, impondo à ELETRONUCLEAR obrigações de fazer e de não fazer. A Companhia interpôs agravo de instrumento contra a determinação de divulgação pública de informações sobre o incidente e as medidas de remediação em veículos de comunicação de circulação nacional. O Tribunal concedeu liminar favorável à ELETRONUCLEAR, suspendendo os efeitos da decisão, encontrando-se os autos do agravo conclusos para julgamento desde 11 de julho de 2023.

No curso do processo, foram realizadas diversas audiências de conciliação nas seguintes datas: 12/06/2023, 24/08/2023, 28/11/2023, 21/03/2024, 22/08/2024, 12/12/2024 e 10/04/2025. Durante as tratativas, o MPF apresentou proposta de acordo no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a título de dano moral coletivo e compensação ambiental. A proposta foi submetida à Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR, que não anuiu com os termos.

Em nova audiência, realizada em 10 de abril de 2025, o Juízo solicitou à Companhia que verificasse a possibilidade de apresentar contraproposta. O tema foi novamente submetido à Diretoria Executiva, que deliberou pela não adesão ao acordo e pela não apresentação de contraproposta. Posteriormente, foram notificados três colaboradores que atuavam na época do evento, aos quais foi igualmente ofertada proposta de acordo individual, condicionada à assunção de culpa e pagamento de R\$ 30.000,00, a qual foi rejeitada por todos os notificados.

Diante disso, deliberou-se pelo acionamento do seguro D&O (*Directors and Officers*), a fim de custear e coordenar a defesa conjunta dos colaboradores e da ELETRONUCLEAR, assegurando uniformidade de estratégia e qualidade técnica na representação jurídica.

Em 2 de setembro de 2025, a ELETRONUCLEAR protocolou petição nos autos requerendo prazo para que o tema fosse novamente submetido à Diretoria Executiva, com vistas à reavaliação interna da proposta do MPF e à eventual formulação de contraproposta. O prazo para manifestação ainda se encontra em curso.

A demanda segue em fase de audiência de conciliação, com a avaliação de risco jurídico da ação reclassificada de “perda possível” para “perda provável”, em razão da evolução processual e dos elementos apurados nas audiências de conciliação. Sem alterações relevantes até janeiro de 2026.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 25. INCENTIVO DE DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Em 21 de novembro de 2024, como parte de uma estratégia para a adequação de seus gastos com “Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)” aos valores regulatórios estabelecidos em sua “Receita Fixa” das Usinas de Angra 1 e 2, a Companhia lançou um Programa de Desligamento Voluntário (PDV), estabelecendo o prazo de adesões voluntárias, de seus empregados elegíveis, entre as datas de 25 de novembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024. A adesão ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024 é voluntária e espontânea, por iniciativa e decisão do empregado. As adesões dos empregados ao PDV-2024 somente poderão ser consideradas efetivas após a avaliação, análise e aceite pela ELETRONUCLEAR. O aceite da ELETRONUCLEAR se dará por meio do enquadramento do empregado em grupos de desligamento com a adoção de critérios próprios. Os desligamentos vem ocorrendo em grupos de saídas com datas definidas ao longo de 2025, e teve como início das saídas do primeiro grupo a data de 31 de janeiro de 2025 e o último grupo a ocorrer em 30 de dezembro de 2025.

Os empregados que se desligarem voluntariamente por meio do PDV-2024 farão jus ao recebimento das parcelas A, B e C, sendo a parcela C condicionada ao cumprimento das obrigações pelos empregados e estabelecidas e divulgadas nos termos da adesão, conforme disposto quadro abaixo:

Parcelas	Descrição	Característica
A	Equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios	Cálculo da Multa do FGTS semelhante à rescisão sem justa causa
B	Equivalente a 100% do Aviso Prévio para fins rescisórios	Cálculo do Aviso Prévio semelhante à rescisão sem justa causa
C	Incentivo Financeiro	30% do Montante referente ao somatório dos valores equivalentes a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios e 100% do Aviso Prévio para fins rescisórios: 30% * (A + B) Obs: cálculo do incentivo financeiro levará em conta o piso e teto definidos pelo Programa.
Incentivo mínimo (A + B + C)		R\$ 50.000,00
Incentivo máximo (A + B + C)		R\$ 1.000.000,00

Ao final do prazo das adesões em dezembro de 2024, o PDV totalizou a inscrição de 138 empregados, com a estimativa total de desembolso prevista em R\$ 56.099, e que de acordo com o cronograma de desligamentos estão previstos conforme a seguir:

Cronograma de desligamento		
Data saída	Qtde empregados	Desembolso
31/01/2025	41	13.269
31/03/2025	12	5.178
30/06/2025	19	10.207
30/09/2025	10	2.896
30/12/2025	56	24.549
Total	138	56.099

Em 19 de agosto de 2025 foi aprovada a reabertura das inscrições do PDV-2024, mantendo-se todos os critérios e parâmetros que fundamentaram a proposta inicial do programa. As inscrições foram reabertas em 25 de agosto de 2025 e encerraram em 5 de dezembro de 2025. Essa medida tem como objetivo ampliar a adesão, antecipar a redução de despesas e fortalecer o equilíbrio econômico e a sustentabilidade financeira da companhia, mantendo as premissas estabelecidas na Portaria SEST nº 1.122/2021.

Considerando as novas adesões e desistências, o PDV totalizou a inscrição de 170 empregados, com a estimativa total de desembolso de R\$ 74.015, sendo R\$ 33.198 realizado em 2025 e R\$ 40.817 previsto para 2026.

De acordo com o cronograma de desligamentos, o saldo previsto para 31 de dezembro de 2025 está apresentado no quadro a seguir:

Posição do PDV em 31/12/2025			
Quantidade de Adesões	Valor das Adesões	Valor desembolsado	Desembolso Previsto para 2026
170	74.015	(33.198)	40.817
		31/12/2025	31/12/2024
Circulante (a)		40.817	31.550
Não Circulante		-	24.549
Total		40.817	56.099

a) Do total de R\$ 40.817 previsto, R\$ 35.088 foi realizado em Janeiro de 2026, restando o saldo a realizar de R\$ 5.729.

NOTA 26. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e outros benefícios. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e do Núcleo – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução 4.661/18 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

Risco de taxa de juros: A variação da taxa de desconto influencia o valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário. A redução da taxa de desconto aumenta o valor presente da obrigação registrado no passivo da Companhia; enquanto o aumento da taxa gera o inverso.

- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes aumentará o passivo do plano.

Critério de Rateio dos Ativos Financeiros dos planos previdenciários mantidos

Historicamente, o rateio dos ativos financeiros dos planos previdenciários foi realizado com base na proporcionalidade das contribuições efetuadas pelas patrocinadoras, conforme evidenciado nos balancetes consolidados. Entretanto, considerando o processo de cisão do plano administrado pela Fundação Real Grandeza iniciado em 2024, a metodologia de alocação dos ativos foi alterada para refletir a proporção das reservas matemáticas, que representam a estimativa dos passivos atuariais mensurados com base nas premissas específicas do referido plano. Essa alteração visa alinhar a estrutura de custeio dos ativos aos compromissos financeiros e atuariais do plano, proporcionando maior aderência à realidade econômica e à transparência das informações contábeis.

Reconhecimentos os efeitos da alteração do critério de rateio

Em decorrência da alteração do critério de rateio, foi evidenciada uma perda financeira no plano administrado pela Fundação Real Grandeza da ordem de R\$ 606.140. Tal perda decorre da realocação com base na nova metodologia – ou seja, segundo a proporção das reservas matemáticas – que demonstra valores inferiores aos ativos financeiros anteriormente atribuídos pelo critério de proporcionalidade de contribuições.

À luz das disposições do CPC 33 (R1), a ELETRONUCLEAR evidencia que as variações oriundas de alteração de premissas, ajustes de experiência ou revisão do valor justo dos ativos classificam-se como remensurações, devendo ser reconhecidas imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA), de forma a preservar a demonstração do resultado do exercício de impactos atuariais que não reflitam o custo corrente dos serviços ou os juros líquidos do passivo (ou ativo) de Benefício Definido (BD). Dessa forma, em obediência aos itens 135 a 152 do CPC 33 (R1), a Companhia mantém a divulgação das reconciliações entre os saldos inicial e final das obrigações e dos ativos, detalhando a natureza e o montante das perdas reconhecidas em 2025.

Adicionalmente, cumpre informar que tal mudança de critério está enquadrada na categoria de mudança de estimativa, conforme dispôs o CPC nº 23, sendo promovida para aprimorar a confiabilidade e a transparência das informações prestadas.

Por fim, a ELETRONUCLEAR reafirma seu compromisso com a observância das normas contábeis e atuariais, bem como a continuidade das revisões periódicas de premissas e critérios de avaliação, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) e normas correlatas. Essa postura assegura a adequada representação da posição patrimonial e financeira dos planos de Benefício Definido e a consonância com os princípios de relevância, fidedignidade e transparência impostos pela regulamentação contábil vigente.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados das obrigações com benefícios pós-emprego da Companhia.

Obrigações de benefício pós-emprego – valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de pactuação obrigação financeira	79.302	77.961
Provisão atuarial	118.945	103.121
Total das obrigações de benefício pós emprego	198.247	181.082
Circulante	2.301	2.119
Não Circulante	195.946	178.963
	198.247	181.082

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários – Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

a.1) Real Grandeza:

	2025	2024
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.968.079	1.765.097
Valor justo dos ativos do plano	(2.167.325)	(2.113.282)
Teto do ativo	199.246	348.185
Passivo/(Ativo) líquido	-	-
Custo de serviço corrente líquido	6.809	12.440
Custo de juros líquidos	(94.730)	(15.762)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(87.921)	(3.322)

a.2) Núcleos

	2025	2024
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.256.106	1.990.964
Valor justo dos ativos do plano	(2.161.330)	(1.914.923)
Passivo/(Ativo) líquido	94.776	76.041
Custo de serviço corrente líquido	35.456	5.899
Custo de juros líquidos	6.355	32.980
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	41.811	38.879

Outros benefícios pós-emprego – Valores reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício:

a.3) Saúde:

	2025	2024
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	24.169	27.080
Passivo/(Ativo) líquido	24.169	27.080
Custo de serviço corrente líquido	-	-
Custo de juros líquidos	3.318	3.914
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	3.318	3.914

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados de benefícios definidos previdenciários – conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

b.1) Real Grandeza:

	2025	2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.765.097	2.243.656
Custo de serviço corrente	6.809	12.440
Juros sobre a obrigação atuarial	221.620	207.763
Benefícios pagos no ano	(132.930)	(159.020)
Contribuições Normais do Participante	2.200	3.517
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	105.283	(543.259)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.968.079	1.765.097

b.2) Núcleos:

	2025	2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.990.964	2.275.584
Custo de serviço corrente	35.456	5.899
Juros sobre a obrigação atuarial	244.850	214.677
Benefícios pagos no ano	(118.428)	(107.333)
Contribuições Normais do Participante	22.044	20.868
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	81.220	(418.731)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.256.106	1.990.964

Planos de benefícios definidos previdenciários – conciliação do valor justo dos ativos:

b.3) Real Grandeza:

	2025	2024
Valor justo dos ativos no início do ano	2.113.282	3.031.786
Benefícios pagos durante o exercício	(132.930)	(159.020)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	2.200	3.516
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	2.169	3.523
Rendimento esperado dos ativos no ano	357.713	284.990
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(175.109)	(1.064.753)
Ajuste valor justo do ativo do ano anterior	-	13.240
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.167.325	2.113.282

b.4) Núcleos:

	2025	2024
Valor justo dos ativos no início do ano	1.914.923	1.940.634
Benefícios pagos durante o exercício	(118.428)	(107.333)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	22.044	20.868
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	34.622	29.504
Rendimento esperado dos ativos no ano	238.494	181.697
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	69.675	(123.122)
Ajuste valor justo do ativo do ano anterior	-	(27.325)
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.161.330	1.914.923

Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos no resultado:

	2025	2024
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - Real Grandeza	(83.415)	(870)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - Núcleos	34.566	(35.612)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - Saúde	1.052	(1.279)
	(47.797)	(37.761)

Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	2025	2024
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Real Grandeza	(90.089)	(6.845)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Núcleos	(11.545)	295.609
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Saúde	3.962	17.130
Encargos e Var. Monetária Pactuação Obrigação Financeira com Real Grandeza	(7.225)	(7.095)
PED - Plano de equacionamento de déficit	-	(75.641)
Reclassificação entre passivo e resultado abrangente ano anterior	-	(27.326)
	(104.897)	195.832

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados de outros benefícios pós-emprego – Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

c.1) Saúde:

	2025	2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	27.080	42.931
Custo de serviço corrente	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	3.318	3.914
Benefícios pagos no ano	(2.267)	(2.635)
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(3.962)	(17.130)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	24.169	27.080



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



d) Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas			
Fundação Real Grandeza	2025	2024	
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,52%	7,67%	
Projeção de aumento médio dos salários	2,01%	2,00%	
Taxa média de inflação anual	4,05%	4,96%	
Núcleos			
Fundação Real Grandeza	2025	2024	
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,37%	7,40%	
Projeção de aumento médio dos salários	1,80%	1,80%	
Taxa média de inflação anual	4,05%	4,96%	

Hipóteses Demográficas			
Fundação Real Grandeza	2025	2024	
Taxa de rotatividade	1,53%	Nula	
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT 2000 Básica, Segregada por sexo	RP-2000 Geracional com Escala MP	
Tábua de mortalidade de inválidos	PUB 2010 MI Segregada por sexo	PUB 2010 MI Segregada por sexo	
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas, Desagravada em 50%	Álvaro Vindas, Suavizada em 50%	
Núcleos			
Fundação Real Grandeza	2025	2024	
Taxa de rotatividade	Experiência Núcleos 2024	Experiência Núcleos 2021	
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT 2000 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%	AT 2000 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%	
Tábua de mortalidade de inválidos	MI2006 D10% Segregada por Sexo	MI 2006 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%	
Tábua de invalidez	TASA 1927	TASA 1927	

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi negativo em R\$ 175.109 em 31 de dezembro de 2025 (perda de R\$ 1.064.753 em 31 de dezembro de 2024) e do plano Núcleos foi positivo em R\$ 69.675 em 31 de dezembro de 2025 (perda de R\$ 123.122 em 31 de dezembro de 2024).

e) Fluxo de pagamentos de benefícios esperado para os próximos anos:

Real Grandeza	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025	150.455	159.093	149.630	142.522	1.366.379	1.968.079
Núcleos						
Real Grandeza	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025	138.364	140.296	135.372	131.637	1.710.437	2.256.106
Saúde						
Real Grandeza	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025	1.644	1.602	1.577	1.529	17.817	24.169

f) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

f.1) Real Grandeza:

Categoria de Ativo	2025	2024
Valores Disponíveis Imediatos	19	65
Realizáveis	26.265	26.414
Investimentos em Renda Fixa, Variável, Estruturados	2.129.238	2.070.309
Investimentos Imobiliários	41.671	43.058
Empréstimos e Financiamentos	3.588	8.430
Crédito Privado	12.346	11.195
Depósitos Judiciais	358	357
Ativo Líquido Total	2.213.485	2.159.828
(-) Exigíveis Operacionais	(5.604)	(4.887)
(-) Exigíveis Contingenciais	(8.706)	(11.380)
(-) Fundos Administrativos	(12.445)	(12.064)
(-) Fundo para garantia de operações com participantes	(19.405)	(18.215)
Total dos ativos	2.167.325	2.113.282

f.2) Núcleos:

Categoria de Ativo	2025	2024
Valores Disponíveis Imediatos	10	39
Realizáveis	233.805	232.240
Investimentos em Renda Fixa, Variável, Estruturados	2.106.453	1.862.075
Investimentos Imobiliários	24.635	25.017
Empréstimos e Financiamentos	11.590	10.463
Depósitos Judiciais	12	25
Crédito Privado	26.363	24.743
Ativo Líquido Total	2.402.867	2.154.602
(-) Contribuições Contratadas	(215.829)	(216.246)
(-) Exigíveis Operacionais	(8.988)	(8.431)
(-) Exigíveis Contingenciais	(1.545)	(1.058)
(-) Fundos Administrativos	(12.529)	(10.755)
(-) Fundo para garantia de operações com participantes	(2.646)	(3.189)
Total dos ativos	2.161.330	1.914.923

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

g) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento salarial, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças, razoavelmente, possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto nominal variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 207.148 (aumento de R\$ 236.888).
- Se o crescimento salarial variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 22.329 (redução de R\$ 24.000).

Plano de Benefício Definido Núcleos

- Se a taxa de desconto nominal variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 209.466 (aumento de R\$ 230.903).
- Se o crescimento salarial variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 109.472 (redução de R\$ 125.897).

Plano de Saúde

- Se a taxa de desconto nominal variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 2.419 (aumento de R\$ 2.448).
- Se os custos médicos variassem + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 2.707 (redução de R\$ 3.158).

h) Plano de Equacionamento de Déficit (PED)

Em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as economias do Brasil e do mundo, o Núcleo-Instituto de Seguridade Social apresentou em 31 de dezembro de 2021 um resultado deficitário no Plano Básico de Benefício (PBB) o qual ensejou a elaboração de um Plano de Equacionamento do Déficit (PED).

O PED visa manter o equilíbrio entre o Ativo e o Passivo e efetuar o equilíbrio atuarial do Plano Básico de Benefícios do Núcleo (PBB), tendo em vista que, no exercício de 2021, o limite permitido pelas Resoluções CNPC nº 30/2018 e Instrução Previc nº 33/2020 foi ultrapassado em R\$ 289,3 milhões.

O equacionamento do Plano será efetuado através de contribuição extraordinária, sendo dividido da seguinte forma: 46,30% para as patrocinadoras e 53,70% para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, conforme estudo elaborado pela empresa de atuária responsável pelo PBB, a Mirador.

Do total a ser equacionado, será de responsabilidade da ELETRONUCLEAR o montante de R\$ 61.728 (data base de 31 de dezembro 2021), a ser reconhecido por meio da formalização de um Contrato de Confissão de Dívida, e a ser celebrado entre a ELETRONUCLEAR e o Núcleo. A parcela a ser equacionada pela ELETRONUCLEAR, será atualizada financeiramente até o momento de início das parcelas do contrato, mediante a aplicação da taxa de juros e o índice de atualização monetária (INPC/IBGE), que serão definidos contratualmente.

Primeiramente, o PED foi aprovado pelo Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR e da ENBPar e, em agosto de 2023 a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio do ofício SEI nº 1264/2023/MGI, aprovou o PED seguindo as informações descritas na nota técnica SEI nº 101/2023/MGI.

O valor do equacionamento que cabe a ELETRONUCLEAR é ajustado pela taxa de juros do plano à época, ou seja, 5,23% a.a. + INPC mensal. O prazo de amortização do déficit é de 23 anos e 10 meses, inclusive para as patrocinadoras, sendo 13 pagamentos por ano. O valor de responsabilidade da ELETRONUCLEAR com base no último índice em 31.12.2023 é de R\$ 75.227.

Por deliberação do Conselho Deliberativo do Núcleo, foi implementado o Plano de Equacionamento de Déficit, com o início da cobrança das contribuições extraordinárias, junto aos participantes do plano, a partir da folha de pagamento de janeiro de 2024.

Quanto a parte que cabe à patrocinadora ELETRONUCLEAR, o saldo foi atualizado para R\$ 75.641 com base no índice de janeiro de 2024, e o pagamento das parcelas começou a ser realizado a partir de fevereiro de 2024.

Saldo inicial em janeiro de 2024	75.641
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	7.083
Juros pagos	(3.593)
Amortização do principal	(1.170)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	77.961
Saldo inicial em dezembro 2024	77.961
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	7.225
Juros pagos	(4.016)
Amortização do principal	(1.868)
Saldo final em 31 de dezembro 2025	79.302

Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocinadora planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições suplementares, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados aos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Já no plano de benefício definido o valor do benefício já está definido a partir de determinados parâmetros, tais como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar o compromisso assumido, suplementando o fundo caso este não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com a aplicação do método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos

rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de suplementar a contribuição efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo à medida em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros se torna disponível.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispo do da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios devidos após 12 meses contados da data do encerramento do exercício são descontados a valor presente.

NOTA 27. OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS E RESSARCIMENTO EXCEDENTE S/ FUNDO DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem e à remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, considera-se o custo total estimado para a desmobilização e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.

Para a posição de 31 de dezembro de 2025, foi atualizada a estimativa dos custos relacionados com as atividades de descomissionamento definindo-se o novo valor de provisão. Como premissa, foram considerados os custos estimados de descomissionamento tendo em vista a extensão de vida útil de Angra 1 e Angra 2 por mais 20 anos além do período inicial de operação de 40 anos. Desta forma, a Usina de Angra 1 teria sua operação até 2044 e a Usina de Angra 2 até 2062. Conforme estabelecido na revisão do Plano Preliminar de Descomissionamento aprovado pelo regulador CNEN e contemplando o plano de descomissionamento conjunto protelado e os custos estimados para a desmobilização em conjunto das usinas da CNAEA.

Neste contexto, a provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado, utilizando uma taxa de desconto nominal média de 10,75% a.a., taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 30 de dezembro de 2025, com *maturity* mais próxima da próxima data de início da atividade de cada rubrica, somado à inflação projetada, medida pelo IPCA.

O resultado da estimativa do custo para a realização do descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 totaliza o montante de R\$ 7.982.685, sendo o ajuste a valor presente da obrigação para descomissionamento no montante de R\$ 7.204.857, perfazendo um reconhecimento da obrigação na data base de 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 777.828 (R\$ 662.866 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Usinas	31/12/2025			
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
ANGRA 1	3.747.581	(3.242.408)	505.173	435.464
ANGRA 2	4.235.104	(3.962.449)	272.655	227.402
Total	7.982.685	(7.204.857)	777.828	662.866

27.1. Movimentação da obrigação para desmobilização de ativos a valor presente

O efeito líquido da movimentação da estimativa dos custos para desmobilização de ativos apresentado abaixo teve como contrapartida uma nova obrigação regulatória no valor total de R\$ 2.375.583, conforme nota 27.2.

Usinas	Movimentação da Obrigação para Desmobilização de Ativo a Valor Presente			
	Saldo 31/12/2024	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Saldo 31/12/2025
ANGRA 1	435.464	66.260	3.448	505.172
ANGRA 2	227.402	72.649	(27.395)	272.656
Total	662.866	138.909	(23.947)	777.828

Variação do Passivo Líquido em função da revisão da estimativa

	114.962
--	---------

Movimentação da Obrigação para Desmobilização de Ativo a Valor Presente

Usinas	Revisão da Estimativa			
	Saldo 31/12/2023	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Saldo 31/12/2024
ANGRA 1	1.741.576	304.187	(1.610.298)	435.465
ANGRA 2	1.158.214	347.311	(1.278.124)	227.401
Total	2.899.790	651.498	(2.888.422)	662.866

Variação do Passivo Líquido em função da revisão da estimativa

	(2.236.924)
--	-------------

Prática contábil

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida à obrigação para desmobilização de ativos.

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento.

Mensurada pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

27.2. Ressarcimento excedente sobre fundo descomissionamento

Devido à incerteza quanto à utilização do fundo de descomissionamento para fins que não sejam relacionados à desmobilização dos ativos, a Companhia considera que o superávit na data base de 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 2.375.583 (R\$ 2.151.592 em 31 de dezembro de 2024), referente a diferença entre a estimativa para provisão de desmobilização de ativos e o valor do fundo atualmente constituído, deva permanecer registrado no passivo como uma obrigação regulatória devido a uma provável expectativa de futuro ressarcimento de excedente de arrecadação.

Mediante a determinação proferida pelo Acórdão nº 2503/2024 – TCU – Plenário, em 05 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou o segundo saque no valor de R\$ 406.652. Igualmente a realização do primeiro saque, a Companhia imediatamente deu conhecimento aos seus órgãos reguladores (CNEN e Aneel), bem como ao Egrégio TCU.

A manutenção no passivo encontra respaldo normativo no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina: "em casos raros que não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço."

A Companhia entende ser mais provável que sim do que não existir uma obrigação de devolução do saldo que exceder os valores para desmobilizar as usinas, considerando:

- Casos análogos em que nossa antiga Controladora (Eletrobras – atual Axia Energia) geriu recursos para fins específicos, resultando na devolução dos recursos excedentes ao final (RGR);
- A definição da Aneel de que o fundo de descomissionamento é a cobertura dada para a composição de fundo financeiro necessário para o desmantelamento das Centrais de Geração após o seu desligamento, sendo este originado via Parcela A;
- Apontamentos do TCU sobre o resgate parcial sem prévia anuência dos agentes reguladores.

NOTA 28. ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a aluguel de imóveis e veículos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2024	28.856	
Novos contratos/Remensurações	47.650	
Juros Incorridos	13.907	
Pagamentos	(37.250)	
Saldo final em 31 de dezembro 2025	53.163	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2023	54.521	
Novos contratos/Remensurações	-	
Juros Incorridos	3.642	
Pagamentos	(29.307)	
Saldo final em 31 de dezembro 2024	28.856	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	32.139	22.182
Não Circulante	21.024	6.674
Total	53.163	28.856

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão

**NOTA 29. OUTROS PASSIVOS**

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Provisão Participação nos Lucros e Resultados	42.983	42.983
Provisão Acordo Trabalhista	293.870	257.873
Outras Obrigações Folha de Pagamento	2.791	2.908
Total	339.644	303.764

NOTA 30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 15.493.956 e suas ações são nominativas e não têm valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não podem se converter em ações ordinárias e não têm direito a voto, tendo preferência na distribuição de dividendos e prioridade no reembolso do capital.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2025				CAPITAL TOTAL	
	ORDINÁRIAS QUANTIDADE	%	PREFERENCIAIS QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
AXIA Energia S.A.	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.092.282	67,95
Depto de Águas E.Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00

ACIONISTA	31/12/2024				CAPITAL TOTAL	
	ORDINÁRIAS QUANTIDADE	%	PREFERENCIAIS QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.092.282	67,95
Deplo de Águas E.Elétrica Est. SP - DAEE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00

Prática contábil

O capital social da Companhia está representado pelas ações ordinárias e preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido; e
- Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

NOTA 31. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de Energia Elétrica:		
Receita	4.188.824	4.816.685
Ressarcimento	-	-
	4.188.824	4.816.685
Outras receitas	3.347	4.189
	3.347	4.189
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-)Pis/PASEP e Cofins	(387.466)	(445.543)
(-) Encargos setoriais	(125.665)	(144.501)
	(513.131)	(590.044)
Receita operacional líquida	3.679.040	4.230.830

Suprimento de energia elétrica

O suprimento líquido de energia elétrica das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 de 14.517.071 MWh* no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (14.486.890 MWh* em dezembro de 2024), corresponde a uma receita de R\$ 4.188.824 (R\$ 4.816.685 em 31 de dezembro de 2024).

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e tarifa estabelecida em resolução da Aneel.

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, de edição em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 1.009, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 passa, a partir de 01 de janeiro de 2013, a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN).

b) Apuração do Pis/PASEP e da Cofins

A apuração do Programa de Interação Social – Pis/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

*Não auditado pelo auditor independente

Prática contábil**Reconhecimento de receita**

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho separadas nos contratos, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho separadas e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

NOTA 32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens da demonstração de resultados, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas	Total	Total
Encargos de uso da rede de transmissão	(184.798)	-	(184.798)	(189.399)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(48.860)	-	(48.860)	(50.965)
Pessoal	(764.177)	(222.812)	(986.989)	(600.779)
Pessoal - incentivo desligamento	(13.144)	(4.772)	(17.916)	(45.574)
Material	(85.285)	(3.708)	(88.993)	(70.087)
Serviços de terceiros	(288.734)	(184.607)	(473.341)	(281.121)
Depreciação e amortização	(294.897)	(3.530)	(298.427)	(56.984)
Depreciação direito de uso - IFRS 16	-	(26.642)	(26.642)	(25.215)
Combustível para produção de energia elétrica	(883.768)	-	(883.768)	(821.708)
Aluguéis	(18.785)	(7.244)	(26.029)	(7.170)
Provisões para risco	-	(125.252)	(125.252)	-
Provisões benefício pós emprego	-	47.797	47.797	(37.761)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-	(40.502)	(40.502)	(610)
Reversão de Impairment Angra 3 (a)	-	-	-	131.200
Provisão Perda Estoque Combustível	-	-	-	40.511
Prov Ressarc exced s/ Fundo Desc	(223.991)	-	(223.991)	(12.079)
Outras provisões	-	156	156	-
Tributos	(7.676)	(20.368)	(28.044)	(7.763)
Seguros	(28.280)	(2.058)	(30.338)	(31.390)
Recuperação de Despesa	-	50	50	3.545
Anuidade e contribuições	(14.720)	(1.621)	(16.341)	(15.202)
Comunicação	(208)	(925)	(1.133)	(218)
Luz e força	(12)	(7.174)	(7.186)	(14)
Condenações Judiciais	-	(16.738)	(16.738)	(25.751)
Contribuições CCEE/ONS	(1.948)	-	(1.948)	(1.947)
Outros	715	(5.318)	(4.603)	(74.186)
Total	(2.858.568)	(625.268)	(3.483.836)	(2.226.075)

a) Conforme divulgado na nota 16, a Companhia reconheceu no 1T24 uma baixa no valor de R\$ 131.200, decorrente de perdas não reversíveis no ativo imobilizado em curso de Angra 3, decorrentes do uso de peças inteiras e partes de materiais que foram originalmente adquiridas para uso na construção e montagem de equipamentos de Angra 3, mas que foram utilizadas em anos anteriores em processos de manutenções corretivas emergenciais da Usina de Angra 2. Os valores decorrentes desta baixa já estavam provisionados pela Companhia em suas estimativas para perda ao valor recuperável do ativo, conforme Nota 17.

NOTA 33. RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens da demonstração de resultados, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	54.193	58.080
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 7)	427.684	244.198
Outras receitas financeiras	58.672	90.643
	540.549	392.921
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(608.856)	(535.942)
Perda sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 7)	-	(50.292)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(69.522)	(261.987)
Ajuste a valor presente da obrigação com arrendamento mercantil IFRS 16	(13.907)	(3.642)
Outras despesas financeiras	(12.553)	(21.988)
	(704.838)	(873.851)
Itens financeiros, líquidos		
Variações monetárias	(88.531)	(45.804)
Variações cambiais	14.255	(31.636)
	(74.276)	(77.440)
Resultado Financeiro	(238.565)	(558.370)

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos, e os ganhos e perdas referentes às aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

NOTA 34. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Os resultados, básico e diluído, por ação, já que não ocorreram eventos de diluição no período.

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas	(142.098)	544.787
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(142.098)	544.787
Denominador		
Média ponderada de número de ações	442.824.422.279	442.824.422.279

Resultado básico e diluído por lote de um milhão de ações (R\$) (0,320890) 1,230255

NOTA 35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**35.1 Gestão do Risco de Capital**

Em linha com as práticas geralmente adotadas pelas demais companhias do setor elétrico, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, apresentados na nota 20, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentados nas notas 7 e 8. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos	7.417.547	7.687.216
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.942)	(23.112)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(199.145)	(966.200)
Exposição líquida	7.199.460	6.697.904
(+) Total do Patrimônio Líquido	11.391.860	11.638.859
Total do Capital	18.591.320	18.336.755
Índice de Alavancagem Financeira	38,72%	36,53%

35.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para gestão e das características do fluxo de caixa contratual. A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Custo amortizado

Os ativos financeiros que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo financeiro é um instrumento de dívida simples cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras aplicando-se a taxa efetiva de juros. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados nas categorias de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos ao justo valor por meio do resultado. Portanto, a categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado representa uma categoria "residual". Os ativos financeiros são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em resultado financeiro, no período em que ocorrerem.

Passivos financeiros

São classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		512.722	507.213
Clientes		423.051	420.913
Depósitos Judiciais		70.729	63.188
Caixa e equivalentes de caixa		18.942	23.112
Valor justo por meio do resultado		3.352.556	3.780.658
Títulos e Valores Mobiliários	2	3.352.556	3.780.658
PASSIVOS FINANCEIROS		8.865.977	8.935.386
Custo amortizado		1.395.267	1.219.314
Fornecedores		7.417.547	7.687.216
Financiamentos e Empréstimos		53.163	28.856
Arrendamentos		-	-

Categorias de valores justos:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou cujos preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

35.3 Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida compatíveis com os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

35.3.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição em ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano e euro, que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa.

A Companhia possui uma Política de Hedge Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa contribuir para que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o hedge dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade a seguir:

PREMISSAS ADOTADAS			
Moeda			* Tx. de câmbio
Euro			6,4664
Dólar Americano			5,5000



A construção de Angra 3 avançou em definições importantes na modelagem financeira e de contratação.

No mês de maio de 2025, foram concluídos, pelo BNDES, os estudos remanescentes para o projeto de viabilização do Empreendimento Angra 3 e para a tomada de decisão necessária à continuidade da execução do projeto. O documento encaminha as versões finais da minuta de Matriz de Riscos do EPC, da minuta de Edital e da minuta do Contrato do EPC, a revisão do Orçamento, atualização parcial do Escopo Definitivo do EPC, Lista de Documentos para o Data Room da licitação do EPC, Relatório de Projeção Financeira da ENBPar, dentre outros. Os relatórios e anexos se constituem em documento preparatório à decisão do CNPE e ao processo licitatório de contratação do EPC. Todos os documentos passaram pela avaliação do TCU ao longo dos meses de maio e setembro, que emitiu relatório preliminar com recomendações que oportunizariam a redução do orçamento para a contratação do EPC. As equipes da ELETRONUCLEAR avaliaram o documento e debateram com as equipes do TCU a aceitação ou inviabilidade do atendimento às recomendações. Atualmente, está sendo discutido junto ao BNDES um planejamento das modificações aceitas, visando a conclusão das atividades antes da data de necessidade de emissão do edital para a contratação do EPC.

Vale ressaltar que em 2024 a ELETRONUCLEAR obteve com sucesso negociação para suspensão do pagamento de principal e juros da dívida com a CEF e BNDES ("Standstill") de 6 meses, para o período de julho até dezembro de 2024. Com as postergações na deliberação do CNPE sobre a retomada do projeto, a ELETRONUCLEAR reapresentou o pedido de "waiver" para as instituições com o objetivo de obter nova postergação até dezembro 2025 e mais recentemente, até dezembro 2026. O pedido foi indeferido pelo BNDES em função da indefinição da retomada do empreendimento pelo CNPE. A CEF aceitou reiniciar a análise do pedido de pleito, mas uma das condições era a aceitação dos demais credores, o que não foi atendido pela negativa do BNDES.

Mesmo com a suspensão das amortizações dos financiamentos junto ao BNDES e CEF em 2024 e a redução de dispêndios pela Diretoria de Angra 3 (DN) aos mínimos necessários para a manutenção do empreendimento até aprovação da retomada, em setembro de 2024, houve o esgotamento dos recursos do caixa restrito de Angra 3, levando ao emprego de recursos do caixa da ELETRONUCLEAR até que haja novo evento de liquidez específico para o projeto. Ao longo do ano de 2025 foram feitas outras tentativas de extensão do prazo do "waiver", porém sem sucesso. Pelos posicionamentos dos bancos consultados, os "waivers" estão condicionados a uma decisão positiva do CNPE.

Em 26 de março de 2025, por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras (atual Axia Energia) informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de Conciliação decorrente dos trabalhos da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) constituída "para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes", nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, indicando de maneira resumida a não participação da Eletrobras (atual Axia Energia) na retomada de Angra 3, ainda como acionista relevante da ELETRONUCLEAR, porém na manutenção das garantias e compromissos atualmente vigentes para os financiamentos do BNDES e CEF existentes para o projeto. No mesmo fato, a Eletrobras (atual Axia Energia) também indica a concessão de aportes em até R\$2,4 Bilhões através de subscrição de debêntures conversíveis da ELETRONUCLEAR, com uso restrito para a LTO de Angra 1, assim garantindo a fonte de recursos necessária até 2028 para a conclusão do projeto. Os Termos foram ratificados em deliberação em assembleia geral extraordinária da Eletrobras (atual Axia Energia) ocorrida em abril. No mesmo mês, a AGU encaminhou ao STF o acordo para homologação, com vistas ao encerramento da ação judicial.

Em 28 de março de 2025, também por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras (atual Axia Energia) informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de imediata suspensão e rescisão condicionada do acordo de investimentos celebrado, em 22 de abril de 2022, entre a Eletrobras (atual Axia Energia) e a ENBPar, conforme previsto no Termo de Conciliação.

A postergação da reunião do CNPE e os Termos de Conciliação entre Eletrobras (atual Axia Energia) e União e entre Eletrobras (atual Axia Energia) e ENBPar impactaram as premissas da modelagem entregue pelo BNDES e encaminhadas ao MME e ao TCU, requerendo a atualização destes estudos.

Conforme divulgado na Nota 17, em outubro de 2025, por meio da Resolução CNPE nº 12, de 1º de outubro de 2025, foi reconhecida a necessidade de atualização e complementação, por parte da ELETRONUCLEAR e do BNDES, dos estudos relativos à modelagem econômico-financeira para a conclusão da Usina Termonuclear Angra 3. Ao final de outubro de 2025, o BNDES encaminhou os resultados das atualizações destes estudos em cumprimento a referida Resolução CNPE nº 12, e em 4 de novembro de 2025 a ELETRONUCLEAR enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME), o resultado do estudo atualizado sobre a modelagem econômico-financeira de Angra 3, elaborado pelo BNDES. O MME deverá remeter os estudos ao CNPE, que decidirá pela conclusão ou não da usina em reunião com realização prevista ainda em 2025. O tema já foi debatido pelo CNPE em três oportunidades desde 2024 — em dezembro de 2024, fevereiro de 2025 e outubro de 2025 — ocasiões em que houve voto favorável à conclusão do empreendimento proferido pelo presidente do Conselho, o ministro de Minas e Energia, seguido, contudo, de pedido de vista coletivo pelos demais conselheiros.

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 foi aprovada pelo Congresso Nacional em março de 2025, confirmando o orçamento proposto para a ELETRONUCLEAR de R\$ 1.814.572.014,00, sendo R\$ 397.137.394 (custos diretos e indiretos) previstos para a implantação de Angra 3, bem abaixo das necessidades do empreendimento. Na mesma aprovação, a ELETRONUCLEAR tem previsão de aportes através de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC) ou capital pelos acionistas de R\$ 1.043 bilhão para o exercício de 2025 nos projetos prioritários da Companhia.

No mês de maio de 2025, foi recebido o Ofício SEI nº 882/2025/MGI, com vistas ao início do processo de elaboração da proposta do Orçamento de Investimento e do Programa de Dispendios Globais – PDG para o exercício de 2026, com a solicitação da programação mensal dos valores orçamentários para Angra 3, dentre outros projetos da ELETRONUCLEAR. A estimativa encaminhada pela DN/SG.N foi, na ocasião, de R\$ 1,7 bi para os custos diretos do empreendimento em 2026.

A primeira versão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Exercício Financeiro 2026 foi publicada no final de agosto de 2025. Contudo, o valor apresentado no PLOA para a implantação de Angra 3 foi de R\$ 89.675.650,00, montante associado somente aos custos indiretos do empreendimento, destinando recurso zero para os custos diretos de Angra 3 em 2026, gerando grande risco de descontinuidade do processo de preservação das obras civis, equipamentos e canteiro de obras de Angra 3.

Além disso, a necessidade financeira de curto prazo decorre dos compromissos de adimplimento do serviço da dívida, em caso de não postergação da suspensão, dos contratos celebrados e dos investimentos na unidade em construção. Para mitigar possível risco de liquidez e continuidade do projeto Angra 3, a Companhia vem adotando, com o apoio do seu acionista Controlador (ENBPar), um conjunto de medidas em um plano de ação para captação de recursos financeiros e implementando medidas administrativas de redução de custos.

prazo e de continuidade operacional da Companhia.

NOTA 36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

36.1 Transações com Entidades Governamentais

A ELETRONUCLEAR mantém transações com entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025			31/12/2024		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Saldo bancário em conta corrente						
Poder Público Federal - Banco do Brasil	553	-	-	1.692	-	-
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	15	-	-	7	-	-
Aplicação Financeira						
Poder Público Federal - Banco do Brasil	3.352.556	-	505.377	3.780.658	-	266.728
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar						
Poder Público Federal - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	3.106.469	(305.851)	-	3.214.289	(142.405)
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	2.691.188	(178.322)	-	2.826.476	(98.075)
Total	3.353.124	5.797.657	21.204	3.782.357	6.040.765	26.248

36.2 Transações com Empresas

Incorporação de Furnas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras - atual Axia Energia)

Conforme comunicado ao mercado, emitido na data de 28 de junho de 2024, foi confirmado o cumprimento de todas as condicionantes para a incorporação de Furnas por seu acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras - atual Axia Energia), definindo ainda a data da incorporação em 01 de julho de 2024. Neste sentido, informamos que a partir desta data, todas as transações entre a ELETRONUCLEAR e Furnas passam a ser divulgadas juntamente com as informações de sua incorporadora Eletrobras (atual Axia Energia). Em outubro de 2025 houve a alteração do nome Eletrobras para Axia Energia.

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

	Saldos e Transações por Natureza					
	31/12/2025			31/12/2024		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Contas a receber - ressarcimento/aditivo contratual (Comb Nuclear)	25.408	-	-	165.089	-	-
Outras contas a receber	3.122	-	-	4.205	-	-
Estoque de Elem Comb Nucl Angra 1 e Angra 2	970.727	-	-	1.025.667	-	-
Estoque de Elem Comb Nucl Carga Inicial de Angra 3	292.572	-	-	292.572	-	-
Fornecedores	-	612.099	-	-	383.264	-
Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	189.663	-	-	216.520	-
Empréstimos e Financiamentos	-	854.586	-	-	871.162	-
Varição monetária - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(9.005)	-	-	(11.261)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(16.260)	-	-	(19.016)
Encargos uso da rede elétrica	-	-	(63.246)	-	-	(70.056)
Encargos Financeiros	-	-	(88.297)	-	-	(56.233)
Auditoria externa	-	-	-	-	-	(994)
Outros serviços	-	-	-	-	-	(1.202)
Serviço Manuseio e Inspeção Comb. Nuclear	-	-	(5.933)	-	-	(1.107)
Multa e Juros Comb. Nuclear	-	-	-	-	-	(37.959)
Ressarcimento Compartilhamento de Serviços e Cessão de Espaço	-	-	1.135	-	-	3.044
Outros Ressarcimentos	-	-	255	-	-	244
Total	1.291.829	1.656.348	(181.351)	1.487.533	1.470.946	(194.540)

	Saldos e Transações por Entidade					
	31/12/2025			31/12/2024		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
AXIA Energia S.A.	2.925	192.991	(50.428)	2.924	220.208	(27.796)
Furnas	-	-	-	-	-	(31.854)
AXIA Energia Nordeste	-	1.395	(18.329)	-	1.628	(21.440)
AXIA Energia Sul	-	635	(7.494)	-	621	(7.829)
AXIA Energia Norte	-	1.068	(12.005)	-	929	(13.366)
ENBPar	197	854.586	(87.162)	1.281	871.162	(53.189)
INB	1.288.707	605.673	(5.933)	1.483.328	376.398	(39.066)
Total	1.291.829	1.656.348	(181.351)	1.487.533	1.470.946	(194.540)

Prática contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia são realizadas a preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

36.3 Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e Benefícios de curto prazo		
Diretores	3.726	4.020
Conselho Fiscal	330	324
Conselho de Administração	380	376
Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Angra 3 – COANGRA	343	301
Comitê de Auditoria e de Riscos – COAUD	1.009	1.050
Total	5.788	6.071

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo (valores em R\$):

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração de diretores		
Maior remuneração de diretores (a)	88.968	72.633
Menor remuneração de diretores (b)	38.352	28.843
Remuneração média de diretores	53.252	48.159
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados (c)	149.008	129.808
Menor remuneração de empregados	4.031	2.274
Remuneração média de empregados	21.995	20.021
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	19.091	17.600
Menor remuneração de conselheiros	2.962	4.501
Remuneração média de conselheiros	7.755	7.626

(a) A maior remuneração de diretor se deve a pagamentos retroativos de honorários ocorrido em julho de 2025.
(b) A menor remuneração de diretor se deve pelo motivo da saída de diretor presidente em julho (redução de 5 para 4 diretores).
(c) As maiores remunerações pagas a empregados em 2025 teve o impacto dos saldos de acordo coletivo e o efeito retroativo a maio de 2024.

Deste modo, diante de um cenário de incertezas relevantes sobre a obtenção de recursos, em curto prazo, por meio de linhas de financiamento para os projetos prioritários LTO e Angra 3, foi definido um "Plano de Ação" para mitigar possíveis riscos associados à liquidez de curto prazo e à continuidade operacional da Companhia, onde podemos exemplificar como principais medidas alcançadas em 2024 e 2025:

- a revisão orçamentária com redução do déficit dos custos operacionais de Angra 1 e Angra 2 em aproximadamente R\$ 500 milhões (reduzindo déficit estimado de R\$ 1 Bilhão em 2024 para R\$ 500 milhões realizados);
- a realização de saques extraordinários no Fundo de Descomissionamento para reembolso de tributos sobre rendimento pagos com o caixa restrito da ELETRONUCLEAR desde 2010 no valor de R\$ 374 milhões, em março de 2024, e novo saque para reembolso de R\$ 406 milhões em fevereiro 2025, totalizando ~R\$ 0,8 Bilhões recuperados);
- a revisão dos investimentos em Angra 3 ao mínimo necessário, até aprovação da retomada do projeto pelo CNPE, considerando basicamente a manutenção dos equipamentos, representando o escopo mínimo de manutenção na ordem de R\$ 150 milhões anuais;
- apesar da ausência de garantias e aval dos acionistas, a viabilização de financiamento de curto prazo de R\$ 450 milhões com os bancos BTG e ABC (operações "bullet" com vencimento original em dezembro 2025 e tendo sido a operação repactuada para vencimento em junho de 2026) para investimento LTO de Angra 1;
- a revisão tributária, com obtenção de créditos fiscais históricos em aproximadamente R\$ 800-1.000 milhões com efeito caixa em 2024 e 2025;
- a viabilização de R\$ 400 milhões de financiamento mútuo junto ao controlador ENBPar para complemento do investimento LTO;
- a execução de PDV, em 2025, com adesão de 133 colaboradores que irá proporcionar redução estimada em até R\$ 90 milhões a partir de 2026;
- a revogação de pagamento de adicional de sobreaviso de serviços para todos os cargos e funções de confiança, representando uma redução anual da ordem de R\$ 5 milhões;
- a negociação ACT 2024/2025 com inclusão do Acordo de Parada, com regime de trabalho base CLT e acordo individual 12/36 para atividades especiais, com expectativa de redução em até R\$ 30 milhões por evento pela otimização do pessoal próprio e terceirizado;
- a mudança no organograma com diminuição de posições de liderança, com expectativa de redução de até R\$ 10 milhões ano;
- a redução em R\$ 15 milhões na dotação orçamentária realizada à Fundação Eletronuclear de Assistência Médica (FEAM) em 2025 (passando de R\$ 47 milhões para R\$ 32 milhões); entre outras ações.

Todas essas medidas de 2024 e 2025, mitigaram o risco de liquidez de curto prazo e continuidade operacional da ELETRONUCLEAR no período, possibilitando a realização de todos os investimentos necessários e proporcionando posição de fechamento de caixa disponível de R\$ 583 milhões em 2024 e R\$ 130 milhões em 2025, além de contribuírem para uma redução perene dos custos operacionais de PMSO de 2026 em diante.

Na continuidade da busca por maior eficiência financeira da Companhia, para 2026, a Administração tem tomado ações adicionais para redução perene de custos operacionais de Pessoal, Material, Serviço e Outros (PMSO) além de ações buscando geração de liquidez extraordinária em curso, como:

- A continuidade de controle orçamentário mensal rigoroso com objetivo de enquadramento ao PMSO Regulatório nos ciclos 2026-2027;
- Reembolso adicional junto ao fundo de descomissionamento de R\$ 88 milhões, referente reembolso de tributos sobre rendimento do fundo de 2025, autorizado pelo Ofício nº 37/2026-CGRE, ANSN e realizado em fevereiro de 2026. Esse reembolso configura procedimento aprovado junto ao regulador ANSN de reembolso dos tributos sobre os rendimentos do FDES que afetam a ELETRONUCLEAR, assim poderiam ser realizado reembolsos adicionais ao longo de 2026 para ressarcimento dos tributos onerados à companhia;
- Reajuste tarifário de 2026 com resultado de acréscimo na ordem de R\$ 700 milhões (acrécimo na ordem de 20%), sendo aproximadamente R\$ 140 milhões decorrentes de reconhecimento pela Aneel de "erro material" no processo de revisão tarifária de 2023 e aprovados de maneira retroativa para a tarifa de 2026;
- Emissão da primeira série das debêntures conversíveis prevista para março de 2026, a serem subscritas conforme compromisso da Axia Energia, no valor de cerca de R\$ 1,3 bilhões, para o pré-pagamento da captação financeira realizada junto aos bancos ABC e BTG (R\$ 550 milhões), reembolso dos investimentos LTO realizados em 2025 (R\$ 400 milhões), além dos investimentos previstos para o primeiro semestre de 2026 (R\$ 350 milhões); e
- Emissão da segunda série das debêntures conversíveis em setembro de 2026, a serem subscritas conforme compromisso da Axia Energia, no valor de cerca de R\$ 600 milhões, para os investimentos LTO previstos para o segundo semestre de 2026.

Existem também outras ações em curso de geração de liquidez extraordinária que estão sendo perseguidas e poderão refletir no fluxo de caixa de curto prazo da companhia se obtidas, como:

- A recuperação de impostos desde 2010 sobre a Parcela A referente ao fundo de descomissionamento (FDES) em cerca de R\$ 1 bilhão (processo já em andamento perante o TCU e com acórdão já publicado 27 de novembro de 2024, cabendo, agora, a solução da querrela pelos órgãos reguladores – CNEN, Aneel, em conjunto com a ELETRONUCLEAR);
- Pleito/Obtenção de prorrogação do "standstill" serviço da dívida de Angra 3 com BNDES/CEF, a partir de julho de 2026, conforme obtido em 2024 (aproximadamente R\$ 374 milhões);
- A obtenção de créditos fiscais Renuclear Federal, Estadual e Ex-Tarifário, com potencial de redução em até R\$ 250 milhões anuais nos investimentos;
- A realização de ações institucionais e de governança junto à ENBPar e ao MME, visando viabilizar ajustes na PLOA e assegurar a alocação de recursos mínimos para a preservação das atividades do Projeto Angra 3 em 2026, bem como promover adequações internas de custos ao patamar atualmente indicado; e
- Em 2025, a ELETRONUCLEAR contratou a consultoria Abdo, Ellery & Associados visando a apuração independente dos custos operacionais regulatórios, de forma a embasar o pleito junto à Aneel de reequilíbrio econômico-financeiro, capaz de prover a sustentabilidade e segurança operacional da Companhia, material enviado à Aneel ao final de 2025.

Há incerteza relevante sobre a situação financeira da Companhia no que tange a adimplência de seus compromissos de curto prazo. Todavia, o êxito nas ações contidas no "Plano de Ação" da Companhia tende a mitigar os riscos de liquidez de curto

36.4 Recursos Humanos

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração		
Empregados	978.819	892.485
Administradores	5.551	5.875
Folha de pagamento bruta (FPB) (a)	984.370	898.360

	31/12/2025	31/12/2024
Relação entre a maior e menor remuneração		
Empregados	36,97%	21,68%
Administradores	2,23%	11,46%

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor	% sobre FPB (a)	% sobre ROL (b)		Valor	% sobre FPB (a)	% sobre ROL (b)	
Benefícios Concedidos								
Encargos sociais	242.201	24,60%	6,58%	225.883	25,14%	5,34%		
Alimentação	39.582	4,02%	1,08%	38.984	4,34%	0,92%		
Transporte	28.187	2,86%	0,77%	25.439	2,83%	0,60%		
Previdência privada	38.972	3,96%	1,06%	37.244	4,15%	0,88%		
Saúde	85.267	8,66%	2,32%	92.134	10,26%	2,18%		
Segurança e medicina do trabalho	2.036	0,21%	0,06%	2.043	0,23%	0,05%		
Educação ou auxílio creche	9.361	0,95%	0,25%	11.770	1,31%	0,28%		
Cultura	372	0,04%	0,01%	301	0,03%	0,007%		
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.601	0,77%	0,21%	7.689	0,86%	0,18%		
Outros	85.574	8,69%	2,33%	84.344	9,39%	1,99%		
Total	539.153			525.831				

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida (ROL) (b)	3.679.040	4.230.830



GOVERNO DO
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Composição do corpo funcional			Nº de empregados por nível de escolaridade		
Nº de empregados	1.716	1.920	analfabetos	-	-
Nº de admissões	-	59	com ensino fundamental	11	14
Nº de demissões	208	58	com ensino médio	115	209
Nº de estagiários	52	105	com ensino técnico	677	664
Nº de empregados PCD (c)	28	29	com ensino superior	710	791
			pós-graduação	203	242

a) Folha de Pagamento Bruta (FPB)
b) Receita Operacional Líquida (ROL)
c) Pessoa com Deficiência (PCD)

*Não auditado pelo auditor independente

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, os quais divulgam a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 37. SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente às suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida, pela respectiva cotação em reais, na data das demonstrações financeiras.

Os valores pagos e a pagar relativos aos prêmios das apólices estão representados pela quantidade de moeda de origem convertida pela respectiva cotação em reais, na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 40.355.336, expressos em R\$ mil, e está assim distribuído:

	Vigência	Valor Segurado	Prêmio Total
Riscos nucleares:	30/10/2026	22.972.520	32.843
Danos materiais		20.083.760	23.705
Responsabilidade civil		2.888.760	9.138
Riscos de Engenharia:	26/08/2026	16.728.134	9.452
Construção		4.392.474	3.231
Responsabilidade civil		30.000	550
Armazenamento de equipamentos		12.305.660	5.671
D&O	26/03/2026	70.000	680
Outros diversos		584.682	410
TOTAL		40.355.336	43.385

NOTA 38. COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2025. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

38.1 Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art. 11, da Lei 12.111/2009, e mediante as edições da Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022 e da Resolução Homologatória 3.567 de 27 de janeiro de 2026, toda a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 será rateada entre os usuários finais de energia elétrica, exceto os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, do Sistema Interligado Nacional (SIN), de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela Aneel para o período de 2026. A Resolução Homologatória Aneel nº 3.567/2026 estabeleceu a receita fixa de R\$ 4.814.184 para o ano de 2026, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela Aneel, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias a cada intervalo de cinco anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da Aneel, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

38.2 Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial de Angra 3 conforme quadro demonstrativo a seguir:

	Ano	R\$ MIL
	2026	959.807
	2027	1.196.214
	2028	285.718
	Total	2.441.739

38.3 Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conforme quadro demonstrativo a seguir:

	Ano	R\$ MIL
	2026	80.300
	2027	85.000
	2028	60.000
	2029	60.000
	2030	3.100
	Total	288.400

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETRONUCLEAR S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social de 2025 e analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compostas pelo Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); pela Demonstração do Resultado; pela Demonstração do Resultado Abrangente; pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; pela Demonstração do Fluxo de Caixa; pelas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2025; e os Saldos e Transações entre ELETRONUCLEAR e Partes Relacionadas, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, nos exames realizados por este Conselho Fiscal ao longo do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers (PwC), emitido sem ressalvas, mas contendo ênfase relativa à "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" da Companhia, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, consideradas as observações constantes do relatório de auditoria, não há óbice na submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ELETRONUCLEAR S.A.

Entretanto, o Conselho Fiscal julga necessário registrar sua grave preocupação, já manifestada em suas reuniões ordinárias e na última reunião do Conselho de Administração, quanto à ausência de decisão definitiva sobre a retomada das obras de Angra 3. Trata-se de tema cuja definição não compete exclusivamente à ELETRONUCLEAR, mas cuja indefinição compromete de forma significativa a capacidade financeira da Companhia. Reitera-se, portanto, a urgência de uma solução definitiva para essa questão estratégica.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
ELETRONUCLEAR S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ELETRONUCLEAR S.A. («Companhia»), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 35.3.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 751.066 mil, e que a posição financeira da Companhia está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3. Adicionalmente, encontra-se em andamento o Programa de Extensão de Vida Útil da usina Angra 1 - *Long Term Operation* (LTO), que também vem demandando a obtenção de recursos financeiros relevantes. Nesse sentido, a Companhia enfrenta desafios financeiros para cumprir com suas obrigações de curto prazo, principalmente relacionados aos investimentos necessários para o desenvolvimento dos projetos Angra 3 e LTO e aos pagamentos dos serviços das dívidas existentes. O plano de ação da Companhia, que considera entre outros aspectos a necessidade de suporte financeiro dos acionistas e de terceiros, está descrito na Nota 35.3.5. Essa situação, entre outras descritas na Nota 35.3.5, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Responsabilidade Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e Responsabilidade Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e Responsabilidade Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e Responsabilidade Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

38.4 Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos conforme quadro demonstrativo a seguir:

	Ano	R\$ MIL
	2026	591.378
	2027	571.805
	2028	42.948
	2029	246
	2030	246
	2031	123
	Total	1.206.746

NOTA 39. EVENTOS SUBSEQUENTES

39.1. Receita das Usinas de Angra 1 e 2

A partir de 1º de janeiro de 2026, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 15.235/2025, de 08.10.2025, resultado da conversão da Medida Provisória 1.300/2025, de 25 de maio de 2025, determinou que o pagamento à ELETRONUCLEAR para a receita decorrente da geração de energia de Angra 1 e Angra 2 será rateado entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, exceto entre os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, rateando-se os custos e a geração de energia proporcionalmente ao consumo individual verificado, mediante adicional tarifário específico, conforme regulação a ser estabelecida pela Aneel.

Por meio do AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 37/2025, publicado no DOU de 19.11.2025, a Aneel instaurou Consulta Pública (CP) para colher subsídios para o estabelecimento do rateio do custo e da geração de Angra 1 e Angra 2 entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, exceto entre os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, em razão do Art. 11-A da Lei nº 12.111/2009, incluído pela Lei nº 15.235/2025.

Dada a urgência de operacionalizar o novo rateio de Angra 1 e Angra 2, já vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, a Diretoria da Aneel entendeu adequada a proposta das suas áreas técnicas e aprovou em caráter provisório, as modificações propostas ao Regulamento e de Regras e Procedimentos de Comercialização, com a possibilidade de recontabilização na CCEE e no processo tarifário subsequente à aprovação definitiva, caso sejam aprovadas alterações no fechamento da Consulta Pública.

Na prática, as alterações provisórias já instituídas, aumentam consideravelmente o número de clientes da Companhia, que passam a não mais se limitar a todas as distribuidoras conectadas no SIN, que atendem os consumidores do ambiente regulado, excluídos os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, para abranger também os consumidores livres e especiais, bem como os autoprodutores, estes na parcela de consumo líquido decorrente da interligação ao SIN.

O envio das contribuições para a presente CP ocorreu durante o período de 10 de dezembro de 2025 a 24 de janeiro de 2026. A análise das contribuições recebidas por esta consulta está em andamento pelo órgão regulador e sendo acompanhada por esta administração.

39.2. Resgate do Fundo de Descomissionamento referente ao ressarcimento parcial de encargos tributários

Em 30 de janeiro de 2026, por meio do Ofício nº 37/2026-CGRE, a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) autorizou o saque de R\$ 88.142 a título de ressarcimento parcial de tributos sobre os rendimentos do Fundo de Descomissionamento (FDES).

Em 4 de fevereiro de 2026 a Companhia realizou o resgate no montante de R\$ 88.142 do Fundo de Descomissionamento (FDES) disponível na conta "BB Extramercado Exclusivo Descomissionamento Usinas Angra Fundo de Investimento Multimercado LP".

O FDES é destinado a receber recursos exclusivamente da ELETRONUCLEAR, necessários ao custeio de futuras despesas com o processo de descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, após o encerramento de suas respectivas atividades operacionais. Ele decorre de uma obrigatoriedade imposta pela Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), e a gestão desses recursos tem como fundamento a Norma ANS nº 9.02 (Resolução nº 204/16, alterada pela Resolução nº 218/17).

39.3. Emissão de debêntures conversíveis em ações

Até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras a Companhia ainda não concluiu a celebração da 1ª Emissão de Escritura de Debêntures conversíveis em ações, que conforme informado na nota 2.2, aguarda-se a aprovação na assembleia de seus acionistas, com previsão de ser concluída em 24 de março de 2026. Paralelamente, a Companhia tem realizado reuniões frequentes com a adquirente Axia Energia no sentido de comprovar o atendimento de todas as condições precedentes exigidas na referida escritura de forma a viabilizar imediatamente a liberação dos recursos. A Companhia estima que o efetivo ingresso de recursos por meio da emissão deste instrumento, que é um dos principais eventos de reforço ao seu Caixa em instrumento de liquidez de curto prazo, ocorra ainda no mês de abril de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CÁSSIO GIULIANI CARVALHO

Presidente do Conselho

MARCO ANTONIO SOARES DA CUNHA CASTELLO BRANCO

Conselheiro

ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR

Conselheiro

CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO

Conselheira

DANIEL ALVES FERREIRA

Conselheiro

FREDERICO DE ARAÚJO TELES

Conselheiro

SANDRO LEONARDO NOGUEIRA DE LIMA

Conselheiro Representante dos Empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

ALEXANDRE CAPORAL

Diretor Presidente Interino e Diretor Financeiro

RAPHAEL EHLERS DOS SANTOS

Diretor Técnico

RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS

Diretor de Operação e Diretor Interino de Angra 3

SIDNEI BISPO

Diretor de Gestão Administrativa

CONTADOR

RONALDO NETO ALCÂNTARA

CRC RJ-086615/O-4

Superintendente de Planejamento Orçamentário e Contabilidade

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026.

ALEX FABIANE TEIXEIRA

Presidente

CRISTIANO AUGUSTO TREIN

Conselheiro

ERICO DA GAMA TORRE

Conselheiro

MARCOS BARRETO DE FARIA PINHO

Conselheiro

RODRIGO VILELLA RUIZ

Conselheiro

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Assinado por:

Deuscimara Teixeira de Mendonça

0C02D756182847B...



O DIA | SEXTA-FEIRA, 17-4-2026

HH Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.727.095/0001-01 - NIRE 35.300.365.909

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas de **HH Participações S.A.**, para comparecerem na Assembleia Geral ordinária e extraordinária, a ser realizada em primeira convocação no dia 28 de abril de 2026, às 10:00 horas, e em segunda convocação, no mesmo dia, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, com qualquer número de acionistas presentes, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(A) em Assembleia Geral Ordinária: (A.i)** Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025, **(A.ii)** Reeleição dos administradores da companhia; **(B) em Assembleia Geral Extraordinária** deliberar sobre: **(B.i)** a instrução de voto em assembleia geral ordinária da HH Parques Temáticos S.A. sobre as seguintes matérias: **(B.ii)** Tomar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **(B.iii)** Reeleição dos administradores da companhia; **(B.iv)** e em assembleia geral ordinária e extraordinária da HH Parques Temáticos S.A. para que esta, por sua vez, oriente seus representantes a comparecer e votar em assembleia geral ordinária de Hopi Hari S.A. as seguintes matérias: **(B.v)** Tomar as contas dos administradores, examina, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **(B.vi)** Reeleição dos administradores da companhia. Em caso de não comparecimento do acionista ou a constituição de procurador no formato e horário definido, será o acionista declarado ausente e, uma vez constituído quórum mínimo para a votação, a assembleia será considerada realizada, bem como, as votações serão efetivadas e validadas pela maioria dos presentes. Os Acionistas poderão participar da Assembleia via Plataforma Digital, por si próprio, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar e votar na Assembleia. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas devem encaminhar a solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico juridico@hopiharicorp.com.br, até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2026. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF, além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples dos documentos solicitados nesse edital. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Os Acionistas que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para participação virtual até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2026 não poderão participar da Assembleia. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples, devidamente registrada: (a) do último contrato ou estatuto social; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização e/ou tradução juramentada dos documentos. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontra-se à disposição dos Acionistas no seguinte endereço eletrônico juridico@hopiharicorp.com.br. Por fim, ressaltam-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente. Vinhedo, 07 de abril de 2026. **Maximilian Strand Bueno de Moraes - Diretor Presidente**

Assinado por:

Deuscimara Teixeira de Mendonça

0C02D756182847B...